

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ**  
**MESTRADO ACADÊMICO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE – MAPPS**

**O LIVRO EM BUSCA DO LEITOR –**  
**AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECAS**  
**DA SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ**  
**(2003 – 2006)**

**ANTONIO MARCELO CAVALCANTI NOVAES**

Fortaleza , janeiro de 2008.

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**ANTONIO MARCELO CAVALCANTI NOVAES**

**O LIVRO EM BUSCA DO LEITOR - AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO LIVRO,  
LEITURA E BIBLIOTECAS DA SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DO  
CEARÁ (2003 – 2006)**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de "Mestre em Políticas Públicas e Sociedade" e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade.

---

Prof. Horácio Frota, Dr.

Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

---

Prof. Alexandre Barbalho, Dr.

Orientador

---

Prof. Andréa Borges Leão, Dr<sup>a</sup>.

---

Prof. Luiz Tadeu Feitosa, Dr.

## DEDICATÓRIA

*Para você Paloma*

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de um empreendimento coletivo e só foi possível graças a ajuda de muitas pessoas dentre as quais posso destacar;

### **Agradeço a Deus.**

A **Paloma Moreira**, companheira guerreira que acredita em mim e faz dessa crença um combustível para mim. Agradeço pelos sorrisos compartilhados e pelas lágrimas enxutas e provocadas. Agradeço por cada passo em que me acompanha inclusive este.

A **Alexandre Brabalho**, que me aceitou como seu orientando desde o primeiro momento e ocupou um lugar de irmão mais velho conquistando o respeito tão necessário nesta relação normalmente tão conturbada entre pares acadêmicos. Abre caminhos e dá dicas sobre o caminho das pedras. Meus sinceros agradecimentos e admiração.

As minhas famílias, a pequena e a grande. A pequena composta pela **minha mãe e minha irmã**, família de sangue que ensina a duras penas a sociologia da compreensão constantemente. Minha admiração e respeito à minha mãe, **Fátima**. Obrigado pelo amor incondicional e pela paciência. Meu agradecimento à grande família, num sentido literalmente televisivo. Ao **Joseomi**, pelas horas prazerosas contando casos e causos esquecendo que o tempo existe no balançar dos mares da vida. À minha sogra querida **Maryanne**, pela presteza, atenção e amor dedicado. Às minhas cunhadas, **Rebecca e Bárbara**, cada uma à sua maneira fazem a vida mais alegre, mais leve, como uma banda de música percursiva corporal. Ao **Eymard**, este malabarista que sabe lidar com os 8 e os 80 deste irmão mais velho bipolar que mais precisa de conselho do que dá.

Aos amigos, todos do mestrado e mais alguns da vida. Sintam-se co-autores deste trabalho pois a maior parte dele advém unicamente de vocês, assim como todos os professores que fizeram parte desta empreitada e que iluminaram as idéias quando a massa cinzenta parecia já ter virado cinzas. Muitíssimo obrigado!

À **Andréa e Tadeu**, pela disponibilidade temporal e generosidade de transmissão dos conhecimentos. Nunca pensei que uma experiência ritualística acadêmica pudesse se tornar tão prazerosa e instigante como vocês fizeram esta ser. Sou lhes profundamente grato!

Por fim, agradeço ao Centro de Aperfeiçoamento do Ensino Superior – CAPES pelo subsídio concedido e aos entrevistados; Cláudia Leitão, Fabiano dos Santos, Cleudene Aragão e Lúcio Alcântara. Pela compreensão e disponibilidade, obrigado.

## SUMÁRIO

Lista de Figuras

Resumo

Abstract

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO 1 – O CAMPO LIVREIRO.....</b>	<b>23</b>
1.1 UM ÍNDICE NO CAMPO LIVREIRO .....	26
1.2 A ATUAÇÃO POLÍTICA.....	32
1.3 EM BUSCA DO CAMPO LIVREIRO CEARENSE .....	37
<b>CAPÍTULO 2 – O LIVRO NA SECULT .....</b>	<b>42</b>
2.1. A LEI DO LIVRO DO CEARÁ – UMA ANÁLISE COMPARATIVA.....	44
2.2. O PRINCIPAL FUNDO DE INVESTIMENTO DO LIVRO NO CEARÁ .....	50
2.3. O DISCURSO OFICIAL .....	53
<b>CAPÍTULO 3 – OS PROGRAMAS DO LIVRO .....</b>	<b>63</b>
3.1 OS AGENTES DE LEITURA .....	65
3.1.1 Os Agentes de Saúde.....	67
3.1.2 Os Agentes de Leitura .....	69
3.1.3 A Conversão .....	72
3.2 BIBLIOTECAS.....	76
3.2.1 As bibliotecas públicas e seus programas de acesso no campo livreiro .....	78
3.2.2 AÇÃO 1 - Bibliotecas Regionais .....	80
3.2.3 AÇÃO 2 – Biblioteca Volante .....	82
3.3 AS FEIRAS E BIENAS DO LIVRO.....	85
3.3.1 Tematizando em 2004.....	86
3.3.2 As mil e uma noites de 2006 .....	89
3.3.3 A Feira do Livro da Leitura de Aracati.....	94
3.4 COLEÇÕES “NOSSA CULTURA”.....	98
3.4.1 A Coleção e o Coletivo .....	102
3.4.2 As séries e os “saberes de conhecimento” .....	102
3.4.3 Cearensidade, Iracema e os “saberes de crença” .....	104
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>109</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>112</b>

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Variação de livrarias por municípios no nordeste.....página 39
- Figura 2 - Palavras com maior número de ocorrência .....página 46
- Figura 3 – Aplicação de recursos do Tesouro na cultura.....página 52

## RESUMO

Na relação entre livro e leitores há normalmente duas alternativas de ligação. O leitor que vai até os livros e o livro em busca do leitor. A primeira forma é associada ao mercado, onde livrarias disponibilizam variados títulos para escolha pública. A segunda forma diz respeito ao esforço do Estado, sociedades civis e equipamentos culturais de levar a uma parte do grande público o livro. Uma tentativa de universalizar uma tecnologia que envolve um conhecimento específico, a leitura. Eis a questão: quais os caminhos do livro através do Estado rumo à universalização? Sob a hipótese de que as políticas do livro no período analisado constituem políticas de governo com fins eleitoreiros e não políticas de Estado, esta pesquisa tem por objetivo analisar as políticas do livro da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, no período de 2003 a 2006. Para tanto, foram utilizados referenciais teóricos metodológicos variados no intuito de melhor observar cada aspecto analisado. Quanto aos métodos variados de investigação, há algo em comum neles - a natureza qualitativa. Dentre as metodologias utilizadas pode-se citar a análise de discurso, análise estatística textual e a pesquisa histórica, bibliográfica e em jornais além de entrevistas não estruturadas. A análise das políticas do livro, leitura e biblioteca fazem-se neste trabalho desde a construção de um campo livreiro, análise da lei do livro, do principal fundo financeiro no período até chegar às políticas e programas implantados pela Secretaria de Cultura do Ceará no período.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Culturais, Livro, Bibliotecas Públicas e Leitura



## ABSTRACT

The purpose of this work is to analyze reading access programs through public libraries and other intermediary, between 2003 and 2006. The hypothesis is that the reading public policy not as a development and economic emancipation tool but like a policy of election. The conclusion is that reading public policy is to provide, the relation book-reader, the lightness and entertainment characteristic involvement with focus on the reader and not in the books.

**Keywords:** Culture policy, Book, Public libraries and Read.

## INTRODUÇÃO

---

Um certo dito popular afirma que os pobres não podem se dar ao luxo de apresentar problemas psicológicos, pois têm problemas econômicos. Partindo desta máxima do senso comum, cabe a pergunta: como é possível problematizar o livro e as políticas públicas que o cerceiam? O livro sendo colocado, assim, num patamar de questão social, de problema, numa sociedade que não consegue efetivar avanços em seus problemas sociais mais tangíveis.

Apesar de apresentar-se como uma barreira, este argumento é, na verdade, uma das forças motrizes que levantam o questionamento sobre o livro e seus desdobramentos (a leitura e as bibliotecas). O livro é uma questão que permeia as mais diversas áreas da vida em sociedade e precisa ser tratado de forma prioritária, merecendo políticas públicas específicas que visem a universalização ao seu acesso e o aproveitamento das benesses que é capaz de proporcionar.

As políticas públicas têm origem na tensão, no jogo entre os agentes envolvidos no seu processo de produção social. Neste caso específico, os agentes são: editoras, distribuidores, livreiros, Estado, organizações setoriais (Câmara Brasileira de Livros, Sindilivros, Academia Cearense de Letras etc.), organizações sociais e consumidores finais.

Neste jogo, as editoras e as entidades setoriais que lhes representam buscam subsídios, ajustes e isenções fiscais junto aos governos – principalmente o federal –, que sirvam de estímulo ao aumento de produção e, por conseguinte, à diminuição do preço de venda ao consumidor final. Desta forma, a maioria das ações consiste em isenção dos impostos sobre produção, circulação e comercialização. Alegam que o problema da economia do livro encontra-se na distribuição e em seus agentes pouco profissionalizados. Todavia, o discurso mais utilizado pelo setor editorial é com relação à compra pouco significativa feita pelos governos estaduais, municipais e principalmente pelo federal, para a montagem de suas bibliotecas.

As bibliotecas afirmam que não há reposição dos livros ou compras sistematizadas que garantam seu catálogo atualizado, o que serviria de atrativo aos leitores. Porém, suas falhas

organizacionais e baixa atratividade têm origem diversa e complexa, envolvendo desde a formação de uma cultura de leitura e frequência a estes locais como também a necessidade de uma maior interação com o público leitor, rompendo sua barreira física e conseguindo comunicar-se além de suas paredes. Um ponto de questionamento inserido neste jogo de tensões acerca do livro é que as bibliotecas acabam rotuladas, por grande parte da população, como elementos elitistas. Isso por se situarem em locais de baixo fluxo popular ou funcionarem apenas como arquivo público.

Os consumidores finais, completam o quadro de insatisfação com a questão de acesso ao livro, alegando que o preço é um fator de desânimo na aquisição, bem como a falta de tempo para ler ou a pouca diversidade de títulos.

As livrarias, por sua vez, assumem papel crucial neste jogo, pois lhes é atribuída a responsabilidade de atingir o grande público. Assim, desenvolvem estratégias de vendas e de fomento à leitura de forma isolada, não coordenadas entre si. Por exemplo, as contações de histórias que ocorrem corriqueiramente nas livrarias, atualmente com o intuito de formar um público leitor infantil.

As livrarias indicam que o maior problema do livro e da leitura está no alto preço cobrado pelas editoras que, de certa forma, desestimulam a compra de uma maior quantidade de livros. E este argumento é comumente utilizado pelo consumidor final. As editoras, em resposta, afirmam só conseguirem reduzir os preços através do aumento da produção. Apontam como solução as compras em maiores quantidades pelo governo que garantiriam uma maior tiragem e, portanto, uma redução nos preços. Fecha-se, dessa forma, um círculo que tende à reprodução contínua, a não ser que seja desfeito por intermédio de políticas públicas federais, estaduais e municipais.

No caso do Ceará, observa-se que a falta de um público leitor acarreta uma indefinição e desorganização dos agentes do mercado editorial local, ou seja, a fragilidade do *campo livreiro* cearense. Esta falta de organização do *campo livreiro* assume o caráter de problema de Estado a partir da década de noventa, pois a cultura e o livro em seu bojo passam a ser critérios de avaliação na mensuração do desenvolvimento regional (como é feito pela UNESCO) servindo de parâmetro para concessão de empréstimos por organizações financeiras e/ ou de fomento internacionais como, por exemplo, o BID<sup>1</sup>. Assim, em termos

---

<sup>1</sup> Para um aprofundamento maior desta discussão vide Botelho (2000, p.80-84) e Rubim et alli (2005, p.129-

políticos, o Estado passou a se posicionar para reverter este quadro histórico e alcançar uma evolução feita em descompasso com os setores comerciais.

A partir desta descrição, levantamos a hipótese norteadora deste trabalho de que a política do livro no período analisado, de 2003 a 2006, foi preponderantemente uma política de governo que consistia em ações sem continuidade e com finalidades de curto prazo do tipo eleitoreira. Assim estas políticas resultaram numa tentativa de amenizar as desigualdades econômicas e sociais através de discursos de igualdade sócio-cultural disfarçados em ações momentâneas.

Com base nessa hipótese, fundamentou-se a pergunta de partida para o trabalho ora apresentado. Tal questão delimita a sua área geográfica (Ceará) e o período a ser investigado (2003 – 2006) pela pesquisa. Como o problema do livro foi tratado, politicamente, no Ceará através do órgão competente, a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará - Secult, desde o início da Lei do Livro<sup>2</sup> em 2003 até 2006?

Além desta questão central, foram formuladas como desdobramentos as seguintes questões guias para o problema: Como se organiza o *campo livreiro* no Ceará? Quem são seus agentes, suas posições e estratégias (oficiais e/ou alternativas) na construção de significados e sentidos para as ações e políticas do livro da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará? O livro, a leitura e as bibliotecas são assumidos como problema de Estado no Ceará? Qual o posicionamento da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (Secult) em relação ao livro?

Em face ao que foi dito, se apresenta como objeto de investigação construído por esta pesquisa: *As Políticas Públicas do Livro, Leitura e Bibliotecas da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará - 2003 – 2006*, por meio da análise das particularidades e linhas gerais na construção da universalização e democratização da leitura através de ações e programas específicos.

Traçou-se para tanto alguns objetivos que estariam alinhados às questões apresentadas. Estes passaram a nortear a pesquisa e análise dos dados sem contudo servir de amarras. Antes como ponto de onde pudesse se ter referência acerca do verdadeiro intuito almejado, evitando

---

170). Em ambos, é demonstrada a parametrização da cultura como forma de avaliação de desenvolvimento local e estabelecimento de redes que fortaleçam os partícipes em negócios internacionais. Assim, este parâmetro é utilizado como meta de convênios e empréstimos.

<sup>2</sup> A lei do livro representa uma das formas de constituição jurídica da cultura. A mesma será tema de uma subtópico e análise mais aprofundada no capítulo 2 deste trabalho.

desvios indesejados e divagações, assim como evitando a propensão a querer abranger em análise os assuntos, temas que perpassaram a investigação. Serviram de alicerce, farol, impedito arroubos de pretensão e aprofundamentos em questões desnecessárias.

Primeiro, definir os agentes, suas posições e estratégias, remontando o *campo livreiro* cearense. Permitindo assim, a análise dos significados e sentidos construídos pela Secretaria de Cultura do estado do Ceará em torno do livro, leitura e bibliotecas através de ações e programas no período 2003-2006.

Segundo, levantar dados políticos e sócio-econômicos sobre as ações, programas e políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas através da Secretaria de Cultura do estado do Ceará. E em terceiro lugar, avaliar o posicionamento da Secult, no que diz respeito às políticas públicas do livro, em relação ao contexto regional e nacional.

Este trabalho não trará delimitações de partes específicas do tipo: metodologia ou referencial teórico utilizado para análise. O método e a teoria virão juntos aos capítulos onde serão movimentados.

Esta dissertação é dividida em duas partes. A primeira parte conta com o primeiro capítulo deste trabalho e visa a montagem do *campo livreiro*<sup>3</sup> atual. Para montar o campo foi utilizado um *corpus* de pesquisa composto por: jornais, trabalhos acadêmicos sobre o assunto, documentos oficiais, gravações de videoconferências e livros de outras áreas, como de literatura, que servissem para cercar o objeto de pesquisa. Através do campo livreiro montado foi possível conhecer os agentes que atuam na construção das políticas do livro, leitura e bibliotecas. Também foi possível identificar as relações institucionais, influências e impactos diversos: regionais, locais ou nacionais. Assim como foi possível também ter idéia das relações sociais e de poder que permeiam o campo e de que forma este se modificou no decorrer do tempo em compasso com as mudanças políticas e sociais do Brasil.

Tendo montado o campo, atingindo assim um dos objetivos da pesquisa, há subsídios suficientes para começar a IIª PARTE onde se trata a questão da relação entre agentes políticos e de mercado, envolvidos com o livro, com a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará assim como para realizar a análise dos programas voltados para o livro e implementados no período de 2003 a 2006.

---

<sup>3</sup> Entendendo *campo* como o conceito utilizado por Bourdieu e que será detalhado mais a frente.

Esta IIª PARTE divide-se então em dois capítulos. No primeiro capítulo há uma análise da participação do livro no plano estadual de cultura do período, das leis (onde será utilizado o método comparativo de análise) e dos investimentos e fundos do Estado para o livro. Por fim este capítulo encerra-se com a análise de discurso de entrevistas feitas com os atores que fizeram a política do livro no Ceará no período analisado.

Para sua realização, baseou-se em informações oficiais obtidas através de documentos como o próprio Plano Estadual da Cultura, sítios eletrônicos oficiais do governo com informações acerca dos investimentos, jornais e entrevistas com os atores ligados à concepção e execução dos programas e políticas voltadas para o livro. O *corpus* de análise do discurso é formado por entrevistas semi-estruturadas com: Lúcio Alcântara (ex-governador do Ceará no período analisado), Cláudia Leitão (ex-secretária de cultura no período), Fabiano dos Santos (Coordenador de Políticas do Livro e Acervos da SECULT- CE) e Cleudene Aragão (Ex-coordenadora executiva da Bienal do Livro).

Os entrevistados foram escolhidos respeitando alguns critérios básicos que garantiram o rigor científico. Foram utilizados os seguintes critérios: temática de relevância (Envolvimento com a Política do Livro), homogeneidade (funções de decisão), temporalidade (período de atuação 2003-2006). O processo de análise foi realizado com assistência de programa computacional de análise qualitativa *Atlas.ti* 5.2. A utilização deste aplicativo permitiu que fosse realizada a contagem de palavras que embasou a análise de co-ocorrências assim como a seleção, categorização e ligação entre trechos intertextuais e entre os textos compondo uma análise do discurso final.

Um terceiro e último capítulo encerra esta parte e antecede as considerações finais. Este terceiro capítulo analisa os quatro programas da política do livro no período de 2003 a 2006, sendo estes: Agentes de leitura, Bibliotecas (Central, Regionais e Volante), Feiras e Eventos (Bienais e Feira do livro de Aracati) e por fim o projeto editorial intitulado “Coleção Nossa Cultura”. A análise destes programas foi feita baseada em documentos públicos (artigos jornalísticos, sítios eletrônicos etc) e documentos oficiais relativos a cada um deles.

Procuramos com este trabalho a superação da ênfase dada à economia nos estudos sobre políticas públicas culturais voltadas para o livro. Entendendo que as políticas do livro envolvem as relações - inter e intra - dos campos: político, cultural e econômico. Não se restringindo assim aos números obtidos em estatísticas das políticas, intervenções e programas, mas esmiuçando as relações entre idéias, poder, propostas, conceitos,

representações e instituições na produção e circulação dos significados simbólicos da sociedade.

Pretende-se neste primeiro momento cotejar as perspectivas, noções e concepções utilizadas nesta introdução e ao longo deste trabalho. Assim, serão apresentadas em ordem aleatória, em associação aos respectivos autores a que é referida a compreensão deste trabalho. Tais perspectivas e percepções para não falar em conceitos são códigos que muitas vezes, principalmente para a finalidade de remontar um campo, dizem respeito ao *lócus* de análise como um conjunto de regras estabelecidas.

Serão então movimentadas as noções de “*Campos*”, “*Agentes*” e “*mercado de bens simbólicos*”; as noções de “*Hegemonia*” e de “*Dominação*”; o conceito de “*Indústria cultural*”; a noção de “*mercado cultural*”; as categorias “livro”, “leitura” e “bibliotecas” que são consideradas para esta pesquisa como categorias centrais. E por fim, a concepção de “*políticas públicas*” e a variação “*políticas culturais*” que são categorias importantes na realização deste trabalho de análise.

Todavia, não basta discriminar, como fora listado acima, tais conceitos e categorias. Faz-se necessário atribuir-lhes sentidos e significados, defini-los da forma que são utilizados para a construção deste objeto e desta de pesquisa. Assim, é mister primeiro definir “categoria”. Esta é oriunda da palavra *katègoreîn*, que significa “acusar publicamente”. Sendo pública, é arbitrária e socialmente determinada. Passível de mudanças e novas perspectivas quando for necessário, pois as categorias são aqui definidas a partir de suas condições sociais. Busca-se, com isso, evitar respostas *a priori*, o conformismo lógico que se apresenta como uma concepção homogênea de conceitos que levam ao raciocínio uniformizado e empobrecido da realidade.

Dito isto, cabe definir as categorias e conceitos por ora trabalhados. Destarte, a partir de Chartier (1998), se compreenderá o *livro* como mercadoria produzida e situada em um campo próprio (editorial) sem hierarquização nem exclusão dos discursos que, num dado momento, se tornam livro num significado social. Assim, poderemos abordar *e-books* (livros eletrônicos), cordéis e produções autônomas, marginais ao sistema de produção capitalista, enquanto fermento de idéias e posturas. A *leitura* vai além do código da escrita alfabética e do processo de decifrar caracteres, sendo um processo de produção de sentidos. Um diálogo entre leituras do mundo, como meio de decifrar ou interpretar textos e mensagens.

Entendendo a leitura como inserida em contextos culturais mais amplos, as *bibliotecas* são espaços culturais de prestação de serviços de informação e de educação continuada, não depósito para armazenamento de livros. (MILANESI, 1994; CHARTIER, 1998; FEITOSA, 1998)

Para remontar a história, a lógica e os processos sociais envolvidos nas relações editoriais este trabalho se valerá da noção de *campos* de Bourdieu (2005) que de certa forma, remete / substitui a noção de “sociedade”, pela de campo e de espaço social. Para o autor, tudo se passa como se a sociedade fosse composta por diversos campos, tais como o campo econômico, o campo artístico, ou o campo religioso, e estes constituíssem uma manifestação particular das possíveis visões de mundo, os quais tendem a corresponder a uma pluralidade das lógicas relativamente ajustadas a esses diferentes campos.

Em sua visão, um campo pode ser definido como uma configuração de relações objetivas entre posições de força ocupadas pelos agentes ou instituições em função da situação atual e potencial na estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital, cuja posse e volume tendem a comandar as estratégias pelas quais os ocupantes dessas posições buscam conservar e/ou melhorar suas posições dentro da hierarquia ali existente. As operações empíricas de determinar os limites de um campo particular e de especificar a forma dominante de capital nesse espaço se entrelaçam e constituem um só trabalho, uma vez que um capital não existe e não funciona senão em relação a um campo específico, de tal modo que esses dois conceitos são intimamente interdependentes.

O trabalho baliza-se na noção de campo posto que este permita construir e pensar objetos fenomenalmente diferentes como semelhantes no nível de sua estrutura e funcionamento. Pois, os diferentes campos possuem leis de funcionamento invariantes, de tal modo que quando se investiga ou se constrói um novo campo, como no caso deste trabalho o campo livreiro, através de procedimentos empíricos, descobre-se que há propriedades específicas próprias de um universo particular, contribuindo ao mesmo tempo para o conhecimento daquele campo e dos mecanismos gerais de funcionamento dos campos.

Assim, tomando a noção de campo conforme exposta, pode-se adaptá-lo enquanto aparato instrumental metodológico e conceber um *Campo livreiro*, com as relações objetivas comuns aos “campos” e especificidades da área editorial. Logo, esse seria o espaço relativamente autônomo de produção e circulação de bens materiais e simbólicos referentes ao sistema editorial (livros, bibliotecas, produtos políticos, conceitos, problemas, análises,



leituras etc) com suas instituições e agentes. Tais *agentes* serão os sujeitos que lutam pelo poder de conservar ou transformar os campos onde estão inseridos, ou seja, pela *dominação*. Esta dominação é aqui entendida, segundo Gramsci (2000) como um sinônimo de *hegemonia* sendo esta a capacidade de legitimação de visão de mundo, transformação ou conservação de preços materiais ou simbólicos, de alguns agentes (dominantes) em relação aos outros (dominados) do campo.

O conceito de campo está intrinsecamente ligado à idéia de *habitus*. Segundo Bourdieu (1992), o *habitus* deve ser entendido como um conjunto de disposições que orientam a percepção e a prática do agente no mundo social. Cada campo engendra determinado(s) tipo(s) de *habitus*, que é (são) internalizado(s) pelos indivíduos em processos de apropriação e enculturação de saberes e práticas. Operam nos agentes como uma segunda natureza, sendo, aliás, uma força social naturalizada.

O campo livreiro ainda é regido por um *habitus* do campo cultural e este ligado em uma relação de interdependência com o campo econômico. Tal percepção é gerada através da análise da autonomia do campo e as lógicas que regem os agentes e determinam suas posições são abstraídas de campos de influência. Assim, faz mister discorrer sobre alguns conceitos que não são originários do campo livreiro e muitas vezes sequer do campo cultural mas que são apropriados nas e para as relações deste campo específico.

A necessidade de remontar um campo para esta análise é coesa com os estudos de políticas públicas, posto que, estes estudos devem assumir um caráter próximo da realidade empírica. Sendo assim dificilmente podem, no caso da existência de déficits de informação, deixar de dirigir uma parte dos esforços de pesquisa para esses levantamentos primários, ainda que isso possa significar por consequência uma limitação de capacidades e recursos disponíveis e até mesmo cortes nas pretensões referentes a profundidade das investigações sobre a dimensão “policy”. Porém, só desta maneira foi possível corresponder a pretensão de analisar as interdependências recíprocas entre as instituições políticas (em nível regional e nacional), os processos políticos (formadores e legitimadores) e os conteúdos concretos das políticas em forma de ações, programas etc (SILVA; MELO, 2000).

No que diz respeito a uma política estadual, as pesquisas de políticas públicas exigem a realização de levantamentos primários sobre as dimensões “politics” e “polity” do estado, indo dessa maneira além da dimensão material da política setorial delimitada. Impõe-se com

isso a questão de como pesar essas três dimensões (politics, polity e policy) na realização de estudos de políticas públicas.

De acordo com o levantamento da literatura da Ciência Política, feito por Frey (2000), sobre “análise de políticas públicas” esta encontra uma diferença em três dimensões da política. Para a ilustração dessas dimensões tem-se adotado o emprego dos conceitos em inglês de “polity” para denominar as instituições políticas, “politics” para os processos políticos e, por fim, “policy” para os conteúdos da política. Há ainda uma sofisticação onde pode-se distinguir mais três categorias dentro da “policy analysis”, sendo estas:

1. “policy networks”- redes de relações sociais regulares e informais;
2. “policy arena”- espaço de configuração do conflito e da negociação;
3. “policy cycle”- o ciclo da política.

Segundo Frey (1996), para uma distinção mais detalhada e numa adaptação das divisões já estabelecidas, traz como propostas as seguintes fases: percepção e definição de problemas, “agenda – setting”, elaboração de programas e decisão, implementação de políticas e por fim avaliação de políticas e eventual correção.

Essa questão não pode ser respondida de forma definitiva e na base de uma reflexão meramente teórica, mas depende sobretudo das condicionantes empíricas concretas. Porém, as particularidades institucionais e culturais de cada tipo de sociedade podem nos proporcionar elementos para uma correspondente adaptação de abordagens de análises políticas públicas decorrente do fato de que:

A análise de políticas públicas não dispõe de uma teoria uniforme. No entanto, com a combinação moderna de métodos e um foco novo e peculiar, ela está contribuindo permanentemente para a formação teórica, que também modifica nosso conhecimento sobre a política processual tradicional (BEYME, 1985, apud FREY, 2000, p. 23).

Segundo Frey (2000), costuma-se distinguir três abordagens para as políticas públicas de acordo com os problemas de investigação levantados. Em primeiro lugar, podemos salientar o questionamento clássico da ciência política que se refere ao sistema político como tal e pergunta pela ordem política certa ou verdadeira: O que é um bom governo? e Qual é o melhor Estado para garantir e proteger a felicidade dos cidadãos ou da sociedade? Estas foram as preocupações primordiais dos teóricos clássicos Platão e Aristóteles.

Em segundo lugar, temos o questionamento político, propriamente dito, que se refere a das forças políticas cruciais no processo decisório. E, finalmente, as investigações podem ser voltadas aos resultados que um dado sistema político vem produzindo. Nesse caso, o interesse primordial consiste na avaliação das contribuições que certas estratégias escolhidas podem trazer para a solução de problemas específicos. Estas últimas valerão de eixos de análise para este trabalho.

Assim, por acreditar que sintetizam os eixos acima descritos, serão consideradas as *políticas públicas* nesta pesquisa como o conjunto de intervenções que expressam os conflitos de interesses das camadas e classes sociais. Como uma forma ampliada da definição de idéia de que as *políticas públicas* seriam provenientes de uma ordem política concreta formando o quadro dentro do qual se efetiva a política material por meio de estratégias políticas de conflito e de consenso (BARBALHO, 2005a; SCHUBERT, 1991, apud, FREY, 2000). Segundo Barbalho (2005a), *políticas culturais* são, neste sentido, os programas de intervenções e conjunto de iniciativas que não se dão de forma consensual, mas resultam de uma relação de forças interiores aos *campos* cultural e político.

Outros conceitos importantes para análise, principalmente no que diz respeito à produção ou mercado do livro, é o de *indústria cultural*. Sendo este, a racionalização através da organização de uma planta industrial de produção e distribuição de mercadorias, orientadas por um capital, com um conteúdo simbólico forjado por um trabalho criativo, com função de reprodução ideológica e distinção social.

Para Adorno e Horkheimer (1985), o termo “indústria cultural” substituiria o de “cultura de massas”. Pois este termo era utilizado para atender os interesses dos detentores dos veículos de comunicação de massa, querendo dar a entender que se tratava da veiculação da cultura das próprias massas. Ao sugerir o termo *indústria cultural*, os autores queriam esclarecer que esses veículos não apenas adaptariam seus produtos ao consumo das massas, mas determinariam o consumo, seria a exploração de bens considerados culturais.

Nutridos de um viés negativista e ideologizado do assunto, Adorno e Horkheimer (1985) remetam ao fato de que indústria cultural seria um produto da sociedade capitalista e sua cúmplice, exercendo o papel específico de portadora da ideologia dominante, dando sentido a todo o sistema. A indústria cultural transformaria os indivíduos em consumidores, criando e estimulando novas necessidades, impedindo a formação de indivíduos autônomos e independentes no que tange a questão da reflexão exigida para a apreciação da arte e cultura.

Porém, é mister frisar que Adorno e Horkheimer (1985) desenvolveram o conceito de indústria cultural numa época em que os meios de comunicação de massa mais, como o rádio e o cinema se popularizavam. Para eles estes meios tornaram-se um poderoso instrumento de manipulação, projetando na ordem simbólica um desejo de padronização de hábitos, de consumo e de comportamentos. Destarte, é válido questionar-se sobre a atualidade que este conceito possa ter para a análise das novas linguagens de comunicação de massa como a Internet etc.

Questionando o conceito de *indústria cultural* Barbalho (2003) revisa o tema cotejando as idéias de Morin, Gresec, Flichy, Zallo e Herscovici. A partir desta genealogia conceitual do termo indústria cultural constata-se que a questão não está somente na orientação ideológica perpassada através desta mas também nos processos de produção.

Atualizando esta idéia erige-se a idéia de *mercado cultural* (MORIN, 1981) onde é entendido como o espaço de circulação dos produtos culturais (teatros, apresentações musicais, espetáculos de dança etc) podendo ser oriundos de indústrias ou não, mas que têm como finalidade o alcance do grande público.

Morin, segundo Barbalho, distingue a comercialização da produção industrial da cultura. Deslocar o foco do conceito de indústria cultural da circulação de produtos culturais no mercado para a produção industrial massiva eis a diferenciação de interpretação de Morin. Este último aspecto, do processo produtivo, será retomado pelo Gresec, *Groupe de Recherches sur les Enjeux de la Comunicacion* da Universidade de Sthendhal.

O Gresec defendeu a idéia de que a produção dos bens culturais não deveria ser compreendida como uma questão entre oferta e demanda. A produção de bens culturais deveria ser compreendida em relação à sua formação social. Isto significa dizer que a ampliação da produção de bens culturais atenderia num primeiro momento às “necessidades culturais” dos setores de maior poder aquisitivo para depois expandir o consumo para as camadas sociais médias e baixas.

Barbalho (2003) descreve que os aspectos analíticos com que o Gresec contribui para o conceito decorre justamente esta especificidade da produção cultural descrita. Assim, decorrem deste fato as seguintes conseqüências: primeiro, o valor de uso do bem cultural é incerto, logo, não há controle sobre a demanda. Segundo, é o limite da reprodutibilidade do produto, devido a questões financeiras, política-econômica e por causa da diversidade das

estruturas econômicas. Significando este último aspecto a porosidade entre a concepção e reprodução material especificamente cultural.

Esta idéia, de especificidade da indústria cultural, leva autores posteriores a redefinirem o conceito. Flichy, segundo Barbalho (2003), é que de forma pioneira divide o conceito de indústria cultural até então homogeneizado em indústria da edição e *culture float*. A indústria da edição corresponderia às indústrias literárias, fonográficas e audiovisuais. A *culture float* seria definido pelas indústrias do rádio, televisão e imprensa. Esta última forma de indústria cultural não teria um produto mas sim um programa cultural.

Em Zallo (1988) o conceito será atualizado com a superação da idéia de que a indústria cultural seria determinada e distinta das demais indústrias principalmente por características superestruturais (ideologicamente). Zallo, ao reconhecer a fragmentação do conceito de indústria cultural, que passa a ser apresentado no plural, aprofunda esta pluralidade e reconhece que o que de fato caracterizam estas indústrias culturais é um modo de produção específico desta.

Barbalho reconhece em Zallo uma concepção mais ampla do conceito e uma maior possibilidade do pesquisador lidar com a complexidade do assunto, com isso, adota o conceito utilizado por este como o mais apropriado. Assim, “as indústrias culturais são ramos, segmentos ou atividades auxiliares industriais produtoras e distribuidoras de mercadorias com conteúdo simbólico” (ZALLO, 1988 apud BARBALHO, 2003, p. 29-30).

É essa idéia do simbólico que Barbalho (2003) retomará para cotejar Zallo com a concepção de indústria cultural de Herscovici. Este, referenciado por Bourdieu, observa a importância do papel de legitimação e diferenciação dos bens culturais na sociedade capitalista, bem como de reprodução e manutenção de poderes políticos.

A partir desta visão de Bourdieu (2005), da distinção do simbólico, que é defendida por Herscovici ao conceituar as indústrias culturais e é atendida por Barbalho (2003) como complementar ao conceito de Zallo, que é ressaltado aqui a idéia de que o mercado cultural envolve bens materiais e simbólicos, o que faz com que este também seja um *mercado de bens simbólicos*. Para Bourdieu tal mercado tem suas leis, que não são as da comunicação universal, numa lógica propriamente simbólica de distinção e diferenciação correspondente ao campo específico de atuação.

Há ainda os conceitos políticos que permearão este trabalho. Estes dizem respeito a questões clássicas, como a *democracia* no que se refere à *descentralização* e *desconcentração* do poder, o *federalismo*, a *cidadania*, *agend-setting* etc. Estes conceitos ao serem apropriados passaram a contar com uma adjetivação *cultural* que buscava delimitar um *locus* de atuação dos mesmos na observação de especificidades do campo cultural.

Segundo Pateman (1992), Toqueville defendendo a democracia como maneira de ser da sociedade enxerga na soberania do povo a forma que há de impedir os abusos despóticos, o individualismo e a centralização do poder, tal soberania só seria possível a partir da participação política. E, ainda para autora, em Marx e Engels o conceito de participação não pode ser encontrado de forma isolada, estando sempre articulado a duas categorias do pensamento marxista: lutas e movimentos sociais. Logo a participação para estes tem um caráter revolucionário e é força motriz da luta de classes, a participação torna-se destarte sinônimo de emancipação e de realização dos indivíduos. Tal concepção teórica encontra um contraponto nas idéias de Schumpeter onde, os únicos meios abertos de participação para os cidadãos, é o voto para o líder e a “discussão”.

Para Bobbio (1997; 2005), estas diferentes participações resultam em três níveis. A que é designada por “presença”<sup>4</sup>, a “ativação”<sup>5</sup> e a “participação” no sentido estrito da palavra. Esta última é reservada para os casos onde o indivíduo de fato interage de forma direta ou indireta no processo decisório político. A contribuição direta é muito restrita, já a indireta se dá na maior parte dos casos e acontece por meio da escolha de um dirigente. Para o autor este terceiro nível de participação só é atingido através do alargamento da democracia representativa onde, esta seja substituída por formas de democracias mais diretas. A democracia direta seria a participação de todos em todas as decisões sem nenhum intermediário ou representante. Porém, isto se mostra inaplicável em sociedades mais complexas.

Enfim, a literatura científico social e política tem dado enorme ênfase ao papel da participação política como meio para que se possa, ainda que de maneira indireta, ter parâmetros para interpretação das bases do processo de aprofundamento da democracia brasileira e também, da questão do envolvimento da sociedade no processo decisório sobre as

---

<sup>4</sup> Forma menos intensa e mais marginal com comportamentos receptivos ou passivos.

<sup>5</sup> O sujeito desenvolve uma série de atividades que lhe foram delegadas de forma permanente.

políticas públicas no país, o que contribuiria para melhoria da eficácia e transparência dos serviços prestados pelo poder público (GOHN, 2001).

Assim, desde de que a redemocratização se fez valer na prática política os entes federativos buscam neste elemento democrático que é a participação fundamentos para implementação de determinadas políticas públicas. Ampliando o termo o Estado passa a procurar os indivíduos para que estes participem dos processos decisórios e legitimem as atitudes estatais. Tal prerrogativa permeou diversas áreas e âmbitos governamentais e na área da cultura no Ceará não foi diferente.

O Estado do Ceará, através de seu Plano Estadual de Cultura (2003), definiu a parte que caberia a este princípio da participação almejada com a implementação de suas políticas:

...deve fomentar a integração e não a subordinação ou a homogeneização entre as culturas. Deve ainda evitar a perversão entre princípios culturais e os interesses vários que a ele se contrapõem, garantindo revitalização cultural das comunidades através de sua capacidade de autodeterminação, de auto-estima, de acesso à educação e de respeito à alteridade. (CEARÁ, 2003)

Levando em consideração a premissa de participação como foi apresentado no Plano Estadual da Cultura, conforme supracitado, neste trabalho buscar-se-á observar, no que se refere à participação, as estratégias desenvolvidas no campo. Já que, os agentes e instituições traçam estratégias alternativas ou não, delimitando as áreas de atuação onde buscam espaço e representação para suas necessidades.

Estas áreas de atuação são inúmeras e dotadas de uma lógica própria, onde se visa deter ao menos nestas áreas e em face de quem dela participa o poder, ou seja, o capital. Entendendo que seja a partir desta concepção que se traça uma estratégia de dominação por parte da camada hegemônica, as camadas sociais dominantes econômica e politicamente estruturam meios de desmobilizar e dominar as demais camadas, em suas variadas áreas de atuação dentre estas o campo livreiro.

Estes meios de dominação podem variar desde a forma de educação que é implementada, às artes e a organização política e, como no caso aqui proposto, o poder público em forma de seus equipamentos culturais. Para compreender de que forma se dá esta luta, este jogo, que tem por finalidade a premiação aos vencedores com a detenção do poder das áreas este trabalho se valerá da conceituação destas áreas enquanto campos. Neste caso um campo livreiro.

Por fim, as categorias e conceitos aqui definidos visam esclarecer o sentido que são atribuídos aos mesmos nesta pesquisa que tem por objeto as Políticas Públicas do Livro, Leitura e Bibliotecas no Ceará.



## CAPÍTULO 1 – O CAMPO LIVREIRO

---

Montar um campo é descrever sua história social e compreender como se configurou seu *habitus* e a posição de seus agentes. É isto o que se propõe este capítulo, descrever o campo livreiro cearense em sua configuração atual.

Bourdieu (2005) a partir de uma leitura de Weber define que com a modernidade temos a autonomização (relativa e eletiva) do campo cultural em relação a outros domínios societários, notadamente a religião e a política. Tal autonomização implica na constituição da cultura como um campo singular, que articula e inaugura: instituições, profissões, atores, práticas, linguagens, símbolos, ideários, valores, interesses, tensões e conflitos. Dessa forma, o campo livreiro exigiria a formação de indivíduos para novas profissões associadas às instituições, que fundam linguagens especializadas e constituem normas simbólicas e sistemas de valores específicos.

Para um melhor efeito expositivo, a montagem do campo livreiro cearense foi dividida em três partes. Esta divisão encontra-se de acordo com as posições dos agentes e a tentativa de uma síntese. As primeiras divisões aqui apresentadas descrevem dois dos principais agentes deste campo.

O primeiro constituído por editoras e livrarias que atualmente representam a forma como a economia influi nas relações sociais do campo e dita normas de atuação, constituindo *habitus* e *capitais*. Na segunda parte, é descrita a forma como o Estado começou a se ocupar deste campo que durante algum tempo foi apropriado prioritariamente pelos agentes econômicos.

Tal divisão assume um caráter heurístico, não representando a realidade como tal. Isto significa que, a divisão aqui estabelecida serve para a análise proposta e como guisa de interpretação para o campo livreiro, o que não exclui outras interpretações que possam ser futuramente apresentadas.

Primeiro é montada a trajetória de um grande conglomerado do campo livreiro, que é originário de São Paulo mas que atua localmente constituindo um modelo atuação. Em um segundo momento foram descritas as formas de atuação mais recentes do Estado neste campo.

A análise proposta observará as posições sociais, em relação com as disposições (habitus) e com as tomadas de posição (“‘escolhas’ que os agentes sociais fazem nos domínios mais diferentes da prática”), conforme se apresentaram no campo descrito, assim fará jus a proposição do método relacional. Buscar-se-á com isso a construção do espaço social em função das posições sociais que agentes e grupos ocupam e/ou ocuparam dependentemente da diferenciação em termos da posse global de capital: tanto o capital econômico, quanto o capital cultural.

Nesse sentido, o elemento da diferenciação é um princípio básico da observação deste espaço e conseqüentemente, o “conjunto das posições distintas e coexistentes”. Assim, diferenças na posição ocupada no espaço social devem ser relacionadas com as diferenças de capital (econômico ou cultural) que, por sua vez, se relacionam com diferenças nas disposições (habitus), que se traduzem em tomadas de posições dos agentes deste sub-campo específico que é aqui intitulado de campo livreiro.

Este campo ou sub-campo se define como espaço social engendrado pelas relações de poder, definidas, por sua vez, “a partir da distribuição desigual” do capital social (econômico ou simbólico), determinante que é da posição (estratégica) “que um agente específico ocupa” neste campo e de que forma interagem.

Assim, a escolha da livraria Siciliano como um índice no sub-campo livreiro se dá medida em que este tipo de acesso ao livro, através do mercado, é o mais comum ao grande público. Além do que este tipo de livrarias têm ditado padrões de organização e de disposição do espaço das demais livrarias mais tradicionais de Fortaleza. Destarte não pretende-se com isto negar a existência de um número superior de agentes e de uma genealogia própria do que seria o campo editorial no Ceará em um sentido amplo. Este campo editorial cearense se fosse remontado por si constituiria um objeto a ser analisado e que, por tempo e dimensão é impossível de abordar de maneira mais profunda neste trabalho que tem por foco outro objeto e no qual o estudo de um viés do campo serve-lhe de embasamento que denote como foram construídas relações entre os comercializavam o livro e o Estado, dois agentes para a compreensão das posições e tomadas de posições no campo editorial e com isso, para a

política do livro. Constrói-se com isso um índice ou indício que torna possível montar e analisar este campo, conforme proposto.

Segundo Ginzburg (2003; 2001) estes indícios são casos, pistas, sintomas, signos que permitem observar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível. Não há um termo muito rígido para designar este método. Segundo o autor, pode-se falar em paradigma indiciário ou divinatório desde que se esclareça que:

Trata-se, como é claro, de adjetivos não sinônimos, que remetem a um modelo epistemológico comum, articulados em disciplinas diferentes, muitas vezes ligados entre si pelo empréstimo de métodos ou termos-chaves. (p.170). [...] entrevê-se, talvez o gesto mais antigo da história intelectual do gênero humano o do caçador agachado na lama, que escruta as pistas da presa. (GINZBURG, 2003, p.154).

A proposta de analisar os pormenores reveladores pelo método ou paradigma indiciário é utilizada para costurar elementos que não são possíveis pelos métodos científicos convencionais. O método indiciário por trabalhar com fatos não perceptíveis, inconscientes e a motivação do que teria sido:

[...] a proposta de um método interpretativo centrado sobre resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores. Desse modo, pormenores normalmente considerados sem importância, ou até triviais, 'baixos' que forneciam a chave para aceder a produtos mais elevados do ser humano. (GINZBURG, 2003, p.150).

A base do paradigma indiciário não é colher e descrever indícios – mas selecionar e organizar para fazer inferências, implica fazer proposições de ordem geral a partir dos dados singulares obtidos. Uma questão relevante é essa articulação entre os dados empíricos e proposições de ordem geral. “O que caracteriza esse saber é a capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente” (p.152).

Depois de referir-se os processos da caça primitiva como provável origem desse modelo de conhecimento, Ginzburg observa seu desenvolvimento histórico através de variados saberes práticos e de disciplinas de conhecimento – sempre com base nessa relação fundamental entre indícios e percepções mais gerais. Mostra, assim, como se chegou, a partir de indícios concretos, em circunstâncias específicas, a um conhecimento de ordem superior ao descritivo, levando à percepção de realidades mais complexas sobre o fenômeno singular.

Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la. Essa idéia, que constitui o ponto essencial do

paradigma indiciário [...] penetrou nos mais variados âmbitos cognoscitivos, modelando profundamente as ciências humanas (GINZBURG, 2003, 177).

Há sempre uma relação entre indícios e um olhar sobre as coisas, para o qual aqueles indícios serão “reveladores”. É necessário para isso fazer articulações entre as pistas e fazer inferências. Como os indícios são os elementos perceptíveis do caso a ser estudado, trata-se, logicamente, de fazer levantamento extensivo e detalhado dos traços que caracterizam o objeto. Entretanto, a proliferação de fatos, processos e detalhes torna evidente que uma tarefa que se pretendesse exaustivamente descritiva seria impossível. Não cessaria de acrescentar dados, dos mais óbvios aos mais insignificantes.

É preciso, então operar seleções – *reduzir* o objeto a seus elementos mais significativos. Esse gesto de abstração apresenta dificuldades. No estudo de singulares, como é evidente, não podemos ter regras *gerais* apriorísticas que determinem as “eliminações” a serem feitas. As distinções entre os indícios dependem do problema da pesquisa – ou seja, o tipo de percepção a respeito do caso, das estruturas e processos próprios do objeto ou situação – suas “lógicas” de articulação interna, de desenvolvimento, de relações com o contexto e do conhecimento disponível sobre o objeto e sobre os âmbitos em que este se processa .

Fez parte, então, deste trabalho de montar um campo livreiro: levantar os indícios, decidir de sua relevância para o objeto e para a pergunta da pesquisa e articular os conjuntos de indícios derivando, daí, inferências sobre o fenômeno.

## 1.1 UM ÍNDICE NO CAMPO LIVREIRO

As livrarias ultrapassam as fronteiras. Para tanto é importante que saibamos um pouco mais sobre estas empresas para melhor entendermos a história política do livro no Brasil e, portanto, no Ceará e em Fortaleza, cidade em que se concentraram as políticas em estudo. Voltamos na história através da descontinuidade geradora tomando como exemplo a vida de uma livraria, e um pouco a do proprietário, Siciliano.

Em 1928, surgia em São Paulo, pelas mãos de Pedro Siciliano, um pequeno negócio dedicado, exclusivamente, à distribuição de jornais e revistas. Com a experiência adquirida na distribuição de diversos periódicos, entre eles “O Cruzeiro” e “A Cigarra”, iniciou-se a importação de revistas norte-americanas, como a *Saturday Evening Post*. Em 1942, com a importação de livros de bolso em inglês para o Brasil e, no mesmo ano, com a inauguração da

primeira livraria no centro da Cidade de São Paulo, iniciava-se a construção do que seria, alguns anos mais tarde, a maior rede de livrarias do país. Em 1988, a Siciliano decidiu expandir suas atividades no campo livreiro, criando a Editora Siciliano, dedicando-se à publicação de livros infantis e literatura em geral. Logo depois entrou para o mercado de usuários de informática, adquirindo, em 1994, a Berkeley Brasil Editora, empresa líder neste segmento.

Em 1996, a Editora se dividiu em quatro novos selos que funcionam como uma editora independente, com estrutura própria de administração e decisão editorial, o que permite um aumento da qualidade editorial. Atualmente esses selos são: um que publica livros de ficção e não-ficção para adultos, outro também de ficção e não ficção para adolescentes, um terceiro que publica livros de negócios e tecnologia e, por fim uma editora que publica livros infantis. Em 1997, a empresa lançou a sua livraria virtual.

A arquitetura deste tipo de livraria é como a de qualquer outra loja instalada nos grandes centros comerciais. Amplas, imitam a ambientação da livraria Barnes and Nobles<sup>6</sup>, que deu origem a este tipo de *lay-out*<sup>7</sup> com pé-direito alto. Normalmente estas livrarias são muito espaçosas, prezando pela luminosidade para garantir o conforto dos clientes quando lêem algumas páginas dos livros que pretendem comprar. Algumas destas livrarias possuem dois andares com escada e elevador para deficientes físicos. Este último serve como instrumento de promoção da livraria se inserindo no mercado como uma empresa socialmente responsável, modismo muito comum em nossa época no que diz respeito à gestão de empresas.

Esta disponibilidade arquitetônica propicia que os livros sejam disponibilizados de forma diferenciada. Numa estante normalmente posta na área central de circulação e que vulgarmente é chamada pelos que ali trabalham de cogumelo, pela semelhança à forma desse fungo em função da arrumação que os livros nela assume. Tais livros espalhados cumprem sua função específica no processo de vendas. São lançamentos e encalhes, produtos que necessitam de uma maior velocidade de vendas do que o restante que se encontra nas

---

<sup>6</sup> A livraria Barnes and Nobles encontra-se em todo território americano e tem como característica central o seu tamanho e espaço para as pessoas circularem. É da livraria Barnes and Nobles que surgiu a idéia de colocar espaços para leituras em que os clientes sentem-se a vontade para sentar e folhear o quanto quiserem o livro que lhes desperta interesse. Assim como é oriundo da Barnes and Nobles o sistema de auto-serviço.

<sup>7</sup> Aqui já justifica-se usar este termo para definir a arrumação e disponibilização das estantes no espaço da livraria, assim como todos seus outros apetrechos: bateria de caixas e material de propaganda enviado para a livraria pelas editoras.

prateleiras típicas. Entretanto para melhor discorrer sobre estas circunstâncias especiais de exposição de livros e sua arrumação dentro do espaço da loja, sua hierarquização, etc, precisamos detalhar amiúde a disponibilização da loja em seu espaço físico e sua lógica voltada para a venda maximizada em todos os sentidos.<sup>8</sup>

Assim, as idéias de Milanesi (1994) acerca da forma dos locais de exposição dos livros que deveriam ser mais atrativos e a função de exposição que deveria permitir uma melhor localização de títulos adquirem uma adaptabilidade maior e mais veloz nos estabelecimentos comerciais do que nas bibliotecas.

No que diz respeito ao seu funcionamento econômico, segundo Earp (2005), os suprimentos de produtos destas livrarias seguem a lógica capitalista aplicada a qualquer mercado, onde tempo é dinheiro e o espaço tem que gerar o lucro proporcional ao investimento. Assim, suponha que o metro quadrado de uma loja custe em torno de R\$ 1.000,00 (mil reais), valor estimado a partir do pagamento com aluguel, dispêndio com luz, manutenção, taxa promocional, funcionário, furtos, enfim toda a sorte de custos que possa ser envolvida em um calculo típico de custos.

Vale salientar que as lojas em shopping center têm seu valor de locação calculado pela sua quantidade de metros; sendo assim e sabendo que na lógica capitalista os investimentos devem ser feitos a quem der o melhor retorno, o investidor de uma loja de Shopping espera ter de retorno no investimento feito entre 17% do valor do metro quadrado de lucro no mínimo, sendo o ponto ótimo em torno de 21% do valor investido já que esta é a taxa de retorno média paga em aplicações financeiras de fundo de investimento a longo prazo; assim o livreiro torna-se um investidor que estipula um salário pra si e determina que seus dividendos deverão ser relativamente iguais ou superiores ao que seria se aplicado em um banco em títulos de longo prazo ou de renda fixa.

Ainda segundo Earp (2005), atualmente as livrarias contam com mais de 200 (duzentas) editoras de larga distribuição em seus cadastros. Tais editoras são responsáveis

---

<sup>8</sup> Atualmente a ideologia dominante não admite mais a menor dúvida: arquitetura é uma arte. Uma arte que tem grande dificuldade em ocultar que se dedica à salvação da sociedade capitalista em crise. [...] Ela é importante para concluir a comercialização da cidade, para o apaziguamento das lutas urbanas e das ansiedades geradas pela “revolução conservadora”, para o estabelecimento de um compromisso entre as classes dirigentes e as camadas sociais médias em ascensão. Fato novo: a arquitetura e suas ideologias conformes às linhas diretrizes fazem parte do acordo mediador. [...] Na realidade, trata-se de dar à arquitetura um significado diferente daquilo que é, tornar ainda mais obscuras as relações sociais que a modelam, de impor silêncio a respeito delas. (SCHNAIT, 1994, apud, NETO, 1999, p. 67).

pela promoção dos livros dentro do estabelecimento enviando para serem expostos “banner’s e móveis”<sup>9</sup> entre outros materiais de promoção e de marketing, remontando a um sistema de supermercados. Tais veículos de comunicação promocional para entrar nestas livrarias de rede precisam ter vindo direto da matriz, não podendo o gerente ou qualquer outro funcionário fazer a exposição deste tipo de material sem a devida autorização da citada matriz que centraliza todas as decisões, como é o caso da inclusão de títulos regionais no seu cadastro e em conseguinte para venda.

A tecnologia aparece neste ponto como uma aliada destas livrarias. Seus terminais de caixa informatizados geram um relatório diário que é enviado à sede em um sistema de transmissão de dados para a recepção destas baixas no estoque para provável reposição. Provável porque dependendo do tempo que o livro tenha levado para ser vendido, este não será repostado, e além da reposição a transmissão destes dados visa atualizar o sistema de consultas da loja, aferindo preços que modificaram, acrescentando livros que entraram no mercado ou excluindo os que foram tirados de circulação. O sistema de informação destas livrarias tem acesso ao cadastro da Biblioteca Nacional, responsável pela catalogação de todos os títulos lançados através de seu sistema de códigos de barra intitulado ISBN.

Estas livrarias trabalham com formas de operacionalização financeira comuns aos demais tipos de comércio: cartão, cheques e dinheiro. No caso há diversas possibilidades de pagamento que variam de acordo com o volume / quantia da compra como é de praxe em estabelecimentos comerciais. Aqui não entra em questão o fato das pessoas serem clientes há algum tempo ou não, aqui a venda é vista como caso isolado e se o cliente precisar de mais prazo, ele terá que efetuar uma compra que proporcione este benefício. A impessoalidade permeia as relações sociais da livraria de shopping, além do livro, o vendedor em si também pensado como produto. O ser humano é coisificado<sup>10</sup> pelo objetivo último de maximização da mais-valia.

Assim, há entre os vendedores uma maior participação do gênero feminino e uma abertura para a diversidade sexual como forma identificação com públicos mais abrangentes

---

<sup>9</sup> Estes objetos de promoção de vendas são como estandartes em papel especial ou plástico PVC. No caso dos móveis estes ficam diretamente ligados aos livros que estão promovendo como chamariz quer seja através de um fio de nylon que o sustente pendurado ao teto no local onde se encontra o produto que este promove ou mesmo grudado nas prateleiras onde está o produto citado. O caso deste último meio de propaganda é interessante por que esta é oriundo das lojas de departamento e de supermercados.

<sup>10</sup> O termo aqui é apresentado como forma extrema da violência como fora atribuído por Marilena Chauí em *Ética* (2007).

que passam a ter representatividade também editorialmente através de linhas específicas de consumo, como no caso dos livros voltados ao público GLBT. Apesar desta concepção de vendedores como produto, é típico deste momento o atendimento intitulado auto-serviço, não só nas lojas como em bibliotecas. Isto abriu caminho para os supermercados no ramo editorial.

O fechamento da venda é dado de forma impessoal. O vendedor entrega uma ficha com seu número para que seja creditada aquela venda para ele e o cliente, portando este número, dirige-se ao caixa que não é necessariamente um vendedor; mas acaba por creditar algumas vendas em seu favor quando o cliente pega o livro e vai direto ao caixa para efetuar o pagamento. Este fato não é muito comum, em lojas que primem pelo auto-serviço e em que os vendedores estariam ali somente para fomentar a compra generalista e não para vender um produto de seu conhecimento específico, talvez aqui identifique-se o caráter de transição que está ocorrendo no ramo editorial.

A maior inovação dos últimos anos ficou por conta do pioneirismo no “T-Commerce<sup>11</sup>”. Em parceria com a *Sky*<sup>12</sup>, a Siciliano foi a primeira livraria a vender seus produtos por meio do controle remoto. As livrarias deste período apresentam características *sui generis* que possibilitam adesivar uma representação de modernidade para a cidade que possuem uma filial. Estas livrarias enfim passaram a ter um novo produto, ela própria. Através do seu sítio na *internet* a rede põe à venda lojas para os que quiserem ganhar dinheiro como fica explícito na oferta de suas franquias, que não passa de um modelo de reprodução de comercialização determinado desde o tamanho até os gastos do proprietário<sup>13</sup>.

Desta forma fica claro que a orientação da oferta se faz cada mais explícita e tangível sufocando a probabilidade de se retomar um ideário de relações mais ideológicas frente ao livro. Tal análise encontra fundamentação na observação de que diferentemente do sistema de produção cultural tradicional, o sistema de indústria cultural por estar submetido a uma demanda externa (econômica) e ao campo da cultura (subordinados aos detentores dos

---

<sup>11</sup> T-Commerce, é um conceito da digitalização que significa trade commerce, ou numa livre tradução mais de sentido que de fato do autor, atravessador. Neste caso específico o espectador de televisão consegue efetuar sua compra através do controle remoto enquanto assiste a um programa de vendas, sendo desta forma o programa, a emissora, apenas uma atravessadora. Estima-se que este será de fato o negócio do futuro em termos de tecnologia digital pois permite uma segurança que a Internet.

<sup>12</sup> Empresa que lidera o mercado de televisão paga no Brasil e que opera com tecnologia digital via satélite, o que permite uma interatividade com seus assinantes que outras emissoras não dispõem.

<sup>13</sup> Fonte: [www.livrariasiciliano.com.br](http://www.livrariasiciliano.com.br)



instrumentos de produção e difusão), obedece assim aos imperativos da concorrência pela conquista de mercado, ao passo que a estrutura de seu produto decorre das condições econômicas e sociais de sua produção. O conteúdo acaba vinculado ao sentido da produção (ADORNO, 2004).

Em outras palavras, o livro vem sendo tratado como um produto meramente econômico sem que haja intervenção de organizações estatais que primem pela observação do conteúdo do que é produzido, não como uma censura mas como uma garantia de que a diversidade de temas que o livro pode abordar chegue ao mercado e não somente o que os produtores consideram como bons de venda. Isto só seria possível através de uma intervenção estatal via políticas públicas democráticas.

Talvez a melhor forma de encarar esta situação vivida é buscar o sentido destes agentes no campo livreiro. É necessário um sentido para o jogo social, e o jogo deve fazer sentido para poder ser jogado. O cimento que garante esta adesão às regras do jogo social, a manutenção da ordem gnosiológica e a garantia do sentido mais imediato do mundo que é *illusio*:

Se você tiver um espírito estruturado de acordo com as estruturas do mundo no qual você está jogando, tudo lhe parecerá evidente e a própria questão de saber se o jogo vale a pena não é nem colocada. Dito de outro modo, os jogos sociais são jogos que se fazem esquecer como jogos e a *illusio* é essa relação encantada com um jogo que é o produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social (BOURDIEU, 1996 pp.139-140).

Através deste conceito de *illusio*, pode-se incorporar as idéias de investimento e libido (pulsão), enquanto motivo da ação, colocando em outros termos a preponderância do velho interesse utilitarista. É, pois, esta utilidade maximizada, tanto condição de funcionamento quanto produto do campo. A utilidade dos espaços, pessoas, relações e do conteúdo do produto livro.

Pode-se, em face ao que foi dito, afirmar que esse momento político de venda de empresas do ramo editorial aos oligopólios internacionais trouxe como consequência, para livraria aqui descrita, um consentimento ativo em termos gramscianos, (FLEURY, 1994) do consumo cultural. Esta idéia significa que a demanda editorial, os consumidores, pensam ter ampliado o leque de opções de leitura mas na verdade este crescimento foi meramente quantitativo, ou seja, número de livros lançados. Não há neste contexto inovações, ou invenções, estéticas e de gênero literário.

Segundo Canclini, (2006a) a transnacionalização que lançaria a indústria literária não só do país mas latino americana no contexto do mercado global não significou um aumento do intercâmbio de títulos nacionais ofertados no exterior e vice-versa, esta continuou limitada mesmo que orientada para uma outra corrente política editorial dita desenvolvida.

## 1.2 A ATUAÇÃO POLÍTICA

Olhando para a história recente vê-se que o livro sempre fora tratado no bojo de políticas culturais universais e generalistas como na Constituição de 1988 e nas Leis de Incentivo à Cultura que sucederam-na; tendo assim um papel secundário frente às outras áreas culturais contempladas com essas políticas abrangentes, como é o caso do audiovisual. O exemplo do Ceará converge com o que acaba de ser dito já que o audiovisual ocupou papel central na discussão das políticas culturais do Estado durante longo tempo (BARBALHO, 2005<sup>a</sup>) enquanto que o livro até mesmo em leis de incentivo ocupou os últimos lugares na relação de projetos contemplados<sup>14</sup>.

É evidente que a área editorial, a área do livro encontrou melhores veredas no privado que no âmbito público mas os avanços na política e na discussão em torno do livro existem, e são inegáveis. Tais avanços se dão principalmente a partir da constituição do PROLER (Programa Nacional de Estímulo à Leitura), em 1992. Os municípios e os estados buscam elaborar leis de incentivo à leitura e à comercialização do livro, acompanhando o governo federal, que nos últimos anos desenvolve ações e programas que tiveram como ponto áureo a Lei do Livro (10.753/2003), que respaldou a produção do Plano Nacional de Livro e Leitura, no início de 2006. Este estabelece diretrizes para a construção da *Política Nacional do Livro*, com estimativa de realização no ínterim dos anos de 2006 a 2022.

O “Plano” visava se efetivar mobilizando vários setores da sociedade brasileira e os diversos âmbitos governamentais, a fim de tratar o livro como uma política de Estado. Neste intuito foi criado um programa de descentralização da política do livro onde seriam constituídas as Câmaras Setoriais do Livro e Leitura que seriam o espaço institucional de diálogo entre escritores, editores, livreiros, bibliotecários, educadores, mediadores da leitura, pesquisadores, gestores, críticos, indústria gráfica e de papel, por intermédio de suas entidades representativas, organizações não-governamentais e o Governo. No seu âmbito a promoção de

---

<sup>14</sup> Este dado é constatado pelo último lugar ocupado pelos projetos editoriais na Lei Jereissati.

reflexões sobre as dificuldades, as oportunidades e os desafios apresentados às *cadeias produtivas e criativas do livro e mediadoras da leitura*, as câmaras diagnosticariam e identificariam em que *elos* dessas cadeias a atuação governamental se torna imprescindível, para configurar uma política voltada para o desenvolvimento editorial e apontar parâmetros para essa atuação.

Assim a Câmara Setorial do Livro e Leitura objetivava contribuir para o avanço das políticas públicas para o Livro, a Leitura, a Criação e as Bibliotecas no Brasil, com a finalidade de incluir todos os segmentos da população brasileira no circuito da cultura escrita, conferindo a estas uma dimensão de Política de Estado, estratégicas para a promoção da cidadania e do desenvolvimento nacional. Teriam assento na Câmara Setorial do Livro instituições que indicariam representantes e respectivos suplentes, e especialistas da área. A CSLL (em âmbito nacional) contaria com um colegiado com 44 instituições e especialistas, representando Governo, Setor Privado, Sociedade e, ainda, um colegiado de representações regionais

O reflexo deste tipo de ação nacional se fez nos entes federados mesmo que de forma paulatina, como é o caso dos programas: Agentes de Leitura, Biblioteca nas Escolas etc. E o reflexo mais significativo de todos é a constituição de leis estaduais do livro que apesar de ter caráter programático abrem precedência para uma história mais ativa do livro no âmbito público estatal. No Ceará a Lei do Livro surge neste contexto, colocando o estado como o segundo no Brasil, e primeiro no nordeste, a ter uma lei própria para o livro.

O Ministério da Cultura, através da Secretaria de Políticas Culturais e da coordenação do Plano Nacional do Livro e Leitura deu ampla publicidade ao processo de constituição da CSLL. Quanto à formação das câmaras, deveriam integrar a CSLL, preferencialmente, instituições de abrangência e representatividade nacional em sua área de atuação. Sempre que possível, recomendava-se que o conjunto de instituições de cada segmento fizesse indicações consensuais (em vários casos, há apenas uma entidade). Também foram convidados especialistas com notório saber para integrarem a CSLL e representantes das macro-regiões do País (normalmente secretários de Cultura ou Educação estaduais).

O primeiro mandato da Câmara Setorial do Livro e Leitura (doravante CSLL) teve vigência até dezembro de 2005. A meta era que a CSLL deliberasse sobre os principais temas pertinentes à área (Regulamentação da Lei do Livro, Diretrizes Estratégicas da Política Nacional do Livro, Leitura e Bibliotecas e Instituições Públicas do setor, entre outros). Ao

final desse período, a CSLL deveria fazer uma revisão sobre sua estrutura, composição e forma de funcionamento. O tempo passado empregado nesta narrativa já deixa intrínseco os fatos que sucederam e que serão descritos adiante.

A representação da CSLL do Ceará, que se encontrava em número menor do que lhe era permitido teve uma atuação ativa nas primeiras rodadas de conversação já que as câmaras setoriais seriam construídas a partir de diálogos e de células regionais. Uma videoconferência foi realizada com o restante dos representantes da região, onde ficou claro que o Ceará se posicionaria na conversa desde o primeiro momento com a intenção de ter um candidato para estar a frente da região nordeste. Nesta videoconferência outros fatores também puderam vir à tona acerca do campo livreiro cearense, como o fato dos outros estados da região terem contado com um número maior de participantes dispersos dentro dos setores hipoteticamente representados. Estes eram oriundos de bibliotecas, programas de ação voltados à leitura e universidades. No caso do Ceará a então presidente do Sindilivros (Sindicato dos Livreiros), logo proprietária de livraria, comandou a transmissão e foi desde o início apontada para estar a frente da CSLL não só no estado como na região por seus pares.

O projeto das CSLL não teve continuidade no ano seguinte, as deliberações não saíram do âmbito discursivo e as ações integradas nunca sequer foram discutidas. A região Nordeste entre si não dialogou os “saberes” e as ações continuaram a ser de iniciativa estatal, quer seja as suas custas financeiramente ou as suas custas politicamente na busca por benefícios federais. A pressão que poderia advir de um bloco regional organizado nunca veio a ser testada, numa replicação do que ocorre em outras áreas políticas.

Porém a última década do século passado havia preparado terreno para que o mercado do livro se popularizar-se mesmo que a toque de caixa e a ferro e força. Assim, no estado do Ceará surgem as Feiras do Livro que logo depois receberiam o grau de Bienal. Aproximadamente 40 anos depois das primeiras articulações feitas em 1957 quando um movimento entre os livreiros (encabeçado por Manoel Raposo), representantes do Estado e da mídia local no intuito de organizar uma feira de livros não conseguiu lograr êxito<sup>15</sup>.

As Bienais do Livro do Ceará fazem parte do calendário editorial anual do Brasil como uma das três maiores feiras de livros realizadas. Desde a I FEBRALIVRO, em 1994, até

---

<sup>15</sup> HÁ 75 anos atrás. *O POVO*, Fortaleza, 05 de mai. 2007, em referência a acontecimentos de 50 anos atrás.

a 7ª Bienal Internacional do Livro do Ceará, em 2006, o Centro de Convenções de Fortaleza tem sido o local escolhido para acolher o evento.

Em 1994, a I FEBRALIVRO ocupou uma área de 1.700 m<sup>2</sup> com 48 expositores e teve um público de aproximadamente 205 mil pessoas. Apresentou uma programação de exposições, lançamentos de livros, seminários, painéis e entrega do prêmio Ceará de Literatura.

Em 1996, a II FEBRALIVRO teve 80 expositores e estimativa de público de aproximadamente 200 mil pessoas. As discussões e debates giraram em torno do livro e das políticas editoriais. A programação de eventos foi extensa, composta de palestras, oficinas infantis, lançamentos de livros de autores cearenses; tardes de autógrafos, shows e outras atrações. O patrono ou escritor homenageado neste ano foi João Cabral de Melo Neto.

Na III FEBRALIVRO, de 1998, foram instalados 102 estandes numa área de 2.000 m<sup>2</sup>, com a participação indireta de 200 editoras do Brasil e três participações internacionais: Portugal (Ebradil), Cuba (Las Américas) e México (Fondo de Cultura). O público totalizou 206.000 visitantes. A programação foi composta de palestras sobre esoterismo, sexualidade e adolescência; debates; mesa redonda; lançamentos de livros de autores cearenses e nacionais; peças de teatro, oficinas de fabricação de livros; contação de histórias, pinturas de rosto e “I Encontro dos Escritores Nordestinos”. Os eventos que se agregavam já se apresentavam como uma associação entre cultura e turismo que viria a ser explorada de forma institucional posteriormente. Nesse ano, houve a participação de Rachel de Queiroz como patronesse.

Em 2000, a quarta edição se transformou em Bienal Internacional, impondo-se no mercado de feiras no Brasil. Como Bienal, reuniu 113 estandes numa área montada de 5.000 m<sup>2</sup> e mais de 200 editoras. Nessa edição, o evento ampliou a participação internacional com estandes de sete países e presença de escritores estrangeiros. A Arena de Escritor, o Café Literário e o Pavilhão Infantil foram as grandes atrações. Neste evento foi introduzido o projeto “Notinha Legal”<sup>16</sup>, projeto este em que as crianças das escolas públicas receberiam um bônus de compra para trocá-lo por livros dentro da Bienal. O público estimado foi de 212 mil pessoas; total de livros vendidos em 122 mil exemplares; movimento financeiro em cerca de R\$ 2.500.000,00, e através da “Notinha legal” foram negociados 4.856 exemplares. Neste

---

<sup>16</sup> Programa do governo que distribuía um vale compra em forma de dinheiro fictício para os alunos da rede pública visitantes como forma de incentivo a leitura.

ano a participação das escolas foi representativa, com 168 escolas visitantes, num total de 27.595 crianças e adolescentes. O patrono dessa edição foi Patativa do Assaré.

A esta altura as feiras e o otimismo de uma moeda forte (o Real) fomentavam a produção editorial do país, e a distribuição (grande cadafalso deste mercado) deveria ser superada. Abriu-se espaço nas e pelas associações, principalmente na Câmara Brasileira do Livro, para que os editores passassem a comercializar em locais mais populares, locais de maior rotatividade que não tivessem unguídos do estigma aristocrático que o livro carregava consigo. Em meios a protestos dos livreiros, os livros adentram os supermercados e até mesmo as farmácias<sup>17</sup> do Ceará:

Apesar dos baixos índices de leitura do País, o mercado literário entrou em evidência no início do ano 2000. em Fortaleza, supermercados estão investindo no setor literário de suas lojas chegando a comercializar mais do que os básicos livros de auto-ajuda, apesar de ser ainda o gênero mais vendido.<sup>18</sup>

A matéria do jornal continuava descrevendo os avanços obtidos pelos leitores e os almeçados pelos novos agentes deste campo tão turvo;

O preço dos livros em supermercados são bem variáveis. O hiper Bompreço, por exemplo, possibilita ao cliente preços até 30% mais baratos devido ao grande volume de livros negociados com as editoras. Os volumes são distribuídos em 116 lojas nos nove estados do Nordeste. O acervo do Bompreço é bem amplo, chegando a dois mil livros por unidade. Lá há uma maior variação nos gêneros vendidos, entrando em cena os de religião, com grande aceitação no mercado.<sup>19</sup>

Em 2002, foi realizada a 5ª Bienal Internacional do Livro do Ceará, desta vez ocupando uma área de 8.000 m<sup>2</sup>. O crescimento em número de estandes e de editoras presentes, fez com que a Bienal do Ceará se colocasse entre as quatro maiores do Brasil. Nesse ano, com 150 estandes e 300 editoras nacionais e internacionais, entre os países presentes estavam a Alemanha, Inglaterra, Espanha, México, Portugal e França. Teve um público visitante de 291.620 pessoas, um total de livros comercializados em torno de 288.600 livros e uma movimentação financeira de R\$ 5.265.000,00. Os gêneros mais vendidos foram: literatura infantil e juvenil, literatura em geral, obras técnicas; auto-ajuda; religiosos e esotéricos. Podendo citar ainda 167 escolas visitantes, entre públicas e particulares, e 15.200

---

<sup>17</sup> Caso das farmácias Pague-Menos no Ceará.

<sup>18</sup> LIVROS na prateleira, *O POVO*, Fortaleza, 8 de set de 2006, Vida & Arte, p.1

<sup>19</sup> Ibid.

crianças e adolescentes que vistaram a Bienal. Nesse ano ainda foram introduzidos encontros paralelos destacando-se a 1ª Convenção de Livrarias do Nordeste, 1º Encontro do Sistema Estadual de Bibliotecas e 1º Encontro do Autor Jurídico. Nessa ocasião, o escritor homenageado foi Ariano Suassuna num prenúncio da *armorialidade* que estaria por vir<sup>20</sup>.

### 1.3 Em busca do campo livreiro cearense

Os dados relativos ao mercado editorial cearense são escassos e encontram-se muitas vezes agregados a pesquisas de âmbito regional e/ou nacional. O Sindilivros-CE - Sindicato dos Livreiros do estado do Ceará, não dispõe de um sistema de informação próprio limitando este ponto de sua atuação ao número de livrarias filiadas. Os dados mais recentes que a instituição dispõe é composto por uma pesquisa de âmbito nacional realizada pela CL-DF<sup>21</sup> em 99, com dados agregados em escala nacional e outra realizada pela CBL no início dos anos 2000 fez um levantamento por região. Tais pesquisas, utilizadas oficialmente pelas instituições responsáveis pela cadeia do livro já apontavam para a necessidade de um estudo mais profundo e sistematizado, assim instituições de âmbito nacional reuniram-se e realizaram a pesquisa *Retrato da Leitura no Brasil*<sup>22</sup> que vem a ser uma das fontes mais atuais de dados destas instituições e também do Sindilivros do Ceará.

As estatísticas da pesquisa *A Economia da cadeia produtiva do livro* encomendada pelo BNDES em 2005<sup>23</sup> indicam que o mercado comprador de livros representa 20% da população brasileira. Dessa pequena parcela, 60% têm mais de 30 anos, 53% são da Região Sudeste e mais da metade são de cidades grandes e metrópoles. Estima-se que 16% da população possui 73% dos livros, revelando uma dinâmica idêntica à distribuição de renda no país.

---

<sup>20</sup> Aqui faz-se uma referência à tese que deu origem a um livro da então futura secretaria de cultura Cláudia de Souza Leitão. O livro com título *Por uma ética da estética* traz sua apresentação assinada por Ariano Suassuna e foi editado pela Fundação Demócrito Rocha.

<sup>21</sup> Esta pesquisa da Câmara do Livro do Distrito Federal falha em sua metodologia por alocar como livrarias: papelarias, supermercados e farmácias. O critério desta pesquisa consistia em considerar livraria todo estabelecimento em que se comercializasse livros.

<sup>22</sup> Pesquisa feita para a Câmara Brasileira do Livro - CBL, Associação Brasileira de Celulose e Papel - BRACELPA, Sindicato Nacional de Editores de Livros - SNEL e Associação Brasileira de Editores de Livros - ABRELIVROS. Dados obtidos em *Linhas de Ação para a Política Nacional do Livro - BRASIL, 2006*

<sup>23</sup> Esta pesquisa é fruto do trabalho do Laboratório de pesquisas da economia criativa da FGV coordenado pelo professor Fábio Sá Earp que desenvolve suas pesquisas sobre questões econômicas da cadeia produtiva da cultura e do entretenimento.

Estima-se quanto ao acesso dos livros de leitura corrente<sup>24</sup> que: 50% foram comprados, em contraposição a 8% tomados de empréstimos às bibliotecas e 4% dados pela escola. O Brasil possui 1.500 livrarias, 2/3 na região sudeste. O ideal seria 10.000 bem distribuídas. Não existem livrarias em 89% dos municípios brasileiros. Cerca de 1.000 municípios brasileiros localizados nas regiões mais pobres do território nacional ainda não têm uma biblioteca pública. No Ceará, não há dados específicos sobre número de livrarias, editoras que não atuem de maneira geral em outras áreas que não a literária, enfim, sobre a área do livro e sua cadeia produtiva. Ainda assim, pode-se constatar através dos poucos dados levantados que a média do estado é de 1,04 de biblioteca por município (CEARÁ, 2005).

É possível ir além destes dados e fundamentar em outras fontes números que permitam observar a distribuição das livrarias por municípios em uma determinada região. Assim pode-se construir uma tabela através dos dados do IBGE<sup>25</sup>, mostrando com isso tanto a representatividade dos municípios com livraria na sua própria região (variação % na região), como a representação dos municípios com livraria em seu estado (variação % no estado).

Destarte veremos que a região Nordeste (figura/tabela abaixo) possui 416 municípios com livraria. Grande parte destes estão localizados na Bahia, são 122, representando percentualmente, a maior concentração em termos regionais (29%). Do total de municípios baianos, 29% deles têm livraria. O Maranhão atinge 15% do total da região e 29% dos municípios de seu território. Pernambuco e Ceará possuem todos os números equiparados, e expressam uma quantidade mediana de municípios com livraria, 58 e 57, respectivamente. Esses estados apresentam percentuais idênticos na distribuição de municípios com livraria em seus territórios. Chamam atenção os números referentes ao Piauí: totaliza 223 municípios, mas apenas 15 têm livraria, ou seja, no estado são 7%. Essa representação na região é ainda mais discreta (4%). A situação da Paraíba é um pouco melhor. Esse estado também possui 223 municípios, mas o número de municípios com livraria é mais que o dobro do Piauí (35). Apesar disso ainda é muito pouco, pois apenas 16% de seus municípios têm o equipamento.

---

<sup>24</sup> Que não são técnicos ou didáticos.

<sup>25</sup> IBGE. *Pesquisa Perfil dos Municípios Brasileiros – MUNIC 2005*. Rio de Janeiro, 2006 In: Dados obtidos em SILVA, Andréa Gomes da *O Acesso à leitura e o perfil do leitor – Um recorte*. Anais do IIIº ENECULT, Salvador, 2007



## Variação de livrarias por municípios no nordeste

Região Nordeste				
Estado	Qtd. Total de Municípios	Qtd. De Municípios com Livraria	Var. % região	Var. % estado
BA	417	122	29%	29%
PB	223	35	8%	16%
PI	223	15	4%	7%
MA	217	63	15%	29%
PE	185	58	14%	31%
CE	184	57	14%	31%
RN	167	22	5%	13%
AL	102	27	6%	26%
SE	75	17	4%	23%
<b>TOTAL</b>	1793	416		

Fonte: SILVA, 2007.

Tais dados são importantes para a observação da questão do livro na região nordeste e no Ceará. Todavia, é um *retrato*, com foco no aspecto econômico material da cadeia produtiva do livro (produção, circulação e consumo) e ainda assim os dados não são detalhados e tampouco demonstram uma transparência e objetividade metodológica. Esta é uma das tendências mais observadas nos estudos referentes às questões do livro, inclusive as de caráter político, quer sejam estas técnicas ou acadêmicas.

Porém, não é o caso deste trabalho chegar somente a um provável um viés estatístico sobre o livro no Ceará. Pois, foi através dos conceitos de *habitus* e de campo que fundamentou-se e se estruturou um alicerce para a análise deste campo da produção cultural, na qual se postula uma correspondência entre as estruturas sociais e simbólicas. A interligação entre ambas, possibilitada pela postulação teórica da homologia estrutural, permite que se introduza no simbólico a dinâmica da luta pela hegemonia do poder: o poder simbólico. Aqui talvez esteja a contribuição maior de Bourdieu, a saber, a construção de um modelo teórico capaz de explicar as afinidades, as distâncias, os conflitos que caracterizam o campo livreiro, em suma, o complexo sistema no qual se movem autores, textos, leitores.

Esta movimentação teórica feita a partir da obra de Bourdieu percorreu uma constante: a superação de antinomias a que nos obriga a própria linguagem que – forçosamente – se tem

de empregar para falar sobre cultura; o dentro e o fora, o subjetivo e o objetivo, a liberdade e a necessidade. Nessa teia simbólica socialmente criada, na qual desenvolvem-se as estratégias (dentre elas as discursivas) da batalha pela hegemonia do campo livreiro, com a ação dos múltiplos mediadores - munidos da sua forma específica de capital. Este diz respeito às formas de conhecimento editorial, competências ou disposições de seus agentes, através de um código internalizado, desigualmente distribuído e fiador dos ganhos de distinção (Bourdieu, 1996a) - que contribuem para o significado do livro no campo.

Esses agentes sustentam o universo da crença e seu poder, um poder que em tudo se assemelha à palavra mágica eficaz, produtora do que anuncia: as obras, literárias ou artísticas, têm a importância que lhes atribuem os grupos dotados de força objetiva e relativa às posições que ocupam socialmente. Do mesmo modo que na produção, a recepção desses bens simbólicos é largamente tributária das respectivas competências para sua análise e apropriação.

Nada de novo sob o sol já que os agentes reunidos enquanto grupos de afinidade e sociabilidade, em seus respectivos campos, agem segundo a posição que ocupam neste mesmo campo, muitas vezes através da luta e de alianças para aquisição de posições de honra, prestígio, poder ou aumento de seu capital econômico. É na relação propensa do *habitus* sintonizado às predisposições do campo que o agente pode ser recompensado com méritos e alcançar melhores posições (BOURDIEU,1996).

Retomando as questões apresentadas nas análises econômicas, um dos motivos que poderiam ser apontados como causa nesta indefinição dos dados é a própria indefinição dos agentes. Não querendo referir-se aqui tão somente ao fato de farmácias que vendem livros serem alocadas como livrarias mas também ao fato de que livrarias mantêm cadastros ainda como representantes, distribuidores etc. isto além de reter o capital deste campo específico nas mãos de poucos que lucram em diversas posições da cadeia produtiva do livro ainda desencoraja uma concorrência e por consequência o crescimento da área em questão

Por fim, o campo livreiro cearense não goza de uma relativa autonomia (seus agentes portam o capital mas não exercem a efetividade simbólica), estando sempre dependente dos impactos, regras e efeitos das ações de outros campos que lhe perpassam. Não há melhor forma de demonstrar esta abstração teórica que as palavras de um agente deste campo:

O escritor Carlos Augusto Lima explica que o mercado é regido de acordo com suas próprias regras e cabe ao próprio autor seguir um projeto particular. ‘Tem escritores que acham interessante publicar um livro numa grande editora, outros financiam sua própria obra, bancando tanto publicação quanto distribuição. O que ocorre aqui na cidade é que muitos escritores não têm noção de como esse processo funciona. Será que a gente tem informação a isso? Será que uma gráfica tem poder de distribuição? Falta conhecimento de como funcionam os mecanismos de mercado.’ Carlos Augusto pontua que tal problema não existe apenas no Ceará. ‘Lidar com o mercado é lidar com o risco. É um trabalho hercúleo, seja de quem faz poesia ou romance. Publicar é arriscado pois exige malícias e estratégias pessoais.’<sup>26</sup>

A constelação das forças sociais e políticas, ou seja, o exercício de poder pelas elites políticas e econômicas, parece, no caso em estudo, determinar de forma bem mais decisiva os rumos do livro do que quaisquer arranjos, independentemente do quão institucionalizados estes sejam. É pertinente neste contexto lembrar de Tocqueville (2005) e de sua análise da democracia na América, onde ele contrapõe o desenrolar dos acontecimentos políticos em tempos democráticos da vida política nos tempos aristocráticos, chegando a conclusão de que nos tempos de aristocracia (no Brasil talvez seja mais indicado falar em tempos de oligarquia) as influências particulares e as atitudes dos indivíduos teriam uma influência relativamente maior sobre os acontecimentos políticos, enquanto nos tempos de democracia seriam os fatos e estruturas gerais os elementos decisivos da vida política.

---

<sup>26</sup> FAZER O LIVRO circular é o maior desafio, *O Povo.*, Fortaleza, 21 de abr de 2006, Vida & Arte, p. 1.

## CAPÍTULO 2 – O LIVRO NA SECULT

---

Após levantar índices que apontam para uma relação simbiótica<sup>27</sup> entre agentes econômicos e políticos na área do livro no Ceará este capítulo visa a demonstrar que tal associação não se resume às práticas, legitimando-se através de documentos, leis e até mesmo da conceituação política que os agentes políticos do período fazem de si e da concepção das políticas do livro.

Este capítulo, diz respeito a uma das dimensões da política pública anteriormente discriminada intitulada de Politics – a dimensão processual. Porém, é válido reiterar suas especificações que abrangem os processos e tudo o que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição. Tais decisões costumam acontecer através da participação dos grupos envolvidos e aptos para decidir ou assim deveria ser. Dessa forma, participam do processo decisório os atores que tenham conhecimentos para agregar. No caso de uma democracia representativa os representantes eleitos e sua equipe escolhida.

Esta dimensão será analisada principalmente sob o viés da teoria foucaultiana e de outras que com esta dialogaram e/ou o sucederam a respeito dos discursos. Todavia é necessário para compreensão da escolha do material selecionado para a análise, a começar pela idéia de dispositivo.

Etimologicamente, duas são as acepções mais corriqueiras para o termo *dispositivo* uma diz respeito a disposição particular das diferentes partes de um aparelho/ máquina ou aparelho construído com determinado fim e engenho. Ainda encontra-se uma definição militar que corresponde a formação de uma unidade de combate (HOUAISS, 2001). Enfim, *dispositivo* acaba por ter dois vieses sendo um de organização material das coisas e outro de

---

<sup>27</sup> Simbiótica como a relação entre sociedade e indivíduo descrita por Elias em Sociedade dos Indivíduos, pois onde por vezes parece que há uma força delimitadora da atuação de um (sociedade) para com o outro (indivíduo) em verdade há uma relação de interdependência vital.

organização das atividades humanas, ambos planejados e devendo agir de acordo com uma finalidade.

Em uma perspectiva da análise dos fatos de comunicação, o dispositivo é antes de tudo, de ordem conceitual. Ele é o que estrutura a situação na qual se desenvolvem trocas linguageiras ao organizá-las de acordo com os lugares ocupados pelos terceiros da troca, a natureza de sua identidade, as relações que se instauram entre eles em função de certa finalidade. (CHARAUDEAU, 2006, p. 53)

O emprego varia de acordo com as condições materiais de tais trocas linguageiras assim como em função da situação de comunicação, estabelecendo um encaixamento entre um *macrodispositivo conceitual*<sup>28</sup>, que estrutura cada situação de troca e *microdispositivos materiais*<sup>29</sup> que especificam. O *dispositivo* é, para a finalidade deste trabalho, o que concebe significação ao discurso político ao fazer que todo enunciado produzido em seu interior seja interpretado e a ele relacionado.

Concordando com Augé (1994), pode-se dizer que a intervenção política é exemplar do que propomos chamar de dispositivo, num sentido amplo. Pois, ela obedece a certo número de restrições formais e gera uma expectativa e uma previsão dos resultados; dá tratamento a uma alteridade (a do público, em geral, e a dos adversários políticos, em particular) além de tentar estabelecer um “consenso” ou uma maioria. Isto é, a afirmação de uma identidade relativa a uma questão particular ou à uma conduta dos negócios de Estado.

Esta compreensão é fundamental para a construção de um *corpus*, para a análise do discurso que se deu através da coleta de dados-textuais como: Plano Estadual de Cultura, Lei do Livro e Entrevistas. Os textos foram escolhidos respeitando alguns critérios básicos que garantiram o rigor científico. Sendo estes os critérios: temática de relevância (política do livro), homogeneidade (dispositivos comunicacionais do Estado: políticos, administrativo e jurídico), temporalidade (a época em que foram escritos).

A análise do *corpus* foi norteada por macrodispositivos conceituais de legitimidade e identidade divididos por categorias teóricas (ex: federalismo) estabelecidas por Cunha (2003),

---

<sup>28</sup> Como a tentativa de identificação com os ideários de democracia, federalismo, descentralização e cidadania como forma de legitimar a palavra-ação utilizada na análise feita neste trabalho.

<sup>29</sup> É o caso dos jornais, comícios, entrevistas, planos de governo ou de estado, leis etc. Cada forma de microdispositivo exige um alinhamento, uma adaptação para encaixe do macrodispositivo.

Moraes (2007). Foram aproveitadas categorias empíricas (oriundas das entrevistas, tais quais: gestão, decisão etc) para realização da análise e apresentação dos dados.

Em face à conceituação acima descrita institui-se que a natureza da metodologia empregada nesta parte pesquisa é qualitativa (análise de discurso) e estatístico-textual (co-ocorrência de palavras). O processo de análise será realizado com o auxílio de um programa computacional de assistência na análise qualitativa, *Atlas.ti*. Através deste foi realizado a contagem de palavras que embasou a análise de co-ocorrências assim como a seleção, categorização e ligação entre trechos das entrevistas.

## **2.1. A lei do livro do Ceará – Uma análise comparativa**

O Plano Estadual de Cultura pouco diz respeito às orientações acerca de uma política do livro, contudo, há um aspecto importante do Plano que irá determinar um elemento chave com relação ao livro, é a idéia de Federalização. Este mote acaba por orientar as políticas culturais num sentido de interiorização e municipalização, marco da gestão em análise. Isto além de representar uma tentativa de dar um tom político à um plano que na sua maior parte se assemelha a um plano estratégico empresarial. Federação seria um carro chefe conceitual no plano que permitiu abordar questões políticas como cidadania e participação.

Federação é uma forma de organização do Estado, de estruturação da sociedade estatal. Etimologicamente, significa pacto, união, aliança. Quando as capacidades políticas, legislativas e administrativas são atribuídas constitucionalmente a entes regionais, que passam a gozar de autonomias próprias, surge a forma federativa. Neste caso, as autonomias regionais não são fruto de delegação voluntária de um centro único de poder, mas se originam na própria Constituição, o que impede a retirada de competências por ato voluntário de poder central.

Assim, o Federalismo, cultural ou não, refere-se a uma forma de Estado (federação ou Estado Federal) caracterizada pela união de coletividades públicas dotadas de autonomia político-constitucional, autonomia federativa; a federação consiste na união de coletividades regionais autônomas (estados federados, estados-membros ou estado). Estado federado não significa necessariamente Estado descentralizado. Todavia o discurso de federalismo cultural empregado nos dispositivos comunicacionais da Secult referente à política do livro atrelam sempre a idéia de *descentralização* ao *federalismo*, ambas oriundos do processo de

*democratização da cultura* que funciona como um dos valores macro-discursivos da política cultural no período de 2003 a 2006, período aqui analisado.

Juridicamente a descentralização é compreendida como a transferência de execução do serviço ou da titularidade do serviço para outra pessoa, quer seja de direito público ou de direito privado. A descentralização, mesmo que seja para entidades particulares, não retira o caráter público do serviço, apenas transfere a execução. A transferência da execução do serviço público pode ser feita por outorga<sup>30</sup> ou por delegação<sup>31</sup>. (MORAES, 2007)

Politicamente, a descentralização é freqüentemente concebida como a transferência de autoridade dos governos centrais para os governos locais, tomando-se como fixa a autoridade total dos governos sobre a sociedade e a economia. Os esforços para definir e medir a descentralização concentraram-se primordialmente na autoridade fiscal e, em grau menor, na autoridade política e da gestão de políticas públicas, no caso específico deste sub-tópico a política do livro.

Entretanto esta descentralização proposta pela idéia de federalização só ocorre se legitimada, ou seja, se garantida em lei. Daí a necessidade de compreensão do que seria uma lei. Para este trabalho, a lei é o dispositivo comunicacional jurídico no processo político e é através dela que se legaliza e se tornam coletivas ações de cunho por vezes políticos partidários - na maior parte delas.

A formulação de leis estaduais permite que a descentralização política comece a ser instaurada, quer seja pela autonomia que o Estado passa a ter com a União, quer seja para repassar e atribuir responsabilidades de execução aos municípios. Este último era o sentido da maioria dos programas do período analisado. Contudo quando se tratou da lei do livro houve algumas diferenciações.

Para analisar a lei do livro do Ceará, *locus* de interesse desta pesquisa foi utilizado um método comparativo, estatístico-textual, intitulado de co-ocorrência de palavras que consiste na contagem de palavras apresentando a freqüência com aparecem num determinado texto, neste caso nas leis. Após ser feita a contagem procedeu-se à limpeza dos dados que consiste

---

<sup>30</sup> Implica na transferência da própria titularidade do serviço devendo ser feita através de leis.

<sup>31</sup> Implica na mera transferência da execução do serviço podendo ser estabelecida por outros meios que não as leis como os atos administrativos.

em selecionar as palavras de maior frequência de aparição no texto e excluir palavras que não tenham um valor interpretativo para a análise como os artigos (o,a, os, as etc).

A escolha das leis para uma comparação se deu na medida em que a Lei do Livro do Ceará é a terceira a ser constituída no país tendo sido sucessora da Lei do Rio Grande do Sul e da Lei Nacional. Esta última surge no intuito de não só ser uma lei programática para a área do livro, leitura e biblioteca como também para servir de esqueleto na formulação das leis estaduais que vieram depois dela. Inclua-se aí a Lei do Livro do Ceará.

Dito isto, o que será questionado aqui é o sentido que estas leis tem, em torno de que valores e que concepções elas estão formuladas. A contagem de palavras servirá de pista que dá suporte e orientou na leitura e inferência sobre as mesmas. Vale lembrar que a análise comparativa é um recurso da hermenêutica jurídica no que diz respeito ao estudo das leis (MORAES, 2007). A figura abaixo (figura 2) diz respeito a esta comparação feita entre as leis através do método de contagem de palavras conforme descrito acima no intuito de nortear a análise posterior das mesmas.

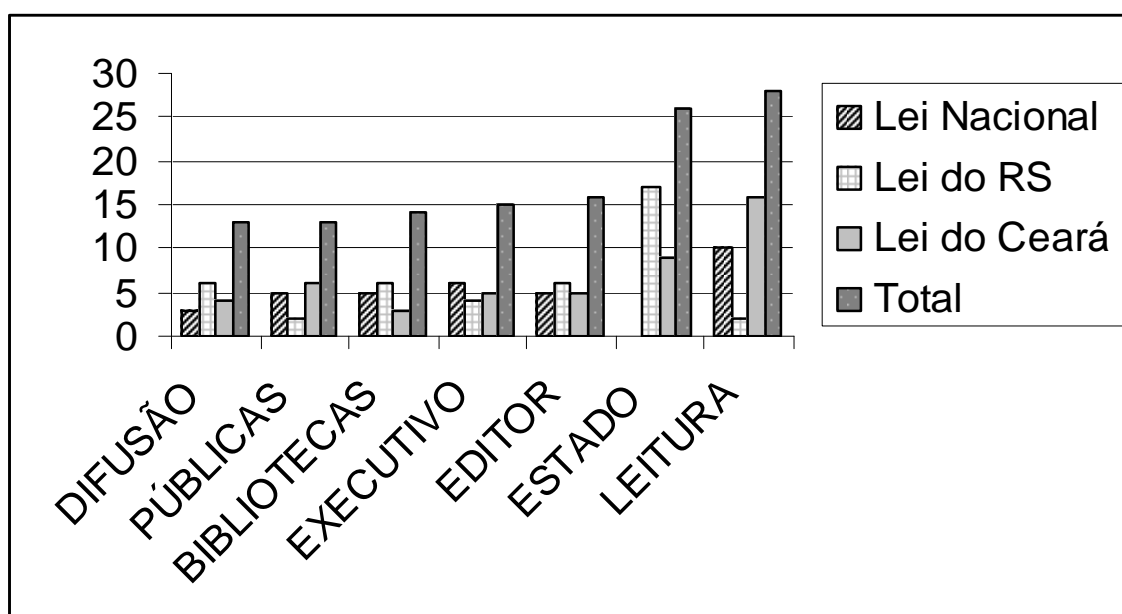


Figura 2- Palavras com maior número de ocorrência

Através da figura acima se pode constatar que o número de ocorrências das palavras tende a seguir uma tendência no que diz respeito ao total, ao somatório de vezes que as



palavras acima discriminadas apareçam nas leis, apontando assim para uma maior utilização dos termos Estado e Leitura.

Contudo, uma observação mais detalhada remete a uma variação no uso destes termos entre as leis analisadas. Isto se dá, principalmente, com a palavra Estado que aparece como foco maior na Lei do Livro do Rio Grande do Sul e pouco aparece na Lei Nacional do Livro. Ainda sobre a lei do Rio Grande do Sul pode-se inferir que há uma dispersão maior no uso de palavras como *difusão*, *editor* e *bibliotecas* em contrapartida as palavras *públicas*, *executivo* e *leitura*.

Já a lei do Ceará concentra-se principalmente nas palavras *leitura*, *Estado* e *públicas*. E uma dispersão normal entre as demais palavras. Cabe a questão, o que pode se inferir daí.

No caso da lei do Rio Grande do Sul, pode-se inferir que a mesma sofreu uma de vertice política do PT (Partido dos Trabalhadores) que tinha à frente da gestão estatal Olívio Dutra, isto poderia sugerir que normalmente as leis culturais outorgadas pelo PT tenderiam a ter o Estado como peça fundamental em sua constituição. Mas, a lei Nacional foi feita já na gestão federal do PT e não seguiu o mesmo padrão concentrando-se na palavra leitura.

Pode-se caminhar por dois trajetos de interpretação para este caso onde, concentrar-se sobre a leitura e esvaziar o Estado remonta a dois aspectos;

1. O Estado passa a responsabilidade da compreensão de mundo e desenvolvimento à um ato individual (numa concepção contrária à leitura como ato social) que é a leitura eximindo-se do seu papel de tutor social.
2. Remete ao ato (leitura) e não ao sujeito (leitor) que o pratica, este fato é típico do pragmatismo nos moldes de desenvolvimentos econômicos vigentes que se enuncia através da máxima “*just do it*”.

Assim, a leitura assume na Lei Federal um papel mais relevante que o Estado. A primeira inferência onde, o Estado, para eximir-se de seu papel de tutor convoca seus partícipes, cadeia produtiva e leitores para que assumam a responsabilidade através principalmente da circulação é a guia de observação desta análise. Este último aspecto, a circulação, é representado pela palavra *difusão* como visto no quadro.

Essa aproximação pela palavra difusão levanta a seguinte questão: Até onde existe um sentido diferenciado entre estas leis? Isto, por que, a utilização das palavras acima citadas que

poderiam levar a inferir que lei rio grandense é centrada no poder estatal enquanto que a Lei Nacional centra-se nos critérios de leitura sendo distintas. Entretanto, há uma divergência numa análise amíúde de seus artigos como nos artigos como:

Art. 2º - A atividade editorial, integrando o processo cultural do Estado do Rio Grande do Sul, é considerada de importância estratégica relevante e **indústria de base essencial** para o desenvolvimento do Estado.

Art. 5º - Para a atividade editorial, serão estabelecidos **incentivos, com a dotação de linhas creditícias de médio e longo prazos, através do Banco do Estado do Rio Grande Sul ou outras instituições oficiais**, disponibilizando recursos para a modernização editorial e o financiamento da comercialização e produção editorial, e assegurando possibilidades competitivas com o mercado nacional e internacional.

Art. 6º - **Deverão ser estabelecidos planos de formação**. capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos **alocados na cadeia produtiva do livro e da comunicação editorial**, através de programas específicos. (RIO GRANDE DO SUL, 2001) [*grifo do autor*]

Estes artigos da Lei do Livro do Rio Grande do Sul significam para a análise ora realizada que quanto maior a intervenção estatal no domínio do livro através de fomento direto a população, maior será sua intervenção como fomentador da industria cultural que o promove. Logo, os benefícios vêm para todos mas de maneiras diferentes. Para uns o acesso à leitura equivale a poder de crédito junto ao Estado e a isenção de impostos entre outras prerrogativas de viabilização da comercialização alegadas pelos produtos editoriais. Para outros o direito de poder ler. Esta primeira idéia de fomento permeia as demais leis ora em análise da mesma maneira, em maior ou menor escala.

Ainda com relação ao fomento pode-se citar que é na Lei Nacional em que o livro é pela primeira instituído como um direito, este seria o objetivo da formulação da lei, ou seja, “assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro” (BRASIL, 2003). Tal direito seria assegurado pelo fomento à leitura através da federalização deste, atribuindo o compartilhamento da responsabilidade aos estados e municípios, inclusive orçamentária. Isto se dá o seu artigo 16º onde; “a União, Estados, Distrito Federal e Municípios consignarão, em seus respectivos orçamentos, verbas às bibliotecas para sua manutenção e aquisição de livros” (BRASIL, 2003).

As duas mudanças de maior impacto nas leis analisadas dizem respeito à concepção que o Estado tinha de livro, como material permanente do patrimônio o que não levava em consideração no mínimo a depreciação do mesmo. Assim, o artigo 18º da Lei Nacional

institui que com a finalidade de controlar os bens patrimoniais das bibliotecas públicas, o livro não é considerado material permanente<sup>32</sup>.

Este assunto já era contemplado na Lei do Rio Grande do Sul, o Ceará não replica o artigo mas assume o posicionamento da Lei Nacional, já que, uma Lei promulgada em âmbito nacional tem poder coercitivo sob as leis estaduais e quando estas últimas não estão de acordo são julgadas inconstitucionais. Dessa maneira a Lei do Livro no Ceará não explicita a questão patrimonial do livro todavia não se contrapõe ao artigo o que de forma tácita significa uma aceitação do mesmo.

A outra mudança vem no bojo da discussão política do momento em que fora formulada a Lei Nacional e diz respeito a criação de parcerias, públicas ou privadas, para o desenvolvimento de programas de incentivo à leitura, com a participação de entidades públicas e privadas.

Nas três leis o Estado ainda faz valer seu poder regulador normatizando através da editoração como demonstrado no artigo 11º da Lei Nacional, onde, os contratos firmados entre autores e editores de livros para cessão de direitos autorais para publicação deverão ser cadastrados na Fundação Biblioteca Nacional, no Escritório de Direitos Autorais.

Porém, o Ceará dá um passo adiante no poder regulador quando instaurou em sua lei que compete ao Poder Executivo indicar, dentre seus Órgãos, a composição do Comitê Gestor do Plano Estadual de Difusão do Livro e da Leitura, assegurando a participação da sociedade civil, através de representantes das cadeias criativa e produtiva do livro e mediadora da leitura, na Câmara Setorial do Livro e da Leitura do Estado do Ceará.

Além disto, a Lei do Livro do Ceará ainda infere que esta deva propiciar a participação da sociedade civil no processo de definição do conjunto de metas e ações a serem priorizadas por essa política setorial, mediante a prática de diálogo contínuo objetivando a construção e avaliação da Política Pública direcionadas a área.

---

<sup>32</sup> A idéia de livros não permanentes é uma ruptura, talvez a maior, na forma como livro era tratado historicamente posto que era tido como permanente e com isso havia uma dificuldade muito grande em adquirir novos volumes de obras quer seja por desgaste ou por procura pois no sistema constaria ainda este passivo nas bibliotecas. E que pode tornar-se um fator negativo se for usado como prerrogativa ao desperdício do erário em compras de material desnecessário. É em função deste artigo que a lei do livro é apelidada por alguns como a “lei dos livreiros”.

Assim, a Lei do Livro do Ceará traz como elemento inovador a idéia de co-gestão das políticas do livro e uma preocupação com a municipalização, interiorização, das políticas propostas. A idéia de constituir câmaras setoriais onde se discute as ações é fundamentada no Plano Nacional do Livro que segue as diretrizes do Plano Nacional de Cultura. Mas, é no Ceará onde a participação pe garantida por lei.

Todavia vale a ressalva do que já fora mostrado no primeiro capítulo deste trabalho sobre a inoperância da câmara setorial do livro em âmbito nacional. Os encontros da câmara setorial do livro do Ceará lograram um êxito de ter mais proposições de mudanças e criações de ações que os encontros no âmbito nacional. Entretanto o longo espaço de tempo entre uma reunião e outra fez com que houvesse um esmoecimento no movimento.

Além dos fatores acima há de se levantar mais uma questão sobre a lei do livro no Ceará que diz respeito a uma tentativa de municipalização das políticas do livro, numa tentativa de passar a frente a federalização da Lei Nacional, uma re-federalização.

Em face ao que foi dito, o que se percebe é que, ao menos na lei, a política do Ceará se faz valer de maneira positiva. Contudo o que em verdade se constata é que estas leis por serem programáticas, ou seja, necessitam de outras para se fazer executar, acabam tornando-se uma carta de intenções, um ideal do que seria o tratamento dado ao livro, a leitura e a biblioteca principalmente no Ceará. O contraste com o que se deu na realidade pode ser visualizado no capítulo seguinte em que serão analisados amiúde alguns programas desta política.

## **2.2. O Principal Fundo de Investimento do Livro no Ceará**

Nas leis do livro analisadas é recorrente a idéia de promoção do acesso através de fundos de cultura formulados pelos municípios, estados (no caso do Ceará há o FEC – Fundo Estadual de Cultura) e União.

No Ceará o Tesouro Estadual é o principal supridor de recursos para as atividades culturais desenvolvidas ou apoiadas pela SECULT, a qual lança mão, ainda, de outras fontes para a promoção da cultura no Estado quais sejam: as provenientes de patrocínio direto de empresas, ou convênios com órgãos da Administração Pública Federal e Estadual, ou das leis de incentivo à cultura, como a Lei Jereissati, assim chamada por ser instituída pelo então governador Tasso Jereissati, e a Lei Rouanet.

Todavia no caso específico do Ceará um fundo pouco provável foi o responsável pela maioria dos investimentos feitos nas áreas do livro e leitura, o FECOP no caso. O Fundo Estadual de Combate à Pobreza FECOP foi instituído pela Lei complementar Nº 37, de 26 de novembro de 2003 e regulamentado pelo Decreto Nº 27.379 de 1º de março de 2004.

Os recursos do "FECOP" são originários de uma parcela do produto de arrecadação estadual correspondente ao adicional de dois pontos percentuais na alíquota do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS, ou do imposto que vier substituí-lo, incidente sobre os produtos e serviços abaixo especificados: bebidas alcoólicas, armas e munições, embarcações esportivas, fumo, cigarros, energia elétrica, gasolina, serviços de comunicação e de outras receitas que vierem a ser destinadas ao Fundo.

O propósito superior do FECOP, assim descrito na lei que lhe institui, seria o de promover transformações estruturais que possibilitem às famílias que estão abaixo da linha de pobreza o atendimento integral, proporcionando-lhes condições de ingresso no mercado de trabalho e de acesso à renda e aos bens e serviços essenciais através da ampliação de investimentos em capital social, físico-financeiro e humano.

Para tanto, o fundo apoiou programas de transferência de renda e ativos e programas estruturantes nas áreas que apresentam graves indicadores sociais, assim como junto a famílias em condições de vulnerabilidade. A seleção das áreas beneficiadas pelo FECOP na área do livro obedeceu a critérios objetivos, de forma a contemplar aqueles mais pobres. Inicialmente foram contemplados os 10 municípios de menor Índice de Desenvolvimento Municipal IDM, quais sejam Salitre; Aiuaba; Granja; Tarrafas; Quiterianópolis; Cariús; Parambu; Moraújo; Catarina e Irauçuba.

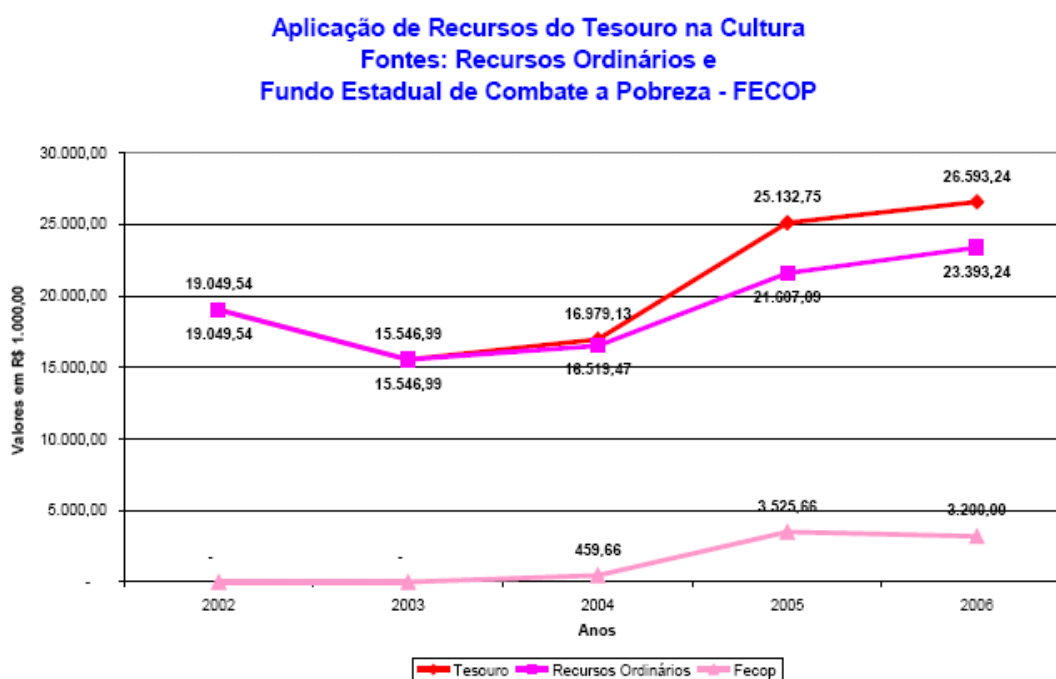
A política do livro seguiu esta lógica metodológica na execução de seus programas por ter seus recursos vinculados ao FECOP e este seguir como visto a metodologia de atendimento aos mais pobres. Assim em alguns programas como os agentes de leitura a metodologia de Índices de Desenvolvimento foi utilizada fundamentando os 10 municípios selecionados para a abrangência de um primeiro momento do programa.

Em Fortaleza, as ações do FECOP no período analisado priorizaram 10 localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal por Bairro, a saber: Curió; Dunas;

Pedras; Siqueira; Parque Presidente Vargas; Genibaú; Autran Nunes; Cais do Porto; Pirambú e Granja Portugal.

O FECOP tem um orçamento estimado no valor de 100 milhões, destinados ao financiamento de Planos de Desenvolvimento Local e Setorial e Projetos, instrumentos básicos para a implementação de ações de combate à pobreza. A instância máxima de decisão do FECOP é o Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social formado por representantes do Governo e da Sociedade Civil mas que não tem uma “cadeira” (poder de deliberar no conselho) para a Cultura, esta área angariava seus recursos através de projeto.

A proporção dos investimentos do FECOP nas políticas culturais pode ser visualizada através do gráfico (figura 3) que segue, neste fica evidenciado o aumento dos investimentos em cultura feitos através do fundo a partir do ano de 2005. Uma das razões para este aumento deu-se justamente com o maior número de projetos aprovados para a área da leitura e do livro, dentre estes, o *Agentes de Leitura* que sozinho foi responsável por aproximadamente 1 milhão no ano de 2006 em investimentos feitos pelo FECOP. Vale salientar que o FECOP faz parte do Tesouro Estadual e que a separação dos valores abaixo é somente para visualização.



Fonte: Secretaria de Cultura do Estado do Ceará<sup>33</sup>

<sup>33</sup> In: [www.secult.com.br/tabelas\\_investimentos.pdf](http://www.secult.com.br/tabelas_investimentos.pdf) acessado no dia 11 de abril de 2007.

Contudo, a vinculação do FECOP como fundo de investimento cultural por mais que tenha tido seus reveses significou uma adaptação a uma situação vigente de maneira dialógica onde se fez convergir uma necessidade de diferenciação do governador de então, Lúcio Alcântara, dos seus antecessores associado a uma necessidade material da população que tem a necessidade a bens culturais como algo imanente. Tal perspectiva de conjunção dialógica é mais aprofundada no sub-tópico a seguir.

### **2.3. O DISCURSO OFICIAL**

Toda palavra pronunciada no campo político deve ser tomada ao mesmo tempo pelo que ela diz e pelo o que ela não diz. Em outros termos no dito há sempre um não dito que também se diz. Assim, jamais pode ser tomada ao pé da letra, numa transparência ingênua, mas como resultado de uma estratégia cujo enunciador nem sempre é soberano. A linguagem não faz sentido a não ser quando é considerada em determinado contexto social.

O discurso político não esgota, de forma alguma, todo o conceito político, mas não há política sem discurso. Este é constituído daquela. A linguagem é o que motiva a ação, a orienta lhe dá sentido. A política depende da ação e se inscreve constitutivamente nas relações de influência social e a linguagem em virtude do fenômeno de circulação dos discursos, é o que permite que se constituam espaços de discussão, persuasão e de sedução nos quais se elaboram o pensamento e a ação políticos.

A ação política, como os programas que serão analisados no próximo capítulo, e o discurso político estão indissociavelmente ligados o que justifica o estudo político também pelo discurso. Ao saber disto faz-se necessário uma forma de exposição que permita definir os conceitos que nortearão este sub-tópico da pesquisa, portanto, a única maneira de dar conta das diferenças existentes é pensá-las enquanto pertencentes a tradições amplas.

Os textos (o *corpus* para análise composto de entrevistas com os principais sujeitos políticos para o livro no período) foram escolhidos a partir das precauções metodológicas respeitando alguns critérios básicos que garantam o rigor científico. Assim, foram utilizados os seguintes critérios: temática de relevância (a orientação política para o livro), homogeneidade (sujeitos em posição de decisão nos rumos das políticas do livro), temporalidade (sujeitos do processo de formulação das políticas do livro no período de 2003 a 2006, período de análise desta pesquisa) (BAUER, 2005).

Essas noções teórico-metodológicas são importantes para a análise discursiva proposta por tentar entender o sujeito discursivo da Política do Livro – posicionado socialmente e interativo com o outro – como inserido numa conjuntura histórica dada - a tentativa de ruptura com o governo anterior e suas práticas; numa dada organização de poder local – voltado para políticas desenvolvimentistas e de obras principalmente no interior do Ceará.

Teoricamente autores como Orlandi (1996; 2000) defendem um corte dicotômico onde se opõe uma linha Anglo-Saxã (também referida como americanista ou americana) e uma linha Européia de análise do discurso. A primeira tem uma orientação lingüística pragmática enquanto a segunda linha aborda questões políticas e sócio-históricas prioritariamente. Por esta última razão é que a segunda linha, originária da França somada a um autor russo, servirá de farol teórico e analítico que norteara esta pesquisa.

Segundo Gregolin (2004) a AD francesa inicia-se no círculo de estudos de Althusser por volta dos anos 60. Em tal círculo participavam Foucault e Pêcheux que são os principais autores desta escola junto a Bakhtin (autor russo apropriado a partir da década 1980). A união destes pensadores originou-se em volta de releitura da teoria de Marx, principalmente do materialismo histórico, esta releitura rendeu num primeiro momento uma nova concepção do sentido sobre a história dentro da AD, faz-se interessante observar uma (re)leitura de Althusser à Marx e Lênin, onde define a história como um processo sem sujeito nem fim.

Logo os homens, os sujeitos empíricos, são necessariamente sujeitos na história, mas não sujeitos da história. Em outras palavras, os indivíduos são ativos na história: são agentes de práticas sociais dentro do processo histórico. Althusser, afirma que a forma de existência histórica de todo e qualquer sujeito é a forma-sujeito, e que para que um sujeito interfira na história, ele terá de ser “revestir” da forma-sujeito que, em última análise, é definida e determinada pelas relações sociais de produção e reprodução.

Com isso o discurso é definido, para as finalidades de análise deste trabalho, como efeito de sentidos entre locutores, um objeto sócio-histórico no qual a língua está pressuposta. Essa conceituação ampara-se em Pêcheux (1998) que critica a evidência do sentido e o sujeito intencional como origem do sentido. Ele considera a linguagem como um sistema sujeito à ambigüidade, definindo a discursividade como a inserção dos efeitos materiais da língua na história, incluindo a análise do imaginário na relação dos sujeitos com a linguagem. Propondo um novo suporte teórico para a ideologia, seu método é baseado na análise das formas



materiais. A materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica deste é a língua falada ou escrita.

O discurso é assim o observatório da relação língua/ideologia. Pêcheux (GREGOLIN, 2004) acaba por desenvolver a idéia de Althusser de interpelação do sujeito através da idéia de assujeitamento, grosso modo, entendida como a orientação ideológica dos sujeitos dominados por dominantes.

Em termos de discurso, Pêcheux (1998) não faz uma distinção estrita entre estrutura e acontecimento, relacionando a linguagem a sua exterioridade. Estabelece a noção de interdiscurso, que ele define como memória discursiva, um conjunto de já-ditos que sustenta todo dizer. De acordo com este conceito, as pessoas estão filiadas a um saber discursivo que não se aprende mas que produz seus efeitos através da ideologia e do inconsciente.

Uma forma recorrente de interdiscurso nesta análise faz-se nas entrevistas realizadas ao serem questionados a respeito da origem da relação com os livros, a família e a formação são recorrentes nas memórias. Destaca-se aqui as narrativas de Fabiano dos Santos quando este busca no imaginário de sua infância a relação com o livro, onde diz:

A coisa do livro na minha vida vem... **vem lá da minha vó** que era uma grande contadora de histórias de encantamento e de trancoso é... contos populares que ela contava e que vão passando de geração em geração e que não tem dono e minha vó gostava também de contar muito histórias da bíblia e histórias da vida dela.<sup>34</sup> (*Grifo do autor*)

O ex-governador Lúcio Alcântara também busca em suas memórias familiares o ponto de partida na relação com o livro, para este seu envolvimento é:

A relação com o livro foi se estabelecendo ao longo da minha vida naturalmente **a origem disso também foi na casa de meus pais, meu pai tinha uma biblioteca não muito grande mas era razoável**. A vida pública, a vida política é uma vida de muita disputa de rivalidades Essa área da cultura é uma área que a maioria, a grande maioria presta pouco interesse até acham que isso é perda de tempo que não rende voto que não é pragmático, e portanto eu fui aí fazer um caminho nesta linha [...] e sempre que eu tive oportunidade, poder, eu fiz essas coisas[...] Então podemos dizer que veio daí a relação muito estreita com o livro, com a cultura de maneira geral.<sup>35</sup> (*Grifo do autor*)

---

<sup>34</sup> Entrevista concedida ao autor em 17 de julho de 2007

<sup>35</sup> Entrevista concedida ao autor em 14 de agosto de 2007

O interdiscurso (PÊCHEUX, 1998) está articulado ao complexo de formações ideológicas: alguma coisa fala antes, em outro lugar, independentemente. De acordo com Pêcheux (ORLANDI, 2000) as palavras não têm um sentido ligado a sua literalidade; o sentido é sempre uma palavra por outra, ele existe em relações de metáfora (transferência) que se dão nas formações discursivas que são seu lugar histórico provisório. No caso em questão a família e não o Estado, a casa e não a biblioteca como *locus* de fomento da leitura.

Orlandi (1996) afirma que nas idéias desenvolvidas por Pêcheux a existência, por ser objetiva, é anterior à subjetividade que pretende apreendê-la enquanto objeto do conhecimento, fica exposta a importância da noção de historicidade. Ora, se a existência é objetiva e o sujeito é um efeito de sentido (de acordo com Michel Pêcheux), pensar a historicidade faz-se de fundamental importância para a compreensão dos sentidos, dado que é no momento em que o fio da história e o fio da língua se entrelaçam que o fio do discurso é estabelecido, evidenciando sentidos a partir dessas duas materialidades (língua-história). E é através desta concepção que se justifica o breve apanhado de índices históricos da relação economia – política que ocorre com o livro feita no capítulo anterior.

Ora, é essa história objetivadora que virá a tona na justificativa do que seria política do livro para Fabiano, desvelando o fio da história somado a sua formação discursiva que esse busca suas argumentações no passado já citado:

Agente tem que fazer uma política pública de Estado para não ficar aos sabores dos governos, mas agente sabe que não pode ficar só no Estado, cabe a todos essa responsabilidade a idéia de leitura compartilhada ler com, **eu acho que isso vem da minha avó** [...] eu gosto muito da idéia de leitura compartilhada agente tem que criar projetos de leitura não só nas escolas mas nas casas...<sup>36</sup> (*Grifo do autor*)

Em Foucault, a história deve ser entendida sob a perspectiva da descontinuidade. O conceito de acontecimento (que podem ser discursivos ou não) torna-se nodal para a compreensão da nova história. O acontecimento é aquilo que não se pode prever ou explicar. É o fator que modifica as estruturas sociais e, nem sempre, se pode chegar a uma causa específica. A análise deve centrar-se, portanto, nos acontecimentos, e não nas origens, ou seja, para a finalidade deste trabalho o acontecimento é a forma-sujeito, é estarem os entrevistados na posição de decisão com relação às políticas do livro.

---

<sup>36</sup> Entrevista concedida ao autor em 17 de julho de 2007

Antes de começar qualquer análise das entrevistas em si é necessário reportar a forma como os formuladores das políticas do livro período tratavam-se entre si, muitas vezes pela titularidade acadêmica, outras vezes por um saber prático.

Amparado em Foucault (2003), que estabelece uma relação importante entre saber e poder. Pode-se observar nas entrevistas que as posições sociais mais privilegiadas com relação à divisão do poder, geralmente, são aquelas que exigem dos sujeitos, um maior grau de especialização do saber. Nesse sentido, ficam excluídos dessas posições os sujeitos que não possuem um grau de saber legitimamente reconhecido sócio-institucionalmente. É dessa maneira que quando a então secretaria fala do governador o reverencia como intelectual e homem de letras apto a pensar a cultura, diferente da maioria dos governantes.

Segundo Cláudia Leitão, o governador acompanhava tudo de perto, grifava jornais: “falar-me, falar-me”<sup>37</sup> nas palavras dela o governador estaria preocupado em discutir e em compreender e por vezes acabava ele próprio ensinando a ela, doutora em Sociologia por Sorbonne. Tal relação é replicada por Fabiano dos Santos em relação à Cláudia.

Todavia a constatação da legitimidade do saber vem a tona no tratamento de Cleudene Aragão a Fabiano dos Santos, a antecessora da coordenação de políticas públicas do livro e leitura fala que a indicação de Fabiano teve que ser avalizada por ela em consulta pela própria secretaria e que este tem um saber de escritor infantil, da prática posicionando-se com um saber esclarecido tendo sido quando assumiu a coordenação pinçada no mestrado de letras da Universidade Federal do Ceará e pertencente ao grupo de Ângela Gutierrez sua antecessora e orientadora no mestrado<sup>38</sup>.

Porém para Foucault (2004), o sujeito deve ser entendido como dispersão. Sob essa perspectiva, a análise subjetiva deve centrar-se nas posições em que os sujeitos estão inseridos. Tal dispersão pode ser entendida pelas diferentes modalidades enunciativas nas quais os sujeitos podem se inserir e ser inseridos. Assim sendo a análise ora proposta deverá inferir sobre a posição sujeito ocupada pelos indivíduos entrevistados no período de análise, ou seja, Lúcio Alcântara como Governador, Cláudia Leitão como Secretaria de Cultura e Fabiano dos Santos como coordenador da política do livro.

---

<sup>37</sup> Entrevista concedida ao autor em 25 de junho de 2007.

<sup>38</sup> Entrevista concedida ao autor em 08 de agosto de 2007.

Ainda em Foucault, ao manifestar-se – ou ser manifestado – em um discurso é que este sujeito pode ser entendido socialmente. Por meio do discurso, entendido como prática, é que o sujeito será percebido como mais ou menos privilegiado na organização do poder. A distribuição do poder é re-velada a partir do discurso praticado por um sujeito. Diversas técnicas são utilizadas para que a ordem sistêmica não seja perturbada. O poder cria diversos mecanismos e estratégias punitivas para que não se quebre a “ordem natural das coisas”.

É nesse contexto que ao falar de suas relações institucionais com outras pastas a secretaria Cláudia Leitão diz: “... a cultura não tinha sequer assento nas reuniões do governo ficávamos de pé ali ao lado [...] foi quando o governador notou que a verba que vinha para a nossa área é bem gasta que começamos a ganhar mais espaço.”<sup>39</sup>

Já Bakhtin (2006) propõe uma dialética por meio da qual um estudo (do sujeito, do discurso, do signo) possa ser considerado “materialista”. O teórico russo critica duas posições teóricas, ambas reducionistas e mecanicistas: o “subjetivismo-individualista” e o “objetivismo-abstrato”.

Por um lado, o “subjetivismo-individualista” pensa a produção do sentido como algo que deriva da consciência do sujeito. Sob esse prisma, o sujeito seria a instância fundadora do sentido. A linguagem representaria a expressão da mentalidade subjetiva. A identidade do sujeito forma-se a partir da negação de tudo o que não é idêntico a si mesmo, ou seja, a negação da diferença, do coletivo e a afirmação do individual.

Seria nesta concepção que se inscreveria uma análise feita apenas de alguns aspectos defendidos por Fabiano e Cleudene de formulação das políticas feitas a partir de suas memórias discursivas, como nos trechos a seguir de Cleudene explicando como assumiu a coordenação da política do livro:

...eu era do mestrado em Letras e a minha orientadora era a Ângela que era a coordenadora na época, quando ela aseitou o convite para assumir o IC – Instituto Cultural da UFC – Universidade Federal do Ceará ela me indicou para assumir no seu lugar [...] aí um dia a Cláudia me chamou para ir lá conversar com ela, foi quando foi convidada oficialmente e aí ainda pensei mas decidi aceitar [...] **porém tive sempre em mente que o negócio de estar lá não era político mas sim poder fazer algo em termos de movimento literário.**<sup>40</sup> (*Grifo do autor*)

---

<sup>39</sup> Entrevista concedida ao autor em 25 de junho de 2007

<sup>40</sup> Entrevista concedida ao autor em 08 de agosto de 2007

Por outro lado, o “objetivismo-abstrato” pensa de maneira contrária ao “subjetivismo-individualista”. Essa concepção nega a subjetividade em prol da afirmação de que tudo o que o sujeito pensa/faz resulta das determinações sociais e apenas o outro se afirma como constituinte da formação do sujeito. Nesta vertente estaria inscrita a entrevista de Lúcio Alcântara com a objetividade e a pragmática que a política exige. Isto fica evidenciado nos trechos a seguir quando inquirido a respeito da capacidade que a cultura tem de movimentar o capital político:

É lógico que eu acredito nesta capacidade, exemplo disto é que quando eu estava no senado propus a retomada das edições da biblioteca do senado e com isso ganhei um certo respaldo na casa. Ora, eu via que era uma área que ninguém disputava e ainda por cima eu tinha uma afinidade tratei de me posicionar nesta idéia de defesa da cultura [...] com isso fiz muitos amigos na área editorial ... *Intervenção – Então suponhamos a idéia de cearensidade...* Isso eu fui buscar num autor americano que eu não lembro o nome agora mas que trata destas questões de mito fundador, nossa história é muito maltratada, esquecida... *Intervenção – Mas o senhor sabe da capacidade política que isso tem... lógico que tenho consciência disso...*<sup>41</sup>  
(Grifo do autor)

É também o caso dos argumentos de Cláudia Leitão para a formulação do Plano Estadual de Cultura ser pautado na questão estratégica empresarial falando de eficácia e eficiência e aproximando-se mais do turismo que de seu tradicional par que era a educação:

Quando a gente fala da relação da cultura com o turismo, temos uma visão estereotipada dos dois lados. O campo da cultura teme o turismo e o campo do turismo teme o preciosismo da cultura, e seu engessamento, por isso não falam. Isso foi uma grande diretriz que nós assumimos para aquele plano, imaginarmos que a cultura pudesse ter um corte horizontal no governo Lúcio Alcântara e que nos pudéssemos participar de todos os grandes eixos definidos no plano. Conseguimos fazer alguma coisa, poderíamos fazer mais se tivéssemos tido a apetência das outras partes. Não por não querer pela ignorância da compreensão. Eu vejo que também outra coisa que é um desafio da política pública do país. É que elas sejam compreendidas que se possa construir um discurso que também seja assumido por aquele que não pertença ao campo da cultura. **Todos nós trafegamos bem ou mal num certo discurso sobre planejamento, sobre gestão, sobre saúde, sobre educação.** Mas a gente não consegue trafegar no discurso da cultura que é considerado um discurso complexo, difícil, um discurso mais hermético. [...] O resultado é que nosso plano saiu muito a frente de outros planos e muitas secretarias não fizeram planos. O ato de planejamento na cultura ainda é muito incipiente. E nós valorizamos isso, demos relevância a esse documento e o distribuimos fartamente em todo país.<sup>42</sup> (Grifo do autor)

---

<sup>41</sup> Entrevista concedida ao autor em 14 de agosto de 2007

<sup>42</sup> Entrevista concedida ao autor em 25 de junho de 2007.

Sob a perspectiva do materialismo-dialético, o teórico afirma que ambas as formas de pensamento estão equivocadas. O sujeito nem é o total responsável pela produção do sentido, nem é totalmente reprodutor de discursos cristalizados e impassíveis de nova significação. O sujeito estaria no interstício dessas duas concepções. Sob esse ponto de vista, o individual é fruto da interação social e coletiva. Para se constituir como sujeito é necessário que o indivíduo interaja com outros sujeitos (BAKHTIN, 2003). Assim, não necessariamente o discurso de Cláudia Leitão apresentado no Plano deveria trazer motes de planejamento estratégico o que não significa dizer que não seja necessária a organização e estabelecimento de prioridades.

O diálogo – entendido como interação verbal (realizado, portanto, por meio de signos ideológicos) entre um eu e um outro – , ocupa um lugar fundamental nas pesquisas bakhtinianas. Ele é a base para a concepção de sujeito (formado a partir do diálogo com outro sujeito e com o meio sócio-cultural em que está inserido), de discurso (formado a partir do diálogo com outros discursos e da(s) sociedade(s) em que esses discursos são veiculados), de signo (entendido a partir da relação com outros signos sociais), entre outras concepções que norteiam o pensamento bakhtiniano.

Sob essa ótica, entendemos que os estudos de Bakhtin visam a um relacionamento entre o individual e o coletivo, pois, os discursos – formados por signos e utilizados subjetivamente –, co-existem dialogicamente em uma estrutura social.

Sob a ótica do pensamento marxista, Foucault (2003) aponta para uma análise que relaciona saber e poder na sociedade contemporânea. Uma nova concepção de poder é elaborada por Foucault que se contrapõe à corrente althusseriana, já que este entende o poder como algo que se direciona à classe dominante – dos aparelhos ideológicos e repressivos de Estado – para a classe dominada. Foucault, por sua vez, propõe que se entenda o poder como micro-poder. Nessa perspectiva, o poder deve ser entendido como uma estratégia. Como algo que se exerce mais do que se possui, atuando por meio de técnicas e funcionamentos e se estendendo por todas as camadas da sociedade. Embrenha-se pelas mais ínfimas relações sociais.

Sob esse prisma, entendemos o poder do discurso para excluir os sujeitos do poder ou dar voz àqueles que são excluídos. Por meio do discurso, a ordem pode ser mantida ou “destruída”. Percebemos que o discurso não se resume a uma série de enunciados que representam uma expressão verbal, mas que ele se constitui como uma prática de poder. Por

um lado, pode ser considerada a grande arma reacionária utilizada pelo poder. Por outro, é a possibilidade de se propor uma mudança na organização do poder. O discurso é aquilo de que queremos nos apoderar para que tenhamos poder. Nesse sentido é que Foucault relaciona saber e poder.

Dessa forma a política entrou no confronto eleitoral com a construção do discurso de *cearensidade*, retomado por Lúcio Alcântara como a necessidade de um mito fundador que congregasse a população cearense em uma memória discursiva una e o fizesse optar pela sua gestão ao invés da concorrência que trouxe um discurso muito semelhante ao “mudancista”, discurso praticado pelo antecessor de Lúcio Alcântara e do qual ele havia feito parte em outra época.

Há quem diga que o fim da época mudancista (governo de Tasso Jereissati iniciado em 1986 e que se reproduziu até o seu último mandato nos anos de 1998 a 2002) ocorreu devido à decisão dos próprios políticos por acreditar no esgotamento deste modelo. Esta alternativa não é descartada neste trabalho. Contudo, pode-se propor o seguinte questionamento: Por que então os que optaram pela diferenciação deste dito modelo não se reelegeram? Será que a impopularidade que a cultura tem no imaginário da população como algo elitista não foi um dos fatores? E se sim o que teria levado a população a perceber isto?

A isso, podemos responder que, naquele momento histórico, estratégias pessoais desempenharam um papel fundamental para a reflexão crítica da identidade do povo cearense. Os sujeitos re-criados pelo discurso de Lúcio sob a égide da *cearensidade*, representaram, de alguma forma, os outros – no sentido bakhtiniano – com os quais a população devia identificar-se e repensar sua condição de vida. Não fosse assim, por qual motivo a temática teria rendido tantas discussões públicas? Sem dúvida representou um movimento consciente e importante na formação de uma estratégia de renovação no poder. Esta questão será vista mais a frente no próximo capítulo através de um programa específico que a respaldou.

Com isso, concluímos que o discurso de formulação de políticas do livro propõe a mudança de um sistema - o sistema cultural - por meio da criação de políticas e sujeitos que se pretendem a autonomia e que “refletem e refratam” a “realidade” social do Ceará e do Brasil. Sob essa ótica, ao abordarmos os conceitos de “sujeito”, “poder”, “história” e “discurso”, sob a ótica da AD, pudemos entender a organização de um aspecto do discurso: o aspecto político-pragmático.

Tal aspecto fica evidente na concepção estratégica que a cultura e em seu cerne a política do livro tinha para a gestão em análise, assim a cultura é usada como um tabuleiro do jogo político onde se atacava e sofria ataques numa tentativa do governo de se firmar como diferente e como um promovedor de rupturas e continuidades como na idéia de processo civilizador (ELIAS, 1994).

Essa inclusão social e a cidadania se permeavam nas ações do governo e a cultura era uma excelente correia de transmissão para fazer isso, a idéia de acabar com aquelas igrejinhas pequenos grupos e patotas que no fundo acabavam se unindo para se apropriar dos poucos recursos disponíveis pra cultura, não é que houvesse nada de ilegal nisso mas é que ficava muito restrita era fortaleza era praia de Iracema beira mar... e um pequeno grupo que se revezava e tinha acesso e usufruía desses pequenos recursos existentes. E isso com uma parceria mas eu quero dizer mais que parceria com a mídia, com projetos de alto custo que atendiam mais aos interesses a esses grupos, tá me faltando a palavra... simbiose, é isso, entre os intelectuais e a mídia. A minha idéia quando eu escolhi a Cláudia foi de quebrar isso, é tanto que nós enfrentamos uma enorme resistência e a Cláudia foi alvo várias vezes de tentativas de desestabilizá-la.<sup>43</sup>

Assim, ao relacionamos neste sub-tópico teorias lingüística, sociológica e de análise do discurso político para uma possível análise do discurso das entrevistas realizadas com os sujeitos que participaram da constituição das políticas na época delimitada na pesquisa. Desembocando enfim na questão de que os discursos culturais apesar de dotados de valor simbólico diferente do discurso de construção de obras e das mudanças em termos de desenvolvimento econômico trazem em seu bojo uma estratégia político eleitoreira onde o maior problema é que os agentes que participaram não conseguiram abandonar o “eu”, a vaidade afim de re-elegerem-se.

Todavia, longe de esgotar os vários sentidos e as várias leituras que podem ser apreendidos dessas entrevistas, propusemos uma das leituras possíveis. A leitura de que o interdiscurso (PÊCHEUX, 1998) por mais que tenha sido construído entre os pares no governo em que esta equipe constituía um sujeito formulador e fundador esqueceu-se do elemento principal para dar efeito de sentido às políticas do livro, a sociedade.

É a partir destes descompassos de efeitos de sentidos e falta de diálogo na percepção política, principalmente em relação à política do livro no período e aos programas que a constituíram conforme será analisado mais profundamente no capítulo a seguir.

---

<sup>43</sup> Entrevista concedida ao autor em 14 de agosto de 2007



## CAPÍTULO 3 – OS PROGRAMAS DO LIVRO

---

O capítulo final deste trabalho analisa os programas que nortearam a política do livro no período estipulado de 2003 a 2006. Porém, considerar tais programas como norteadores não é uma escolha vã. A seleção se fez utilizando-se do critério / conceito de “agenda setting” da análise de políticas públicas, conforme já apresentada na introdução como sendo esta uma das fases da investigação do ciclo político de uma área específica, qualquer que seja esta, neste caso a do livro.

Cabe a ressalva de que a dimensão do trabalho abarca somente a agenda dos meios de comunicação resultante da sua relação com a agenda política, não sendo possível, por falta de recursos necessários, abranger a agenda dos leitores.

Segundo Mattelart (1999), o conceito de Agenda-Setting foi apresentado pela primeira vez em 1963 por Cohen que a definiu como o processo pelo qual a mídia estabelece os temas que devem ser discutidos socialmente e influenciam a estruturação da agenda pública. Sendo assim, os meios de comunicação não conseguem decidir o que as pessoas devem pensar, mas sobre que temas elas devem discutir e formar uma opinião.

A teoria de agenda-setting apresenta-se como um conjunto integrado de pressupostos e de estratégias de pesquisa. A hipótese de agenda-setting defende que:

Em conseqüência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência a incluir ou excluir dos seus conhecimentos aquilo que os mass media incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos mass media aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas. (SHAW, 1979, apud COLLING, 2001)

Sua problemática encontra-se na relação entre a ação constante dos *mass media* e o conjunto de conhecimentos acerca da realidade social. Nessa relação, sobressaem-se as características de acumulação (a mídia é capaz de criar e manter relevância de certos temas); de consonância (traços comuns mais numerosos do que as diferenças nos comportamentos das

diferentes mídias); e de onipresença (transformação de um conjunto quantitativo de informações de domínio apenas dos veículos e passado para o público como novidade).

Sobre a teoria, de um modo geral, pode-se dizer que é uma tentativa generalista, multidisciplinar, onde o público passa a ser fonte de informação e de avaliação, considerando que há movimentos cíclicos do público de valorização ou não sobre um assunto. Através do processo de agendamento, a mídia implanta uma agenda temática que será discutida publicamente. Como alguns temas são enfatizados na cobertura dos meios de comunicação, isso definirá que tipo de assunto merece ganhar o status de acontecimento público. Os que não chegam a esse nível correm o risco de cair no silêncio.

Essa hipótese está voltada para a análise dos efeitos da mídia não mais a curto prazo, mas a médio e longo prazo. Mais do que agendar temas específicos, a mídia molda formas de perceber e pensar, construindo os quadros de percepção. Trata-se de uma perspectiva relevante que avançou com relação aos estudos anteriores ao se dar conta de outras dimensões, além do imediatamente visível, por considerar as "estruturas de fundo", onde os meios atuam, que devem ser melhor conhecidas (COLLING, 2001).

Há pelo menos três caminhos que poderemos percorrer para a análise dos estudos sobre o agendamento, divididos entre as pesquisas sobre o estabelecimento da agenda pública (tendência que vimos até aqui), o estabelecimento da agenda política, conhecida como *policy agenda-setting*<sup>44</sup>, e a construção da agenda, a chamada agenda *building*.

A primeira linha trata sobre o efeito que os meios de comunicação exercem sobre as percepções da opinião pública nas diversas questões sociais. A segunda linha estuda como os meios condicionam ou são condicionados através de e por percepções dos próprios representantes políticos. A construção da agenda, ou agenda *building*, estuda como e quem determina as agendas, quem tem o poder de controlar a agenda e como isso é realizado.

A "agenda setting" dentro de um ciclo político é o que decide se um tema efetivamente vem sendo inserido na pauta política atual ou se o tema deve ser excluído ou adiado para uma data posterior, e para isso nem sempre é levado em consideração a sua relevância de ação. Para poder tomar essa decisão, é preciso pelo menos uma avaliação preliminar sobre custos e

---

<sup>44</sup> Conforme descrito na Introdução este momento faz parte do ciclo das políticas públicas e aqui é demonstrado dentro da divisão estabelecida no conceito de *Agend-Setting* como é estudado pelos pesquisadores da área da comunicação.

benefícios (econômicos e não econômicos) das várias opções disponíveis de ação, assim como uma avaliação das chances do tema ou projeto de se impor na arena política. Isso não exige necessariamente uma tematização pública dos projetos, mas pelo menos é conveniente o envolvimento dos relevantes atores políticos. (PRITTWITZ, 1994, apud, FRYE, 2000)

No caso específico deste trabalho são analisados os programas: Agentes de Leitura, Biblioteca Regional e Volante, As Bienais e as Feiras 2003-2006 - devido o agendamento público por meio da mídia que estes tiveram e A Coleção Nossa Cultura (Série Pensamento, Documenta e Outros escritos) – por causa da *agenda building*, ou seja, tentativa de agendamento por parte do campo político, que este programa representou no final do período analisado. Não foram contemplados na análise as ações e programas da política do livro que não demonstraram um potencial de agendamento conforme descrito anteriormente.

### 3.1 OS AGENTES DE LEITURA

É poética a idéia de pessoas que andam com mochilas cheias de livros fomentando a leitura, aguçando a curiosidade e promovendo informação em locais poucos privilegiados. É poético o nome. Representa toda uma estratégia de subjetivação da importância do livro para a construção da justiça social. Agente: substantivo, essência. Leitura: adjetivo. A quem se destina? São compreendidos? Não nos importa neste momento.

Esta parte do trabalho analisa o programa *Agentes de Leitura* conforme desenvolvido em caráter específico no estado do Ceará. Admitindo a leitura como *o ato de produção de sentido*, este trabalho buscará “ler” os produtores destas leituras. Para tanto, o sentido citado será compreendido como ação social motivada, nutrida de interesses racionalizados. Este também se faz delimitador da amplitude dos significados que produz no público alvo do programa, tornando-os: amplos (difusos) ou restritos (diretos)<sup>45</sup>.

O objetivo deste sub-tópico do trabalho é observar a produção de sentido chancelado pelo Estado. Os *Agentes de leitura* prescrevem a receita para o refluxo da pobreza e da miséria, diagnosticando sonhos e prognosticando possibilidades, significando e interpretando os sentidos do Estado.

---

<sup>45</sup> Numa livre atribuição de significado, pode-se dizer que: Amplos (difusos) são os significados não esperados no planejamento da política implementada, ultrapassam portanto a idéia de cumprimento ou não do que estava previsto como resultado a ser obtido por determinada política. Estes resultados que provém apenas do que foi cumprido dentre o que estava proposto são aqui compreendidos como restritos (direto).

A análise se baseará na hipótese de que o programa *Agentes de Leitura*, do governo estadual do Ceará (2003-2006), representa uma tentativa de *conversão de capitais* – a utilização de um capital adquirido em campo como a que fora feita pelo programa *Agentes de Saúde* em governo anterior. Pois, como no caso destes últimos, a estatização do programa visa a geração de um capital político através de seu potencial de consagração na mídia e de capilaridade representado pelo binômio – descentralização e participação – do programa.

Como questões norteadoras serão utilizados os objetivos específicos do programa, acrescidos de interrogações. Tais objetivos que também serviram de justificativa aos *Agentes de Leitura*, estão aqui apresentados conforme oficialmente divulgado em sítio eletrônico pela Secretaria de Cultura do Estado do Ceará: Subsidiar a atividade de agentes de leitura com remuneração complementar de renda (?); Socializar um acervo bibliográfico e realizar uma programação de leituras junto às famílias atendidas pelo projeto (?); Envolver a Comunidade como elemento de participação da sociedade civil nas ações do projeto (?); Estabelecer uma gestão compartilhada do Projeto (?); Executar parcerias com organizações governamentais e não governamentais (?).

O que se pretende fazer não é responder se os objetivos específicos deste programa foram efetivados e/ou eficazes no que se propunham, mensurando acertos e erros, ou seja, buscando os resultados diretos. O que interessa a este trabalho e na utilização destas afirmativas convertidas em questões são as possibilidades que elas abrem para resultados *difusos*, o que escapou ao planejamento quando implementada a política. Logo, propõe-se uma provocação que leve a reflexões – ao invés de respostas – acerca do programa *Agentes de Leitura*.

Para a realização do trabalho proposto serão movimentadas algumas das categorias expostas referencial teórico da Introdução deste trabalho para refletir sobre o objeto. Em seguida será descrito o seu processo de formação histórica e, por fim, este trabalho desembocará em considerações (provocações) e reflexões sobre os *Agentes de leitura*, estas sem qualquer intuito de serem decisivas ou conclusivas.

É possível resgatar agentes e práticas produtivas de um outro campo ou contexto e inseri-los em novos contextos históricos, sociais e políticos. Este processo é a *conversão de capitais* (BOURDIEU, 2005). Este termo será utilizado neste trabalho para descrever a forma como o Estado representado por um agente social reinveste seu capital simbólico em um lócus

(*campos*) que não é o originário do capital que o agente detém, em busca de uma legitimação social simbólica em outros *campos*.

### 3.1.1 OS AGENTES DE SAÚDE

A Constituição de 1988 traduz a discussão feita dois anos antes acerca da necessidade de uma reforma sanitária, embora com cortes que mudaram o conteúdo inicial, um modelo de sistema de saúde diferenciado; fundamentado na reforma sanitária, expressa nos princípios de universalidade, equidade, participação e controle social. O conceito de saúde a partir daí visa a redução das desigualdades sociais e a promoção do bem-estar social e individual.

Saúde é, então, concebida como a conjugação e o resultado de uma gama de direitos que vão desde a posse da terra até o acesso a serviços de saúde. É importante destacar este conceito, uma vez que dele emanarão todas as ações que deverão ser desencadeadas para a consecução do preceito constitucional: *saúde direito de todos e dever do Estado*. Tal preceito constitucional é o mesmo repetido para outras áreas como: educação, habitação, alimentação e, porque não, cultura. Todas estas áreas fundamentam-se sobre os mesmos preceitos e são então direito de todos e dever do estado.

A descentralização, outro princípio da reforma sanitária (e de outras áreas e reformas), passa a ser prioridade na implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), uma vez que garantiria a participação e controle social de forma mais efetiva. Rompendo dessa forma com a centralização das políticas governamentais, característica do período de exceção (1964/85). Neste momento, o federalismo e a conseqüente autonomia em relação ao governo central, são aspectos que merecem a atenção de todos quantos participam deste processo de implantação do SUS.

O agente comunitário de saúde faz-se necessário neste contexto de amenização dos efeitos deletérios à saúde, gerados pelo modelo hegemônico, centralizado (no médico), tendo como *locus* central o hospital de grande porte, com alto consumo de tecnologia e equipamentos médico-hospitalares e medicamentos e, conseqüentemente, altíssimo custo para sua manutenção.

Idealizado e posto em prática por Carlile Lavor quando esteve à frente da Secretaria de Saúde entre os anos de 1987 e 1988 no Ceará, em 1987, é implantado o Programa de Agentes de Saúde (PAS), (com recursos próprios vinculados à pasta citada e com sua coordenação centralizada) com o objetivo duplo de criar oportunidade de emprego para as mulheres na área

da seca e, ao mesmo tempo, contribuir para a queda da mortalidade infantil, priorizando a realização de ações de saúde da mulher e da criança.

Esta estratégia expandiu-se rapidamente no Estado, atingindo praticamente todos os municípios em três anos, sendo encampada pelo Ministério da Saúde (MS) mais ou menos nos mesmos moldes, em 1991. As primeiras experiências do Programa de Saúde da Família, PSF, nos moldes atuais, também surgiram no Ceará em janeiro de 1994, sendo encampadas pelo MS em março do mesmo ano, como estratégia de reorganização da atenção básica no país. (TOMAZ, 2002)

Tal programa apresentava como especificidade o seu financiamento, viabilizado pelo próprio Estado. Tais financiamentos centralizados proporcionaram, na prática, poder de barganha do governo estadual junto aos municípios e comunidades onde o agente de saúde atuava. Principalmente após o programa ser premiado por órgãos internacionais de direitos humanos, neste caso a UNICEF.

Esta geração de capital político através de uma política pública descentralizada, reverberou com a manutenção do grupo governamental no poder, tendo sido atribuído a este agente como aos líderes comunitários da época a força de reprodução e de controle social e político por parte dos detentores da hegemonia do poder local (ABU-EL-HAJ, 2000).

Porém não é só de fatores positivos que é marcada a trajetória deste projeto. Há uma outra face da moeda expressa em reflexões sobre o modelo de utilização de agentes comunitários na atenção primária à saúde mesmo que esta prática seja uma experiência defendida pela maior parte das instituições ligadas a esta área e largamente incentivada pela Organização Mundial da Saúde.

Assim, não obstante os resultados positivos obtidos em diversos projetos, a discussão sobre o *perfil de atuação e perfil dos agentes* está presente na maioria dos debates de saúde comunitária que tratam do assunto (FERNADES, 1992), e uma definição clara e universal deste parece estar longe de ser alcançada. Isto decorre, possivelmente, da necessidade de adaptação deste modelo às realidades regionais onde são implantados.

Segundo Dal Poz (2002), duas questões tomaram relevância no processo de implantação dos agentes de saúde: primeiro, a escolha do agente (envolvendo questões como processo seletivo, capacitação, avaliação etc.) e segundo, as condições institucionais da gestão da saúde no nível local (grau de participação dos usuários – formação dos Conselhos de

Saúde; grau de autonomia da gestão financeira; recursos humanos disponíveis; capacidade instalada disponível etc.).

O programa dos agentes de saúde necessita de uma técnica para abordar determinados assuntos e esta não pode se assemelhar aos discursos técnicos dos postos de saúde sob o risco de estarem fadados a partir disto a modelos reprodutivistas de saúde pública onde as terminologias dificultam a comunicação, a compreensão dos pacientes. É o viés comunicativo um dos grandes trunfos dos programas que operam com mediadores oriundos das próprias comunidades onde serão implementados. A facilidade no trato faz com que a participação nestes programas se dê de forma mais intensa e efetiva. Fica a questão de como treinar sem corromper a força motriz da interação entre agente e paciente.

Outra questão diz respeito aos arranjos institucionais necessários a uma boa condução do programa. Assim, em virtude da federalização defendida no início deste sub-tópico, os municípios devem se envolver e tornarem-se responsáveis pela atuação eficaz e supervisão dos agentes. Isto, principalmente após o surgimento do Plano de Saúde da Família (PSF) que centralizou o atendimento de saúde nos âmbitos dos poderes municipais.

Assim, ao analisar se é possível converter o capital do programa agentes de saúde para o programa agentes de leitura também caberá perguntar se as questões aqui argumentadas são reproduzidas. Esta breve observação acerca dos agentes de saúde não têm como finalidade sua análise, outrossim, o intuito foi o de buscar fundamentações e subsídios, tanto históricos como políticos que orientem uma leitura sobre o programa agentes de leitura em suas potencialidades e prováveis pontos falhos, mas isso é assunto para o sub-tópico seguinte.

### **3.1.2 OS AGENTES DE LEITURA**

Não obstante os investimentos feitos pelo governo federal<sup>46</sup> na área do livro, conforme demonstrado na introdução desta dissertação, o Ceará tem assegurado iniciativas de âmbito

---

<sup>46</sup> Como é o caso do Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras, da Secretaria de Re-ordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que articula parcerias para que as populações das comunidades rurais, que não dispõem de bibliotecas, possam ter acesso ao livro, incentivando leitura em assentamentos da reforma agrária, em comunidades de agricultura familiar e de remanescentes de quilombos. Os responsáveis pelas Arcas são chamados Agentes de leitura. O Ministério da Justiça viabiliza a produção das caixas-estantes que são fabricadas nas marcenarias de presídios estaduais. O acervo da biblioteca rural é formado com livros doados pelo Ministério da Educação (MEC), por editoras e por Organizações Não Governamentais (ONGs), além de títulos que são obtidos por doação de escritores e das populações urbanas por meio de campanhas. O Programa também conta com a parceria da Missão Criança e dos bancos do Brasil/Projeto BB Fome Zero e Banco do Nordeste, que fornecem material de trabalho dos agentes de leitura e material para produção das Arcas. A Arca já foi implantada em mais de 500 comunidades, de 11 estados brasileiros, sendo que

estadual. Como o fato de ser o segundo estado a ter sua lei do livro, depois do Rio Grande do Sul, a lei estadual do livro promulgada em dezembro de 2004, estudada no segundo capítulo desta dissertação.

Em todo o ano de 2005, houve uma série de discussões para atender à demanda do MINC (Ministério da Cultura) de que cada estado montasse sua câmara setorial do livro e da leitura. Junto à montagem da câmara, foi trabalhada a montagem do decreto de lei para viabilizar o que ela propõe. A lei pretende criar mecanismos de que a política do livro seja uma política de Estado e não de governo. A exemplo disto são as seguintes propostas: criação de orçamentos específicos e sistêmicos para bibliotecas, independente de quem esteja no governo, fazer com que todas as editoras enviem arquivos digitais de seus livros para a Biblioteca Pública, servindo esta como um depositário dessas obras, não podendo reproduzi-las. E por fim, promover a criação de espaços de leituras nas escolas, ter um comitê gestor da leitura permanente.

Foi através da lei estadual do livro que se fundamentaram algumas ações específicas para os livros que até então não encontravam ressonância nas plataformas políticas, posto que as leis geram direitos. Os Agentes de Leitura<sup>47</sup> (estadual) é uma dessas ações, sendo uma proposta da Secretaria da Cultura do Estado (Secult) ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza (Fecop), a ser realizada em municípios do interior cearense e em bairros da cidade de Fortaleza com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em parceria com as Secretaria de Educação (Seduc) e de Ação Social (SAS) do Estado, associações comunitárias, organizações não governamentais e com secretarias de cultura e de educação dos municípios envolvidos com o projeto.

Sua missão, num recorte do discurso oficial, é promover a democratização do acesso ao livro e aos meios da leitura como ação cultural estratégica de inclusão social e de desenvolvimento humano, por meio de atividades de socialização de acervo bibliográfico e de experiências de leituras compartilhadas como exercícios de cidadania, de compreensão de mundo e de ação alfabetizadora.

---

78 em comunidades quilombolas. Ao todo, o projeto já beneficiou mais de 37 mil famílias com a distribuição de 93 mil livros. No Ceará, foram beneficiados mais 75 assentamentos das regiões de Canindé, Tamboril, Itatira, Irauçuba, Paramoti, Caridade. A gama de áreas editoriais deste projeto, vai desde a literatura infantil, livros didáticos, paradidáticos até áreas de interesse específico de cada comunidade, como produção de abelhas, de algodão ou de outras culturas, tornaram-se disponíveis aos agricultores cearenses.

<sup>47</sup> Titulação homônima à utilizada pelo governo federal.



Os Agentes de Leitura (eram 175 agentes em atuação no período de pesquisa) percorrem os municípios (15 municípios atendidos), distritos e bairros (5 bairros de Fortaleza) através de atendimentos domiciliares e familiares (estima-se que tenham uma cobertura de 4.375 famílias), realizando empréstimos de livros e promovendo cirandas e rodas de leituras comunitárias, movimentando o acervo bibliográfico, despertando o interesse e o gosto pela leitura de maneira prazerosa, crítica, dinâmica e reflexiva. Democratizar o acesso ao livro e à leitura, descentralizando a informação, eis a síntese.

A capacitação dos *Agentes* foi desenvolvida numa perspectiva de formação continuada, partindo das formações básicas às necessidades de aprofundamento temático cotidiano, com especial atenção para formação leitora. Os *Agentes de Leitura* passaram, inicialmente, por um processo de inscrição, onde foram conferidos os dados e documentação do Cadastro Único do Governo Federal, considerando que as famílias dos Agentes devem ser atendidas pelo Programa Bolsa Família, conforme critério do FECOP.

Em seguida, foi realizada uma avaliação através de interpretação de texto, redação e leitura oral. A segunda fase da seleção consistiu em visita domiciliar para entrevista e verificação da inserção do candidato na comunidade de atuação do projeto, como forma de garantir uma seleção baseada em critérios de transparência e idoneidade, no sentido de selecionar pessoas com compromisso e qualificação para o exercício das atividades. Concluído esse processo, dos 1390 inscritos, os 175 (cento e setenta e cinco) selecionadas para o projeto participaram da primeira fase da Capacitação de Formação em Agentes de Leitura, com carga horária de 40 horas, dividida em quatro módulos: Sensibilização e Pedagogia da Leitura, Literatura e Contação de Histórias, Dinamização do Acervo e Acompanhamento e Planejamento do Projeto.

Foram ainda realizados mais dois momentos de capacitação em caráter formativo dos Agentes de Leitura: primeiro, durante a 7ª Bienal Internacional do Livro foi realizado o I Encontro dos Agentes de Leitura do Ceará e, segundo, em outubro de 2006 ocorreu terceira fase da capacitação com a temática “Literatura e Vida: abraços e conversas de mundo” de 40 horas, dividida nos módulos: *Histórias de Vidas e Literatura; Laços de Palavra: literatura como metáfora do ser* e *Agentes de Leitura: uma reflexão construída no cotidiano*.

Tais processos de capacitação estão em devida sintonia com o objetivo do Fecop (Fundo abordado no segundo capítulo) de onde provém o recurso para o projeto dos Agentes de Leitura. Assim a dita capacitação abrange em sua justificativa: *ações de profissionalização*

*de jovens e adultos em comunidades de extrema pobreza e risco social*<sup>48</sup>, seriam as medidas acima descritas as responsáveis pelo alinhamento ao fundo. Em suma o encaixe ao FECOP torna o projeto dos *agentes de Leitura* potencialmente “guarda chuva”, centralizado em recursos e coordenação e com intuítos que vão além do acesso e democratização da leitura.

Vale salientar que ações com fundo de financiamento centralizado no Estado representam uma contra-corrente das práticas contemporâneas de financiamento de políticas públicas para cultura como fora analisado por Barbalho (2005a) onde este observa a tendência de que os projetos de cultura passam a ser financiados por empresas privadas que visam a obtenção de benefícios das leis de incentivo e de benefício fiscal à empresas que invistam em projetos culturais.

Barbalho constata que esta tendência fora aderida no Ceará. Segundo o autor, tais iniciativas trazem lucro às empresas investidoras na utilização destas leis de incentivo para o marketing cultural oportunamente assumindo o lugar de um mecenato praticamente inexistente na história do Brasil. Todavia neste projeto específico é observado uma ação contra a tendência política contemporânea, pois, não há investimentos de empresas privadas, parcerias, apenas recursos oriundos dos cofres públicos, centralizando a fonte de recursos em um fundo que não corresponde diretamente ao programa.

Isto não quer dizer que estas leis (do livro e de incentivo) sejam positivas ou não. Apenas constata que esta ação sendo implementada desta forma deve ter algum valor ou objetivo maior de interesse do governo do estado, posto que, em sua execução este não se valeu de parcerias como constam nos objetivos específicos propostos no projeto *Agentes de Leitura*. Em suma, o governo de forma discricionária através da aprovação interna do projeto subsidiou o mesmo integralmente.

### **3.1.3 A CONVERSÃO**

A idéia de criar um programa de agentes de leitura que percorram locais de difícil acesso à leitura quer seja pela distância geográfica excludente como pelo distanciamento social distintivo, busca fundamentação histórica no modelo de agentes de saúde. Essa busca

---

<sup>48</sup> A premissa da profissionalização, que é utilizada para a obtenção do recurso através do Fecop, se resume aos Agentes de Leitura na ocasião do curso de capacitação inicial que estes fazem qualificando-os a repassar conhecimentos, indicar livros adequadamente e ensinar as pessoas a “aprender a aprender” através do diálogo e da leitura.

também é uma busca por uma eficácia e legitimidade simbólica em uma prática política do passado. Uma estratégia de *conversão de capitais*.

Este intuito se evidencia ao confrontar percepções da atuação, sentidos e significados dos agentes em questão. No trecho de um artigo que analisa a atuação dos agentes de saúde deparamos-nos com o seguinte:

O Agente de saúde é colocado como o elemento-chave do sistema na atenção primária de saúde; como o elo de ligação entre a comunidade e os serviços. Em síntese, como um deles disse: *pau pra toda obra; o Papai Noel; o saco de pancadas*. Por tudo isso se faz necessário analisar com maior profundidade o papel deste personagem. (SILVA e RODRIGUES, 1995)

Entre um governo e o povo, agentes ou não, os intermediários são fios condutores da tensão natural das políticas públicas, isto há em comum entre agentes de saúde e agentes de leitura. Assim é necessária esta reflexão a respeito destes, como é necessário o alargamento desta reflexão para outros casos de intermediários entre Estado e Sociedade Civil. Os agentes assumem um papel de “salvadores” da sociedade, são chamados a realizar o árduo trabalho de fazer crer e ser Estado personificado, não como juiz-Estado, mas como cidadão-Estado.

De forma nada sucinta a responsável pelo maior evento de livros do estado do Ceará, a Bienal de 2006, Cleudene Aragão fala acerca da participação dos agentes de leitura no evento e de sua ligação gerativa com os agentes de saúde, não só isto como defende a idéia e uma sensibilidade familiar para colocar a leitura em pauta... talvez no lugar do pão.

...A Secult está preocupada com o fomento da formação de leitores. Um dos projetos mais importantes atualmente é o “agentes da leitura”, nascido mais ou menos dos agentes da saúde. Ele vai levar leitura à casa das pessoas, para sensibilizar as famílias...<sup>49</sup>

Uma metáfora para a leitura só se realiza se compreende que o reino destes agentes é imensurável, seus resultados são intangíveis e para poucos. A consagração (neste caso *midiática*) se dá na fala do “tipo histórico”, do *Agente de Leitura*.

O conceito de “tipo histórico” utilizado para observar os Agentes de leitura é desenvolvido por Adorno (2004) ao tecer críticas ao caráter puramente heurístico e conceitual

---

<sup>49</sup> ARAGÃO, Cleudene, *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 13 ago. de 2006, Caderno 3, entrevista à redação do caderno 3, Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=359146>. Acesso em: 20 de jan de 2007.

atribuído ao conceito de *tipo ideal* em Weber<sup>50</sup>. O autor faz esta descrição através da idéia de que de que o próprio Weber não relutou em utilizar o vasto conteúdo histórico para fundamentar a criação de seus tipos ideais (Adorno cita os tipos de dominação). Porém, constantemente usa-se a idéia de tipo ideal como um trunfo metodológico no qual a interpretação do pesquisador vale-se mais que o objeto. A provocação teórica de Adorno visa suprimir a palavra “ideal” do conceito porque o objeto em estudo não é ideal, é real e construído historicamente

Dito isto pode-se chegar a um tipo histórico dos agentes de leitura remontando aos agentes de saúde. Assim encontra-se exemplos dentre os agentes de leitura que ao narrar seu trabalho em entrevista concedida a um jornal local converge o imaginário de agentes de leitura com o que foi anteriormente sobre os agentes de saúde. Eis que, com o nome persuasivo de Salvador, o agente fala sobre seu fardo e das dores nas costas. Sua cruz é uma mochila de livros, seu calvário é o bairro do Genibaú. Seu evangelho, se a idéia de tipo histórico permitir uma associação do enunciado que representa o nome, de ajuda ao próximo... este não necessitou de *reconversão*.

..Levando consigo a metáfora dos agentes de saúde, que vão nas casas orientar as famílias, Francisco Salvador levava a bolsa cheia de livros para dar aos moradores o acesso ao universo das literaturas brasileira e mundial. ‘*Tem dias que pesa tanto. O ombro fica até dormente*’, revela o agente [...] Segundo o agente de leitura, o contato com as famílias é o que gratifica todo o trabalho. ‘*A curiosidade que eles têm pelos livros e a necessidade de ter alguém que as ajude a fazer algo diferente me satisfaz*’, exalta...<sup>51</sup>

Uma estratégia de *conversão* como a que é aqui representada não vai além de uma tentativa de resolver problemas estruturais recorrendo a um *nomos* que deu certo no passado e re-inserindo o mesmo, buscando igualar o significado na expectativa de que isto por si só traga mudanças ao significante.

O *nomos* é caracterizado por Bourdieu (2005) como a ação do Estado impor princípios de visão e de divisão legítima em matéria de representação figurada de mundo. É através de

---

<sup>50</sup> Esta idéia poderia se enquadrar ainda sob a conceituação de “tipo exemplar” de Weber sendo o elemento mais próximo e real de um tipo ideal conforme este autor demonstrou através dos *quarkers* na obra *Ética protestante e o espírito do capitalismo*. Entretanto para a finalidade deste trabalho, ou seja, observar uma possível conversão de capital feita pelo Estado através do resgate de um momento histórico optou-se pela utilização do viés adorniano.

<sup>51</sup> AGENTES INICIAM visitas literárias na periferia. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 29 de jun. de 2006. Cidades. Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=347826>. Acesso em: 16 de mar de 2007

seu poder de nomeação, exercício da violência simbólica que o define, que o Estado rege a produção das citadas representações e reprime os modelos por ele considerado heréticos.

Conforme fora estabelecido no início desta análise, o objetivo primordial seria o de analisar os agentes de leitura do estado do Ceará em busca de novas possibilidades para o programa mesmo que difusas, portanto, objetivou-se desde o início um levantamento de mais questionamentos e reflexões no lugar de considerações assertivas, haja vista as questões primordiais abordadas no sub-tópico sobre os agentes de saúde.

Para saber a respeito dos questionamentos e novas indagações que puderam ser levantadas após esta análise é mister retomar as questões guias da mesma afim de confrontá-las, de maneira dialógica, com as questões erigidas neste trabalho.

Dentro dos objetivos específicos que foram assumidos como questionamentos a serem analisados constata-se a idéia ainda elementar de política e Estado como um mercado de empregos. *Subsidiar a atividade de agentes de leitura com remuneração complementar de renda (?)*; *Socializar um acervo bibliográfico e realizar uma programação de leituras junto às famílias atendidas pelo projeto (?)*; Qual a capacitação adequada, a política de recepção, que garantirá que este ato de produção de sentido que é a leitura não limite no lugar de estimular a autonomia dos indivíduos? Tal questão erige desde a idéia de que além da necessidade de uma qualificação mínima estes indivíduos devem receber salários, não subsídios, parametrizado com as atividades exercidas de *agentes públicos* que são.

Há duas questões que dizem respeito ao binômio participação – democratização. Estas versam da seguinte forma a respeito do tema: *Envolver a comunidade como elemento de participação da sociedade civil nas ações do projeto (?)*; Nada consta que a comunidade tenha participado na montagem da grade de livros a que estaria exposta. Na realidade a contratação dos agentes de leitura só foi concretizada, segundo o cronograma do projeto, após a aquisição do material de trabalho. *Estabelecer uma gestão compartilhada do Projeto (?)* Sobre o quesito gestão, esta questão é intrínseca às outras apresentadas e remete a mais questionamentos sobre o projeto, questões estas que podem ser sintetizadas em uma: Como compartilhar a gestão de algo que têm um fundo centralizado, composição hierárquica centralizada e não consta na participação de outras entidades representativas do campo envolvido em qualquer que seja a etapa do processo?

A questão da partilha do poder vem à tona. *Executar parcerias com organizações governamentais e não governamentais (?)* Cabe o questionamento da não existência de órgãos reguladores e de avaliação que acompanhem o projeto. Tal questão também deve ser observada no plano da macroestrutura das políticas culturais. Destarte: Como estabelecer vínculos com as organizações não governamentais e privadas no intuito de promover um acesso à Cultura? Como ter ações não excludentes e de eficácia de recepção que não haja como fonte de legitimação de uma hegemonia cultural, respeitando a diversidade e diminuindo as desigualdades sociais ?

Por fim há de se atentar para alguns fatos oriundos da observação do modelo dos agentes de saúde e do modelo dos agentes de leitura. A primeira diz respeito ao fato de que as principais dificuldades por que passou o programa agentes de saúde conforme descrito pelos autores aqui citados também permeiam o programa dos agentes de leitura, quais sejam, a dificuldade de implementação de parcerias com as prefeituras que traz como consequência a falta de política de acompanhamento-supervisão e a falta de diversificação de fundos que levaria a uma maior mobilidade do programa no campo de atuação (área geográfica) e no modelo (podendo ser exercido em escolas, igrejas etc)<sup>52</sup>.

Há outra semelhança que deve ser citada. Os agentes de saúde surgiram como um programa que “mataria dois coelhos com uma cajadada só” empregaria mulheres de baixa renda de municípios que sofrem com a seca e a pobreza, além de ser centralizado politicamente à secretaria a que está vinculado mesmo com todo o discurso de federalização-municipalização que lhes permeou. Os agentes de leitura enfrentam os mesmos desafios, centralização e concentração do poder de decisão num mesmo órgão, a ajuda dada a uma população mais carente através do programa em consequência do fundo que o sustenta e da idéia de inclusão social que imperou em algumas políticas do governo no período citado e que se fez valer neste caso numa política do livro.

### **3.2 BIBLIOTECAS**

Não se pretende aqui fazer uma avaliação de uma política pública, levando em consideração apenas os parâmetros *ex ante* ou *ex post*. Tão pouco limitar-se às variáveis da eficiência, eficácia e efetividade. Pretende-se antes, ultrapassar os padrões limitantes de

---

<sup>52</sup> Isto já é feito em alguns municípios onde há o programa porém são iniciativas isoladas e discricionárias dos próprios agentes, não tendo com isso nenhuma sistematização ou garantia de continuidade.

contraposição entre certo e errado, e ainda assim, não cair em relativismos infundáveis. Com esta parte do trabalho buscar-se-á a compreensão de programas de acesso ao livro no período analisado através das bibliotecas públicas.

Para tanto serão analisados dois programas de extensão da biblioteca central, Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, já que esta é o modelo e núcleo político - financeiro da maior parte das bibliotecas do Ceará, para isso coordenando o sistema de bibliotecas do Estado, deliberando sobre normas técnicas, concessões financeiras e sobre programas voltados para o assunto na gestão referida.

A biblioteca pública será entendida como centro de difusão cultural, de socialização do conhecimento e de formação de leitores. Esses critérios foram estabelecidos no sentido de que este valioso bem cultural possa cumprir seu objetivo de democratização do acesso ao livro e à leitura como meios para o desenvolvimento humano. Em outras palavras, as bibliotecas públicas são espaços de ação e de integração através da democratização do acesso ao livro e aos meios da leitura e difere-se das demais bibliotecas por seu caráter universalista<sup>53</sup> e seu financiamento estritamente público.

Em Milanesi (1994) encontra-se a idéia de biblioteca trabalhada sobre um recorte temporal, assim, o autor compara uma biblioteca tradicional com uma contemporânea e faz uma análise da informação que circula num centro cultural<sup>54</sup> onde a biblioteca torna-se imprescindível. A integração entre oficinas de arte, cursos e a biblioteca significa a articulação das partes que justificam a conjugação dos verbos informar, discutir e criar. Com o tempo perdeu-se o conceito de biblioteca tradicional, do modelo quinhentista da coleção de livros (biblioteca apenas como um acervo de obras variadas) e incorporaram-se atividades menos convencionais como palestras, exposições, debates, encenações e outras afins. Então a biblioteca passou a ter atividades culturais, avançando do seu conceito tradicional para o moderno de centro de cultura, ou faz parte de um deles.

O autor trabalha contra a existência de duas redes (biblioteca para um lado e centro de cultura para outro) e advoga a tese de que o mais racional é, a partir das bibliotecas existentes

---

<sup>53</sup> No sentido de que deve cobrir o maior número possível de gêneros e assuntos a fim de atender ao maior número possível de indivíduos. Esta nomenclatura não deve ser confundida com a idéia de cânone que a palavra universal evoca quando se trata de livro, tal nomenclatura antes nasce do diálogo com a obra de Antunes (2005).

investir na correção de rota, na sua dinamização e ampliação. Essa correção de rota corrigiria historicamente o processo evolutivo das mesmas, que inexplicavelmente (seria mesmo inexplicável?) tiveram seus desenvolvimentos interrompidos<sup>55</sup>. E a dinamização, incorporando as exigências do tempo, só poderá apontar para espaços polivalentes que respondem com mais eficiência à necessidade de instituir ações alternativas de acesso ao conhecimento e à criação de novos.<sup>56</sup>

A aposta do autor na existência irmanada das duas instituições reside na convicção de que a biblioteca deixou de ser uma coleção de livros e o centro não pode existir sem informações disponíveis. Configura-se, assim, o dito espaço polivalente (com salas de vídeo, laboratórios de informática etc) onde o cidadão convive com a possibilidade de pensar e de se expressar.

Tendo definido a idéia de biblioteca que será utilizada, visa-se que este sub-tópico analise dois programas de acesso à leitura por meio de bibliotecas. Tal análise será feita sob a égide da seguinte pergunta de partida: o que fundamenta estes programas? Esta questão se desdobra nas seguintes questões norteadoras: Quais os desafios desses programas? Quais as falácias e pontos positivos que tais programas trarão para seu público alvo?

### **3.2.1 As bibliotecas públicas e seus programas de acesso no campo livreiro**

Analisar os programas voltados ao acesso à leitura através de bibliotecas públicas do Ceará significa analisar o campo livreiro cearense a partir destas instituições, as bibliotecas. Estas serão delimitadas como sendo as que formam o sistema estadual de bibliotecas, financiadas por verbas estaduais e com coordenação centralizada pela Biblioteca Menezes Pimentel. Assim para viabilizar a análise em questão manter-se-á o foco sobre esta biblioteca central o que permitirá neste breve trabalho discorrer um pouco sobre as formas de acesso ao livro, através de bibliotecas.

---

<sup>54</sup> Para o autor os centros culturais são locais de encontro e discussão. Encontro entre linguagens (teatro, música e livros) e espaços de co-existência da diversidade de idéias. Ainda para Milanesi estes espaços atualmente encontram-se em voga nos investimentos de políticas públicas para a cultura por potencializar os investimentos atendendo uma gama maior de pessoas.

<sup>55</sup> Neste ponto insere-se a questão da disponibilidade das prateleiras como um fator de distinção e de repulsa ao desconhecido não sendo em nada convidativo a maior parte do público. Aqui pode-se constatar um dos diversos pontos de convergência entre as idéias de uma comunicação entre biblioteca e população de Feitosa (1998) e o autor.

<sup>56</sup> Amparando na máxima de que a biblioteca seria um local de diálogo e democracia o autor atinge o ápice ao exemplificar que até o bar locado em um centro cultural poderia ter a eficácia dos três verbos já comentados, sendo este o espaço para a discussão a criação e a informação em conversas entre indivíduos que compartilham o mesmo espaço.



Mantida pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Cultura, a Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel está no prédio atual desde 1977<sup>57</sup> e coordena o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Ceará, composto pelas 194 bibliotecas públicas municipais do Estado. Entretanto, a breve descrição doravante da grande nave mãe não corresponde à realidade das demais bibliotecas por ela coordenada, o que evidencia uma concentração de recursos neste equipamento central. Integra-se atualmente ao Centro Cultural Dragão do Mar, ocupando uma área de 2.272m<sup>2</sup>, distribuídos em 5 pavimentos, um verdadeiro *coliseum*. Seu acervo, de aproximadamente 82.000 volumes, está em grande parte informatizado, isto é, registrado, catalogado e classificado através do software Arches-Lib de gerenciamento de bibliotecas, e posto à disposição da comunidade que tem uma frequência estimada em 10.000 usuários/mês.

Com relação ao interior divergem as estatísticas acerca dos municípios que têm biblioteca pública. No Brasil estima-se que cerca de 1.000 municípios brasileiros localizados nas regiões mais pobres do território nacional ainda não têm uma biblioteca pública. No Ceará não há tanta diferença. Não há dados específicos sobre número de livrarias, editoras que atuem diretamente com o livro ou em outras áreas que não a literária<sup>58</sup>, enfim, sobre a área do livro e sua cadeia produtiva. Ainda assim, se estima através dos poucos dados levantados que a média do estado é de 1,04 de biblioteca por município (CEARÁ, 2003).

Isto representa um acréscimo à média observada em 2001 de 0,89 biblioteca por município (IPLANCE, 2001). Porém as médias apresentam desvios e cabe a ressalva de que o saldo superior a 1 nas estatísticas são indicativos falaciosos de universalização de acesso ao livro nos municípios cearenses. Explicando melhor, há municípios com mais de uma biblioteca, logo este número de 1,04 pode significar que um dado município tenha três bibliotecas e em outro município não tenha nenhuma. Estes dados apontam para uma concentração da informação.

---

<sup>57</sup> A Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, foi inaugurada no dia 25 de março de 1867, com o nome de Biblioteca Provincial do Ceará, pelo tenente coronel João de Sousa Melo e Alvim, presidente da Província. Na época, foi instalada em um prédio recém construído para abrigar a Escola Pedagógica, situado à Praça Marquês de Herval, hoje José de Alencar. Para um aprofundamento da história da biblioteca confira Feitosa (1998).

<sup>58</sup> Como as editoras que se especializam na produção de livros de relação de médicos de planos de saúde, mapas,

### 3.2.2 AÇÃO 1 - Bibliotecas Regionais

O primeiro programa de extensão que será analisado, intitulado Bibliotecas Regionais, surge visando mudar este quadro de desigualdade de acesso ao livro no interior do Ceará. Constitui-se na implementação de bibliotecas de porte médio em um município de cada macro-região do Estado. O porte médio é definido por seu acervo inicial de 20.000 títulos, entre obras gerais (literatura, ficção ou não), de referência (enciclopédias, almanaques etc) e infanto-juvenis; aparelho de TV e DVD; e uma ilha digital (CEARÁ, 2005). Um material padronizado e padronizador. Um sinal disto é que alguns prédios escolhidos pelas prefeituras no interior para ser a biblioteca sequer têm condições de conservação para os livros ou mesmo instalações adequadas para computadores.

O padrão (padronização) das bibliotecas, conforme demonstrado por Milanesi (1994), também foi seguido na delimitação dos municípios que seriam contemplados com o programa. Por seu caráter regional, a escolha do município obedeceria aos seguintes critérios: capacidade para ser referencial e exercer liderança cultural na região, facilidade de acesso e comunicação com os outros municípios, infra-estrutura da área e localização física do terreno. Quando o município escolhido para implementação dispusesse de edificação de valor histórico, procurou-se, como medida educativa e de valorização da história do Estado, restaurar esse patrimônio para abrigar a Biblioteca. Em 2006, foram inauguradas as bibliotecas de Aracati, Icó e Pedra Branca para atender, respectivamente, as regiões do Litoral Leste/Vale do Jaguaribe, Centro Sul/Vale do Salgado e o Sertão Central.

A seleção dos livros e prédios foi feita por uma equipe que percorreu estes municípios supracitados. Esta mediação exercida pelos expertos que mapearam o que seria ou não biblioteca nos interiores se manifesta sobretudo nas políticas que norteiam as escolhas estéticas e de conteúdo dos materiais a serem disponibilizados para consumo. A operação de seleção de livros sem a participação do seu público representa uma legitimação conferida pelo Estado às livrarias para que escolham ou sugiram uma enorme lista (muitas vezes padronizadas) de títulos com autores eleitos para serem por elas distribuídos, catálogos de sugestão. Este fato é exemplificado pelo coordenador das políticas do livro e da leitura Fabiano dos Santos em referência à primeira compra de livros para os *Agentes de leitura*, programa anteriormente analisado.

Nos Agentes de leitura, no primeiro né? A gente fez uma equipe interna para selecionar esses livros. E... **aí recebemos catálogos das editoras**, e... a gente pegou dois princípios: um primeiro era a qualidade literária e qualidade gráfica e outro era questão da produção literária cearense, pela qualidade também... Já pra essa segunda compra a gente quer formar uma **comissão mais ampla, tipo biblioteca cidadã...**<sup>59</sup> (*Grifo do autor*)

Os grifos confirmam a idéia de um catálogo editorial sugerido, apesar da escolha ser por parte de uma equipe interna, a lista restringe o campo das possibilidades de escolha. O reconhecimento de que o processo de escolha é falho encontra respaldo na continuidade da fala quando o coordenador a forma que haverá mudanças para uma segunda compra.

Enfim, como toda escolha, essa seleção significa na prática uma restrição à circulação de outros produtos editoriais não selecionados, o que envolve necessariamente um julgamento de valor emitido subliminarmente em favor dos produtos disponibilizados nos catálogos de algumas editoras. Sob esse ponto de vista, o mercado editorial pode ser definido como instâncias empresarias que realizam uma seleção dos produtos editoriais comercializados em larga escala para o Estado com critérios e variáveis não compartilhadas publicamente.

Mas, as bibliotecas são acima de tudo um *locus* de prática cultural social e sua realização coletiva é de extrema importância para o compartilhamento das sensações e pensamentos expressos nos diversos repertórios. A seleção é realizada através de uma disputa de poder entre esses agentes – que são quase sempre os organizadores e líderes dos eventos. Nesse sentido, a escolha de determinadas peças dos repertórios disponíveis representa também uma legitimação por parte dos agentes dominantes do campo livreiro. Ao selecionar edições e materiais afins para integrarem os repertórios das bibliotecas, atuam também como agentes de um poder estético e simbólico, realizando julgamentos de valor com critérios próprios compartilhados (ou não) pelos frequentadores (demais agentes do campo). Nesse sentido, as bibliotecas públicas são instâncias que promovem a circulação de livros e leituras pela sociedade, exercendo um papel de legitimação no campo livreiro. Fazem parte, portanto, do conjunto de instâncias que atuam na distribuição e comercialização do livro enquanto produto: a indústria da cultura<sup>60</sup>.

---

<sup>59</sup> SANTOS, Fabiano. Entrevista concedida a Marcelo Cavalcanti, Fortaleza, 17/07/2007

<sup>60</sup> Segundo Bourdieu (2001), o sistema de produção e circulação de bens simbólicos pode ser definido a partir das relações entre as diversas instâncias de legitimação que disputam entre si o direito de exercer a consagração de artistas e obras.

Em Adorno e Horkheimer (1985) há um posicionamento crítico em relação às indústrias culturais, essa forma de cultura contemporânea “que confere a tudo um ar de semelhança”, homogeneizando não apenas as obras arquitetônicas, os modelos dos veículos (independente de suas marcas), mas as práticas, os costumes, as expressões artísticas e culturais, identificando (quase culpando) o cinema e o rádio como veículos dessa padronização. Os “interessados” (entenda-se beneficiados pela homogeneização) justificam essa uniformização através da argumentação de que se os consumidores possuem necessidades iguais não precisam de produtos diversificados e é por isso também que essa padronização é aceita passivamente. A técnica de buscar a unidade e a coesão estaria no exercício do poder e da dominação.

### **3.2.3 AÇÃO 2 – Biblioteca Volante**

O segundo programa de extensão desta análise tem objetivos semelhantes ao das Bibliotecas Regionais e divergem nos seguintes aspectos: o lócus e o meio acesso utilizado. Assim, a Biblioteca Volante visa a ampliação do acesso a leitura, levando esse equipamento cultural até os bairros da periferia de Fortaleza, sobretudo àqueles lugares onde não existem bibliotecas públicas ou comunitárias.

E vai de ônibus, doado e adaptado para receber um acervo bibliográfico e uma ilha digital. Com acervo inicial de 1982 títulos para empréstimo e consulta e 2 computadores para pesquisa. Os títulos estão distribuídos entre literatura infanto-juvenil (40%), obras de referência (10%) e obras gerais (50%). Essas últimas divididas entre obras de ficção e de não-ficção (25% para cada). Defendeu-se a idéia de biblioteca pública na composição do acervo, sendo este de cunho universalista, visando atender as diversas faixas etárias de leitores potenciais. É um equipamento cultural com uma programação agregada que busca fortalecer as ações de formação de leitores, como contação de histórias e oficinas.

O lançamento desta ação contou com a presença da primeira dama do Ceará<sup>61</sup> à época, a escritora Beatriz Alcântara e fez suas primeiras andanças levando consigo escritores que conversassem com a comunidade e estreitassem as realidades do livro e dos bairros pela qual percorreu a biblioteca: Genibaú, Siqueira, Dunas e Pedras<sup>62</sup>. Convergingo em alguns casos

---

<sup>61</sup> Remontando a velha celeuma histórica das políticas assistências que ficavam a cabo da primeira dama.

<sup>62</sup> A metodologia de escolha das localidades “agraciadas” nunca foi claramente definida, em tempo falou-se de carência, pobreza e até vocação. Para qualquer uma das respostas nunca houve uma fundamentação.

com locais de abrangência do programa Agentes de leitura. Porém tal fato deu-se de maneira pioneira e única dentre do projeto.

O desafio deste tipo de programa, uma extensão da biblioteca, é que a população atendida não participa da escolha da composição do acervo e tampouco este tipo de extensão móvel pode vir a refletir a memória construída por uma comunidade ou sua identidade como exposto por Feitosa (1998) ao estudar a relação de possíveis projetos de extensão da Biblioteca Pública Menezes Pimentel com o Poço da Draga.

As ações ora analisadas encontram respaldo oficial e baseiam-se na Lei do Livro do estado do Ceará, nº 13.549, de 23 de dezembro de 2004. O artigo primeiro se esforça por dinamizar e democratizar o acesso ao livro e à leitura como meio de difusão cultural, transmissão de conhecimento e fomento à pesquisa. Todavia por se tratar de um direito nascido de maneira verticalizada sem a participação ativa da população há de se levantar o questionamento sobre sua eficácia e não só, como também questionar-se como fazer com que este direito chegue ao seu público alvo.

Ainda é vigente a idéia de que se está fazendo um serviço público por ter como dotação verbas originárias de letras específicas do Estado. Porém a publicidade de uma coisa, qualquer que seja, depende diretamente de seu sentido para a maioria da população, do seu sentimento de pertença pela sociedade a quem se destina. Como modernizar e democratizar o acesso às bibliotecas? Uma resposta simples é dada pela primeira dama na época. Resposta esta que remete as práticas assistencialistas implementadas durante longo tempo no país com o pretexto de tratar-se de formas de democratização e de ampliação do acesso aos serviços estatais para a grande população. Assim:

A primeira dama e escritora Beatriz Alcântara lembrou a necessidade de levar espetáculos para as áreas carentes da cidade. Por isso, o ônibus biblioteca tem um pequeno palco destinado a apresentações de artistas da comunidade.<sup>63</sup>

Esta idéia símbolo, do assistencialismo, remonta ao imaginário político de divisão entre interior-capital e periferia-centro onde, tais políticas sempre vão de encontro aos elementos menos favorecidos nesta dicotomia. Assim, ir às áreas carentes (periferia) da cidade expressa pela primeira dama é passível de uma reflexão onde se movimenta a idéia de

---

<sup>63</sup>BIBLIOTECA volante é inaugurada, *O POVO*, Fortaleza, 18 de agosto de 2006, Fortaleza, p. 7.

Canclini (2006) sobre a modernidade. Segundo o autor, há quatro entradas para a modernidade, quatro movimentos básicos a constituem: um projeto emancipador, um projeto expansionista, um projeto renovador e um projeto democratizador.

1. Por emancipador o autor entende ser a secularização dos campos culturais, fazem parte desse movimento à individualização das cidades e a racionalização da vida social.
2. O expansionista seria a tendência que procura estender o conhecimento e a posse da natureza, a produção, a circulação e o consumo de bens.
3. O projeto renovador abrange dois aspectos, que com frequência são complementares: o primeiro diz respeito ao aperfeiçoamento e inovação incessante e segundo sobre a necessidade de reformular vários signos de distinção que o consumo de massa desgasta.
4. Por fim, o projeto democratizador é descrito como o movimento da modernidade que confia na educação e na difusão da arte e dos saberes especializados para chegar a uma evolução racional e moral.

Porém as concepções de modernidade acima descritas são conflitantes entre si e tendem a estabelecer-se no jogo de tensões entre os projetos. Podemos citar a interiorização como sendo pertencente a uma das entradas?

Antes de alocar a interiorização do programa como sendo um passo rumo à modernidade, neste caso específico numa mescla dos três últimos projetos de modernidade descritos por Canclini e apresentados acima, é necessário considerar a análise de Barbalho (2005<sup>a</sup>) sobre a diferenciação entre modernidade e modernização.

Barbalho faz a ressalva para a necessidade de se diferenciar modernidade e modernização na análise política, principalmente do Ceará onde durante alguns anos os termos são confundidos. Assim, o autor descreve a modernidade como sendo esta referente à racionalidade normativa enquanto que a modernização remeteria à “racionalidade técnico-instrumental”. A centralização e o pouco alcance das políticas são apresentadas como características da modernização.

Assim, pode-se atribuir à interiorização como sendo um movimento de modernização, já que, ainda mostrou-se neste momento a centralidade das decisões desde a escolha do acervo

até mesmo a escolha dos locais por onde circularia a biblioteca volante. Isto, sem levar em consideração a alcance limitado do programa ao menos quantitativamente<sup>64</sup>.

Esta idéia de modernização via interiorização apresentada pode ser agregada de valor ao se somar com a movimentação do conceito feita por Barbalho (2005<sup>a</sup>) podendo-se inferir a partir daí uma continuidade ao processo de modernização da cultura no Ceará descrito pelo autor. Assim, pode-se afirmar que a gestão do período delimitado deste trabalho focou como ponto do processo de modernização, a interiorização, ainda não maximizado por seus antecessores.

É necessário dizer que esta interiorização logrou êxitos em mapear e cadastrar, remontar um campo cultural cearense e não só fortalezense, uma cartografia instrumental e cultural do Ceará. Criou e nutriu uma ferramenta de gestão cultural. E apesar do conceito interiorização remontar ao antagonismo interior – capital, as políticas adotadas sob essa égide buscaram equilibrar também a relação centro – periferia na capital.

Esses programas são de extrema importância mas eles não devem emergir de maneira isolada. Quem irá recebê-los? E como? É fundamental uma política de recepção. Isto principalmente em políticas culturais que dizem respeito a um direito imaterial que é o de construção própria de visões e interpretações de mundo.

### **3.3 AS FEIRAS E BIENAS DO LIVRO**

As Bienais e a Feira de Aracati são responsáveis pelos momentos de maior influência de uma política cultural do livro e leitura na pauta da vida pública cearense. Tais ações-eventos ditam durante uma semana, ou um pouco mais, a pauta midiática e política por vezes ultrapassando o cenário local, como foi o caso da II<sup>a</sup> Feira do Livro e Leitura de Aracati que teve exposição nacional pelo Jornal Nacional da rede Globo.

No caso específico da I<sup>a</sup> Feira do Livro de Aracati não se pode dizer o mesmo. A Feira não atingiu um potencial de agendamento sequer próximo das Bienais. Assim, visando o aumento da sua capacidade de agendamento, esta foi antecipada em um ano em sua segunda edição. O fato pode ser entendido de duas maneiras: tanto como uma permuta de capitais políticos entre os eventos como também pode ser compreendido como sendo uma tentativa de concentração dos recursos políticos da área do livro, maximizando o papel político deste e,

---

<sup>64</sup> Aspecto que pode ser inferido neste trabalho já por um viés qualitativo escaparia a análise feita.

por conseguinte o da cultura numa época de tentativa de reeleição por parte do governo vigente.

### 3.3.1 Tematizando em 2004

Conforme visto na introdução as Bienais surgiram de Feiras do livro e a partir de 2000 foi associado ao evento o discurso-título de internacionalização transformando-as em Bienal Internacional do Livro do Ceará. No período analisado há um acontecimento que marca uma divisória com a gestão anterior ao período estudado, tal fato é a tematização que por sua vez tenta trabalhar o imaginário de internacionalização.

Mas o que seria tematizar? Qual o seu propósito? Segundo a então coordenadora do livro e leitura, Cleudene Aragão, seria:

O ato de criar um mote[...] algum diferencial que mexesse com a imaginação. Era criar um argumento pelo qual todos os espaços da bienal estariam ocupados, a comunicação visual seguiria esta temática... Era procurar envolver, instigar a imaginação...<sup>65</sup>

Este acontecimento, a tematização, ao mesmo tempo em que estabelece um caráter distintivo com as gestões passadas, abre espaço, para estratégias discursivas de opositores, na maior parte das vezes oriundo deste período anterior com que rompem simbolicamente.

Assim, se a primeira Bienal internacionalizada ocorreu no ano 2000 na gestão de Paulo Linhares como secretário de cultura do Ceará. Em contrapartida era apresentada a tematização que significava, para os gestores de então, um avanço e uma verdadeira internacionalização. Por fim, representava uma distinção da nova gestão da secretaria de cultura para diferenciar-se que encontrou no ex-secretário citado seu oponente.

O contra argumento deste é explicitado em forma de descontentamento para com a direção tomada nas Bienais e principalmente com as da gestão ora estudada através de sua coluna jornalística. O ex-secretário começa descrevendo e posicionando-se como autor do modelo de descentralização que então era propagado pela Secretaria de Cultura como um diferencial da gestão 2003 – 2006, assim discorre:

A Bienal no Ceará, descentralizada e aberta ao público foi criada para que fossem feitos, naquele evento os lançamentos e uma atualização completa

---

<sup>65</sup> ARAGÃO, Cleudene. Entrevista concedida a Marcelo Cavalcanti, Fortaleza, 08/08/2007



do movimento editorial do Brasil. Foi difícil trazer os editores, mas eles vieram e gostaram...<sup>66</sup>

Após marcar posição como agente de mudança deste programa o ex-secretario parte para uma descrição depreciativa que estaria sendo feito com a Bienal. O que este não esperava é que com sua critica contribuisse para o agendamento discursivo acerca das ações e programa da política do livro. Assim a descrição do que havia se transformado a Bienal foi pungente sobre a mercantilização constante da mesma, onde por interesse desta poderia se comprometer a qualidade:

[...] A bienal virou um feirão de livrarias vendendo encalhes. Livrarias, não. De papelarias. O que se tem apresentado lá já tem aqui. Em qualquer dia do ano. Editorialmente a Bienal se esvaziou, com uma programação pífia de muita pompa e pouca verve. Há ali um simulacro de Bienal, onde livreiros, sem nenhum critério ou distinção, nem mesmo de assuntos, amontoam livros encahados, na sua maioria de péssima qualidade.<sup>67</sup>

Nem tão ao céu nem a terra. Há que se ponderar e levar em consideração as palavras do ex-secretario porém também há de observar que o processo de mercantilização / internacionalização e falta de identificação das Bienais ocorridas no Ceará. Posto que, com idéia de internacionalização que surgiu em sua gestão veio a forma e a função deste conteúdo, qual seja: a divisão do espaço numa imitação de outras bienais ocorridas no país<sup>68</sup> o que não contribui para a formação de uma identidade para a Bienal cearense e o aumento sem critérios do número de expositores, o que acabou permitindo a entrada de comerciantes pouco atuantes na área do livro e com grande escopo de atuação como é caso citado pelo próprio ex-secretário das papelarias.

Porém é necessário antes delimitar o que seria internacionalização- mercantilização de que se tratará no decorrer deste sub-tópico. Ressaltar-se-á para tanto a atuação de um novo agente no campo livreiro inaugurado por esta internacionalização<sup>69</sup>. Estes configuram-se como os grandes responsáveis por essa cultura-mundo e são caracterizados pelos homens de

---

<sup>66</sup> LINHARES, Paulo. Bienal sem Sal, *O POVO*. Coluna Fair Play, 25 de agosto de 2006, Vida & Arte, p.5.

<sup>67</sup> Ibid.

<sup>68</sup> Que se auto-intitulavam também internacionais e paulatinamente abriam espaço para negócios multinacionais.

<sup>69</sup> Muito embora não possa ser observada presença de muitas editoras de outros países, a utilização deste termo pode caracterizar indivíduos e editoras que por uma proximidade de nacionalidade não são percebidos enquanto tal. Um dos exemplos destes artífices é Oswaldo Siciliano que está a frente da ABL – Associação Brasileira de livrarias, é sócio da rede de livrarias e editoras Siciliano tendo vendido a maior parte de sua empresa a um conglomerado editorial multinacional. Oswaldo Siciliano fez a abertura da Bienal e trouxe para o Ceará a reunião anual da ABL.

negócios, executivos globais, homens de marketing, administradores globais, em suma, os “intelectuais das grandes corporações”. (ORTIZ, 1994)

Este especulador erige-se no panorama cultural como uma das conseqüências da sociedade administrada (ADORNO, 2004). Ortiz, afirma que estes administradores globais, especuladores são obrigados a perder toda relação com as antigas culturas-nacionais. Erige nesta concepção uma diferença entre o conceito de multinacional, que postula a idéia de uma centralidade hierárquica situada no território nacional e o processo de globalização que implicaria em sua razão de ser à perda de todo sentido de centralidade (porém não de poder). Para o autor o local não está necessariamente em contradição com o global, pelo contrário, encontram-se interligados, onde a globalização se realiza através da diferenciação.

Nessas corporações globais as relações entre, por exemplo, um administrador-empresário global do Ceará e outro de Lisboa seriam diretas, não mais mediadas por uma referência nacional Brasil-Portugal. O mercado global pode e visa participar no local, mas do nacional não mais. Logo, a idéia de imbuir numa Bienal um tema internacional, buscando pontes, alinha-se perfeitamente ao processo de mundialização /globalização. Pois não mais é necessário a espera por acordos e celebrações diplomáticas de um país para com o outro, as tradições passam a ser inventadas localmente e os patrocínios são feitos de maneira direta.

Congregando estes valores capitais acima descritos, a VI edição, a Bienal Internacional do Livro do Ceará trouxe parte da produção literária e autores de outros continentes, numa viagem pelas letras de países de língua portuguesa e hispânica. Realizada entre 28 de agosto e 07 de setembro de 2004 – é quase impossível não remeter a data de encerramento a um espírito de reafirmação da independência – teve como tema “Da Ibéria à América: Travessias Literárias”, e como homenageada principal a escritora portuguesa Agustina Bessa-Luís.

Esta Bienal contou com um público visitante de aproximadamente 495 mil pessoas só no Centro de Convenções, local de ocorrência da Bienal, e aproximadamente 600 mil pessoas no balanço total de eventos da Bienal. Este acréscimo diz respeito ao fato de que esta Bienal embrionariamente saiu do Centro de Convenções e implementou atividades em outros locais como no interior do Estado.

Os cerca de 515 mil livros comercializados propiciaram uma movimentação financeira de aproximadamente R\$ 5.940.000,00. A Bienal sobressaiu-se com uma programação

inovadora, atendendo através de diversas faixas de leitores interessados em encantar-se com histórias, recitais e conversas literárias em sua segmentação interna. No total estima-se que foram expostos 78 mil títulos através de 300 editoras, das quais dez eram internacionais.

A realização desta Bienal se deu através do patrocínio dos Correios, Petrobrás e Banco do Brasil. Contou também com o apoio institucional dos seguintes agentes que compõem o campo livreiro nacional e local: Associação Nacional de Livrarias (ANL), Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), Câmara Brasileira do Livro (CBL), Câmara Cearense do Livro (CCL), União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), Sociedade Amigos da Biblioteca, Instituto de Cultura e Arte da UFC (ICA) e Unicef. Além destes participaram na qualidade de parceiros órgãos do sistema S (Setur, Senac, Sesc) e o BNB. Tal feito demonstra a capacidade de articulação que a SECULT ganhara com Cláudia Leitão que viera do sistema “S”<sup>70</sup>. O *estilo político* da secretaria desde o início demonstrou um estreitamento com empresas e organismos, numa linguagem administrativa com *stakeholders*<sup>71</sup> culturais.

Com um dia a mais em relação aos outros anos, a Bienal foi aberta em grande estilo com um espetáculo de Antônio Nóbrega, que recitou poemas do romanceiro ibérico e canções armoriais. Belchior, cantor e compositor cearense encerrou a Bienal cantando as redondilhas maiores de Carlos Drummond de Andrade.

### **3.3.2 As mil e uma noites de 2006**

Na VII Bienal Internacional do Livro Do Ceará a Secretaria da Cultura seguindo a orientação definida no Plano Estadual (2003) abriu inscrições para um concurso público de escolha da identidade visual da Bienal. O trabalho selecionado recebeu R\$ 6.000,00 (seis mil reais), recurso oriundo do Tesouro do Estado. As inscrições foram gratuitas numa perspectiva de universalização e com o intuito de estimular a participação.

Assim foi iniciada a Bienal. Tentado estreitar os laços de aproximação entre escritores e leitores; facilitar cada vez mais o acesso ao livro; apresentar novos narradores; fazer incursões literárias pelos bairros e cidades do interior do Ceará, enfim, tornar a literatura um bem para crianças, jovens e adultos, uma via de “inclusão social” por meio da cultura. Estes

---

<sup>70</sup> Composto por SESC, SENAC, SENAI, SESI e SEST

<sup>71</sup> Parceiros, divisores do melhor pedaço no sentido em que é aplicado o termo aos padrões da administração atual.

foram alguns dos objetivos traçados para a VII Bienal Internacional do Livro do Ceará, que aconteceu em agosto de 2006 em Fortaleza e concomitante em algumas cidades do interior através das ações de extensão intituladas “Bienal fora da Bienal”.

Neste ano a Bienal teve como tema “*Era uma vez... Mil e uma histórias*”, inspirado na obra, “*As mil e uma noites*”. No Brasil, oportunamente, estava sendo publicada a primeira tradução das histórias de Sherazade direto do árabe para o português. Dois dos cinco volumes da tradução já haviam sido lançados quando ocorreu a Bienal e não só isso como, por essa tradução de “*As mil e uma noites*”, Mamede Mustafá Jarouche, paulista de origem árabe, ganhara o Prêmio da APCA - Associação Paulista dos Críticos de Arte e mais tarde o prêmio Jabuti. Jarouche foi uma das presenças notórias na VII Bienal do Ceará que visavam propiciar uma conexão cultural entre a temática e o Ceará.

Cláudia Leitão, que recebera em julho o prêmio do Ministério da Cultura (Minc) pela melhor gestão de cultura do país<sup>72</sup>, afirmara então que as conexões entre o estado e o mundo árabe eram maiores do que se imagina. Para ela além de uma grande colônia libanesa que se instalou por ali e da tradição da memória oral, o próprio nome do Estado, Ceará, segundo uma das tantas explicações, seria uma corruptela de Saara<sup>73</sup>, por se tratar do “deserto brasileiro”. “Fora os mercados populares de Juazeiro do Norte, Crato e outras cidades que lembram muito aqueles mercados de Fez, Marrakesh e Casablanca, cheios de gente gritando e barganhando”<sup>74</sup>, diz Cláudia.

Já o coordenador de políticas para o livro e leitura, Fabiano dos Santos, em entrevista emenda a opinião da secretaria quanto a convergência da temática escolhida com a cultura do estado descrevendo a interculturalidade proposta no *lócus* da Bienal para aproximar ao máximo as culturas: “Fizemos uma série de imagens temáticas como a de um camelo sendo conduzido por um vaqueiro e a do Patativa do Assaré (poeta cearense morto em 2002) ao lado de uma senhora muçulmana”<sup>75</sup>

A guisa de uma explicação pode-se chegar à idéia de uma “tradição inventada”. Aprofundando o conceito de tradição a partir de Ortiz (1989) pode-se ter dois entendimentos

---

<sup>72</sup> Tal premiação foi repetida pelo Instituto Pensarte que lhe creditou o prêmio de melhor Gestão da Cultura enquanto secretaria estadual no período analisado.

<sup>73</sup> Questão que rendeu o primeiro capítulo da tese de doutoramento da própria Cláudia.

<sup>74</sup> Bienal do Livro do Ceará une o sertão e o deserto. ANBA. [s.d.] Disponível em: <http://www.anba.com.br/noticia.php?id=11939>. Disponível em: <http://www.anba.com.br/noticia.php?id=11939>. Acessado em: 03 de fev de 2007.

possíveis para este. O primeiro seria a permanência do passado distante, como por exemplo as culturas populares da América Latina. O segundo, a tradição da modernidade, resultado de um desencaixe do tempo e do espaço e que “secreta inclusive uma memória internacional”. Este último, na percepção assumida para este trabalho, numa incorporação do conceito “tradição inventada” em Hobsbawn (1984).

Por tradição inventada então podemos considerar um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras comumente aceitas, de natureza ritual ou simbólica, visando transmitir determinados valores e normas de comportamento através da repetição, implicando, automaticamente, numa continuidade em relação ao passado. Segundo Hobsbawn, a invenção das tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição.

A invenção de uma tradição se dá, portanto, como um processo rotineiro de ritualização da vida, das coisas convencionais, comuns. Seus elementos, que são rotineiros, ganham novos significados à medida que o processo de invenção de uma tradição ganha espaço, Hobsbawn argumenta que inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta. Transformações estas que poderiam no caso estudado ser comparadas aos processos de internacionalização do campo livreiro e mais especificamente das Bienais.

Segundo Hobsbawn, a tradição inventada é uma relação entre algo com um passado histórico consolidado, estabelecendo-se com ele uma continuidade artificial<sup>76</sup>. Nesse sentido, passa a ser necessária a instituição de uma série de convenções entre aqueles que participam de um grupo para, por conseguinte, reverenciar a sua importância e, fundamentalmente, o seu passado. As tradições inventadas relacionam-se com acontecimentos anteriores ou mesmo com o estabelecimento de um passado próprio através da repetição quase obrigatória de determinados rituais. O autor considera, ainda, que as tradições passam a ser inventadas à medida que se torna necessário a uma elite demonstrar sua superioridade. Essa elite passa, então, a formular ritos de passagem formados através de práticas compulsórias. Nesse cenário, as tradições como a contação de histórias da Sherazade e para os pertencentes mais variados

---

<sup>75</sup> Ibid.

<sup>76</sup> Como é o caso do Ceará e Seeara em associação etimológica como era defendido pela ex-secretária de cultura Cláudia Leitão.

grupos que participaram na VII Bienal, são inventadas como sinal de identificação e relação com algo em comum.

Para que a ponte cultural fosse de fato estabelecida e a tradição inventada se efetivasse suas práticas a Bienal propiciou a vinda de seis autores do mundo árabe, proporcionando um encontro dessas “sherazades” modernas com leitores e escritores do Brasil e de outros países. Entre os autores árabes, a egípcia Afaf El Sayyed, a libanesa Aminah Fares Ghosn (esta não participou devido a problemas políticos que a impediram de viajar na época do evento) e o tunisiano Mahmoud Tarchouna. Houve ainda a presença do paquistanês Tariq Ali, *best-seller* publicado em diversos países que precedeu a onda da literatura árabe atualmente vigente.

Destarte é possível afirmar que as temáticas abordadas para as Bienais e para a Feira do livro de Aracati partiram do ideário norteador que foi atribuído no início deste sub-tópico à política cultural, os ideários de internacionalização e interiorização. Pode-se dizer que estes foram implementados, não só, mas de maneira pungente e assumida, na gestão de Cláudia Leitão e portanto refletida na política do livro, leitura e biblioteca. Esta orientação torna-se evidente em uma entrevista de Claudene Aragão que num primeiro momento foi coordenadora da área de política para o livro e na segunda Bienal atuou como coordenadora executiva da mesma. Claudene relata assim o processo de construção da temática das Bienais:

Desde a edição passada, em 2004, nós estamos pensando que a bienal deveria passear por culturas outras. Na de 2004, fizemos um passeio pela cultura ibérica. Aí ficamos pensando que outra cultura podemos contemplar. Nós, então, pensamos no Oriente com a inspiração dessa terra de onde nasceu todo esse grande monumento da narrativa. O Mamede (Mustafa), na introdução do livro “As Mil e uma noites”, traduzido por ele, diz que todo mundo pensa que as histórias da Sherazad foram histórias orais que depois foram escritas e depois se contou oralmente. Na verdade, a história pode ter nascido diretamente da escrita e depois ter se convertido em contação de história. Então nós pensamos em pegar “As mil e uma noites” não como a obra tema da bienal, mas como se fosse o berço de uma série de narradores...<sup>77</sup>

O livro citado traduzido por Jarouche recebera, conforme fora demonstrado, alguns prêmios e transitava nas listas dos mais vendidos de alguns veículos especializados. Isto definia que a temática teria uma capacidade de potencializar o agendamento da Bienal. Claudene ao ser inquirida a respeito do possível caráter meramente mercadológico do tema da Bienal ponderou-o da seguinte maneira:

---

<sup>77</sup> A NOVIDADE do desconhecido, *Diário do Nordeste*. Fortaleza, 13 de ago de 2006, Caderno 3, p. ?.

“Isso. Mas assim, nós temos vinculações. Aqui no Brasil, sobretudo em São Paulo, existem amplas colônias de libaneses e descendentes de famílias de origens árabes. Essa penetração no Brasil, de certa forma, já existe. Falta o conhecimento desta cultura. Nós temos um conhecimento superficial e alegórico, como por exemplo, o da novela “O Clone”, algo muito mediatizado. Não tem o conhecimento real. A bienal coincide com esse momento que nós estamos vivendo...”<sup>78</sup>

Isto significou dizer que, apesar de haver fatores positivos no tema, como a capacidade de agendamento convergente a uma novela e os prêmios logrados pelo personagem principal da Bienal (Mamede Jarouche) a maioria dos outros escritores convidados eram desconhecidos do grande público e até mesmo pelo mercado editorial nacional. Apresentava-se contudo como um produto de alto potencial de vendas para a editora Ediouro, que investiu em propagandas caras como na revista *Veja*. Assim, como garantir o êxito da Bienal com tal novidade? Claudene em entrevista posiciona-se da seguinte maneira acerca da vinda dos escritores convidados e sobre a recepção da temática pelo público:

Toda novidade é realmente arriscada. Eu compreendo essa sua preocupação, mas a gente confia muito no papel do Mamede Mustafa, afinal, ele é especialista. Ele vai mediar essas travessias e de certa forma ele será a ponte entre nós que não os conhecemos e eles que não nos conhecem. Ele é o elo perdido nessa cadeia. Eu acho que é realmente arriscado, mas a bienal não é apenas isso. A bienal é a narração. É uma grande homenagem à contação de história, ao universo criativo e ficcional. O mundo árabe pode nos trazer as novas “Sherazades” que a gente não conhece. A gente não conhece nem a primeira direito. Conhece de uma forma mediatizada, porque a gente recebeu adaptações. Até essa tradução do Mamede, nós conhecíamos a Sherazade de forma adaptada em que se tiravam as partes eróticas, as politicamente incorretas. Muita gente pensa que “As mil e uma noites” é um livro para criança. Não é. Pode ter um recorte infantil, fizeram filmes, peças... Sempre existe, mas não é um livro infantil. O universo árabe fica muito no interesse de nós podermos conhecer essa cultura tal como ela era, através de “As mil e uma noite” e como ela é hoje. Ninguém sabe como é.<sup>79</sup>

Claudene ao responder ao jornal re-posicionou a idéia de bienal, colocando-a não no contexto de feira, local de realização de negócios. Neste contexto, de feira, deveria haver uma preocupação pela receptividade de um produto ainda não massificado como era o caso da literatura árabe. Todavia, Claudene ao chamar atenção para outro lado da bienal, deixa claro o papel positivo que novo exerce quando se pensa nesta como oportunidade de fomento à leitura, um evento de proporções grandiosas para festejar a leitura.

---

<sup>78</sup> Ibid.

<sup>79</sup> Ibid.

Esta interpretação encontra respaldo na entrevista feita com Cleudene. Esta quando inquirida a respeito das críticas tecidas por Paulo Linhares sobre a desorganização da Bienal afirma que;

Acredito sim que houve uma desorganização nos produtos à venda. Porém organizar este lado da Bienal não era papel nosso. Quem era responsável pelo espaço, locação, determinação do que podia ou não podia era a empresa que foi contratada para administrar a divisão do espaço, padronização dos estandes... Nossa preocupação, minha, da Vânia e do Fabiano, era na promoção e no acesso à leitura. Disso ninguém lembra, que fomos aos bairros e ao interior... A bienal é feita de dois lados, o de comercialização e o de promoção da leitura. Acredito que a parte que nos cabia foi sim bem sucedida.<sup>80</sup>

Vale a ressalva de que apesar de estarem imbuídos de outro aspecto da Bienal que não o comercial ainda assim o acompanhamento é de responsabilidade do estado, promotor maior do evento. Contudo, há de se constatar o avanço que a idéia da bienal fora da bienal foi uma das ações mais democráticas na área do livro durante o período analisado.

### 3.3.3 A Feira do Livro da Leitura de Aracati

A Festa do Livro e da Leitura de Aracati foi apresentada como parte das atividades de interiorização das ações da SECULT, no sentido de promover eventos estruturais nas macrorregiões de articulação entre os municípios e de política de inclusão social, com uma programação artística de fruição, formação de platéia, qualificação profissional na área cultural, espaço de expressão de talentos locais e socialização dos bens e equipamentos culturais de nosso Estado. Um produto político – *output*<sup>81</sup> - para convergir com as premissas governamentais.

Nos anos em que não houvesse Bienal, o governo do Ceará organizaria um evento paralelo. Porém, os planos mudaram. Assim, em sua segunda edição a Feira do livro de Aracati participou da programação da VII Bienal Internacional do Livro do Ceará, desenvolvendo o tema *Era uma vez... Mil e uma histórias*, inspirada nas Mil e uma noites.

Entre os dias 23 e 25 de agosto de 2006, a VII Bienal, homenageou os contadores de história e foi ambientada para provocar a reflexão sobre a presença do livro na vida das pessoas e sobre a relação entre a literatura e outras linguagens artísticas de maior alcance no

---

<sup>80</sup> ARAGÃO, Cleudene. Entrevista concedida a Marcelo Cavalcanti, Fortaleza, 08/08/2007.

<sup>81</sup> Eastman (1968) ao conceituar a análise política como sendo sistêmica atribuiu a nomenclatura *inputs* às entradas (demanda por serviços, reivindicações etc) e *outputs* (ações, programas e políticas estatais) às saídas do



país. Manteve contudo sua proposta básica de promover a leitura através de oficinas, palestras e encontros entre escritores e público; no intuito de valorizar os escritores locais e fomentar a cadeia produtiva do livro do Ceará. Abordando o tema *Mil e uma formas de contar histórias*.

Através do programa Bienal fora da Bienal, importantes nomes da literatura brasileira, que participam da *Bienal*, estiveram em Aracati; como *Marina Colasanti* e *Affonso Romano de Sant'Anna*, *Almir Correa* e *Vitor Ramil*. A programação se estendeu, paralelamente, ao município de Fortim e comunidade de Parajuru.

A VII Bienal promoveu também encontros literários com autores, no sentido de mediar a relação entre autor e leitor, e ações de mediação de leitura para professores e promotores da cultura, bem como foram disponibilizados espaços de aproximação do público com o objeto livro, como mais uma estratégia de formação de público leitor. Não se limitando aos espaços delimitados do Centro de Convenções.

Para tanto, foram desenvolvidas oficinas que extrapolaram a linguagem do livro e pontuaram sua relação com outras formas de expressão artística e cultura como: *Artes Plásticas e Literatura*, *Cinema e Literatura*, *Contação de História*, *Teatro e Literatura*, além de animações com palhaços, espetáculos teatrais, conversas e painéis com a presença de escritores, passeios e outras atrações. Mais antes de aprofundar-se nesta Bienal faz-se necessário compreender a Feira do Livro de Aracati, esta talvez tenha sido a ação de maior impacto da idéia de Bienal fora da Bienal.

## **ARACATI – PARATI**

Parati é uma cidade litorânea contornada pelo mar azul-turquesa da baía da Ilha Grande e por grandes faixas intactas de Mata Atlântica. Localizada a aproximadamente quatro horas de carro do Rio de Janeiro e São Paulo, esse antigo porto, de onde se enviava a maior parte do ouro do Brasil ao Velho Mundo, é uma cidade histórica que atrai muitos eventos culturais. Aracati é uma cidade litorânea debruçada aos verdes mares. Já foi capital carnavalesca do Estado do Ceará encontra-se no litoral leste do mesmo e ... a verdade é que as identificações ultrapassam a semelhança sonora das palavras e não há como explicar a escolha de Aracati para ser o local de realização desta Feira a não ser, por ser o local de nascimento

---

sistema, Hirschman (1978) partindo desta idéia conceituou este último como sendo o produto político vendável.

do escritor Adolfo Caminha e, pela rima dos nomes com uma diferença sócio-cultural que permitiria potencializar o agendamento da mesma na mídia nacional.

Porém esta indução fica mais evidenciada na medida em que são descritos os processos de formulação de ambas para de maneira comparativa observar as divergências e proximidades entre as mesmas. Tal narrativa será composta por descrições que obedecem a ordem cronológica e por fim desembocará num cotejo e confronto entre ambos através de discursos proferidos pelos responsáveis pela Feira de Aracati na mídia.

Pode então começar tal descrição com a constituição em agosto de 2003, da Festa Literária Internacional de Parati (FLIP) que se tornara a caçula da família de importantes festivais literários como Hay-on-Wye, Adelaide, Harbourfront de Toronto, Festival de Berlim, Edimburgo e Mantua. Com a presença de autores mundialmente respeitados como Julian Barnes, Don DeLillo, Eric Hobsbawm e Hanif Kureishi, a primeira FLIP estabeleceu um padrão de excelência às edições seguintes e às demais feiras que viessem a ser realizadas no país. Em um curto período, ficou conhecida como uma das principais festas literárias internacionais, reconhecida pela qualidade dos autores convidados, pelo irresistível entusiasmo de seu público e pela descontraída hospitalidade da cidade.

Em 2005, ocorreu a primeira Festa do Livro e da Leitura de Aracati, que envolveu as cidades de Aracati, Fortim e Icapuí. Tendo sempre como foco a promoção da leitura, desenvolveu-se uma programação que buscou: aproximar escritor e leitor, discutir estratégias e políticas de inclusão social e formação cidadã pela leitura e estimular as cadeias criativa e produtiva do livro e mediadora da leitura. Nos seus desdobramentos, promover a articulação regional, potencializar as manifestações culturais e o turismo e valorizar, através de cortejos literários e debates, o sítio histórico de Aracati, tombado como patrimônio cultural.

Como a Bienal, a Feira de Aracati teve as atividades supracitadas descentralizadas ao longo do tempo e em locais diversos da região. Assim, enquanto a programação principal acontecia na Tenda dos Autores<sup>82</sup>, vários outros eventos ocorriam simultaneamente em outros locais. A oficina literária, destinada a jovens aspirantes a escritor, foi realizada por grandes autores brasileiros. Havia também uma programação exclusiva para as crianças, em que jovens estudantes apresentavam o resultado de seus trabalhos inspirados no universo literário e participavam de palestras com os autores convidados.

---

<sup>82</sup> Um lembrete: a VII Bienal contou com a *Arena dos Autores*

Todavia a Festa do Livro e da Leitura de Aracati, em sua segunda edição posicionava-se como um contraponto da Festa Literária Internacional de Parati, a Flip. Como Parati, Aracati também é turística. Como Parati, Aracati também é histórica e tombada pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Porém, a intenção de associação entre as cidades pelos nomes encerrava-se aí.

Segundo Cláudia Leitão, secretária de cultura da época, em entrevista sobre o assunto foi categórica no afastamento e paralelismo entre os eventos: “Mas Aracati não quer ser Parati [...] Queremos ser o contraponto da Flip”, e dando continuidade as suas afirmativas logo explica e desvela o mistério que faz de Aracati um diferencial *res- publicano*<sup>83</sup>:

Enquanto em Parati está quem lê, ou seja, toda a elite intelectualizada do país, em Aracati está quem não lê. Queremos ser a Festa da Literatura para quem ainda não conhece o livro.<sup>84</sup>

Ao descrever a lógica de funcionamento de uma Bienal e sua diferença de uma feira de livros a ex-coordenadora da política do livro e coordenadora executiva da Bienal do livro Cleudene Aragão vai de encontro com a idéia de Feira de Cláudia Leitão, afirmando o seguinte sobre a Bienal de 2006:

Ela poderia perfeitamente se chamar bienal da leitura. O livro é importante, não quero deixar a idéia de que o livro seja dispensável, de jeito nenhum. Mas ele não é a única maneira e nem todo mundo tem acesso. Nós não queríamos uma mera feira de livro. Nesse caso, quem já é leitor chega lá, compra o seu livro e vai embora. A gente quer que quem não é leitor também vá lá - por isso a gente investe muito na questão da visitação das escolas e na programação infantil, não muito comum nas outras - e saia de lá com uma idéia. De repente ele desperta para isso. Uma feira de livro interessa só a quem já lê.<sup>85</sup>

O que parece ter escapado ao argumento de ambas é que muito provavelmente quem não conhece o livro, não sabe ler a palavra escrita e portanto tende a depender da produção de sentido de outros (leituras, contação de histórias etc). Não que isto seja ruim mas é decisivamente prejudicial à formação de uma reflexividade posto que a leitura seja sempre orientada. Cabe enfim a provocação de que se é possível realizar encontros editoriais desta forma o que significariam estes numa perspectiva de longo prazo?

---

<sup>83</sup> As grandes palestras e debates que ocorrem em Parati exigem compra de ingressos.

<sup>84</sup> Bienal do Livro do Ceará une o sertão e o deserto. ANBA. [s.d.] Disponível em: <http://www.anba.com.br/noticia.php?id=11939>. Disponível em: <http://www.anba.com.br/noticia.php?id=11939>. Acessado em: 03 de fev de 2007

<sup>85</sup> A NOVIDADE do desconhecido, *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 13 de ago de 2006, *Cadeno* 3, p.3

Enfim, é mister explicar que a análise utilizou-se mais de materiais sobre a VII Bienal. Porém, isto justifica-se no fato de que as políticas públicas e seus programas foram para este trabalho entendidos como um sistema de retro-alimentação, com seus *inputs* e *outputs* e portanto não se formam de maneira espontânea. São construções históricas por vezes mais ou por vezes menos tangíveis pelo critério de agenda *setting* utilizado para esta análise. E por este conceito-método utilizado a VII Bienal assume seu potencial extremo no período estudado através dos trechos acima dissecados.

### **3.4 Coleções “Nossa Cultura”**

Este programa específico visa dinamizar e democratizar o acesso ao livro e à leitura como meio de difusão cultural, transmissão de conhecimento e fomento à pesquisa. Além disto, é concebido sob a lógica política dos editais que em teoria trazem uma democratização e transparência aos processos de seleção e edição.

Justifica-se observar esta política da forma proposta por ser ainda vigente a idéia de que um serviço público caracteriza-se apenas pelo financiamento por verbas específicas do Estado. Porém a publicidade<sup>86</sup> de uma coisa, qualquer que seja, depende não só do financiamento estatal recebido mas também do sentido que representa para a população, do sentimento de pertença gerado na sociedade a quem se destina. Isto ocorre, principalmente, nas políticas culturais que dizem respeito a um direito imaterial que é o de construção própria de visões e interpretações de mundo.

A hipótese motivadora deste sub-tópico é que foram criados discursos de identidade com o propósito de remeter ao segundo plano a situação político econômica de desigualdade através de garantias e valores identitários de igualdade e de neutralidade das diferenças culturais existentes na região. Uma unicidade chamada cearensidade fundada na personagem Iracema. O objetivo deste sub-tópico é descrever e analisar através do objeto supracitado esta prática e estratégia político - discursiva.

Estas áreas de atuação são inúmeras e dotadas de uma lógica própria, onde se visa deter, ao menos nestas áreas e em face de quem dela participa, o poder. Entendendo que seja a partir desta concepção que se traçam estratégias de dominação, as camadas sociais dominantes econômica e politicamente estruturam meios de desmobilizar e dominar as demais

---

<sup>86</sup> Aqui compreendida no sentido antagônico a privado.

camadas, em suas variadas áreas de atuação. Uma dessas formas é o domínio discursivo de uma concepção simbólica da sociedade e de suas estruturas, podendo se dar a partir de enunciados, discursos, discursos-texto que propagam uma visão de mundo.

Assim, erige-se a idéia de que a arte dos discursos políticos é a arte de dirigir-se ao maior número de indivíduos para fazê-los aderir a valores comuns. Quem quiser atingi-los deve perguntar-se quais são os imaginários que os caracterizam, quais seriam seus pontos em comum e como construir uma opinião média.

Charaudeau (2006), cotejando Durkheim, Auge e Castoriadis, estabelece que o imaginário social é um universo de significações fundador da identidade do grupo na medida em que é o que mantém uma sociedade unida, é o que cimenta seu mundo de significação. Por fim, um conjunto de representações que os grupos sociais constroem a propósito da maneira como julgam e percebem as atividades sociais. Para o autor os imaginários dão testemunho de sua identidade coletiva.

Porém, para atingir ao maior número de indivíduos de um grupo é necessário apresentar valores que fundamentam seu posicionamento e discursos baseados em critérios de simplicidade e argumentação.

O critério de simplicidade subdivide-se em singularidade e essencialização. Segundo Charaudeau (2006): “A singularização consiste em evitar a multiplicação de idéias, pois esta pode confundir os espíritos não habituados à especulação intelectual”. É preciso garantir a clareza das idéias objetivando uma de cada vez. O autor descreve o outro critério da simplicidade como: “A essencialização consiste em fazer com que uma idéia seja inteiramente contida, reunida e condensada em uma noção que existiria em si de maneira independente de outra coisa que não ela mesma. Para tanto ela é apresentada sob a forma nominalizada.” (p.98)

O duplo procedimento de singularização e essencialização dá lugar à existência de *fórmulas* cujo sucesso e impacto são variáveis. Quanto mais uma fórmula é concisa, carregada semanticamente (apresentando de maneira global uma ou mais idéias) maior é seu poder de atração. Quanto mais uma idéia é indefinida somos mais atraídos por ela, essa é uma fórmula destinada a produzir um efeito de evidência<sup>87</sup>. Assim, os discursos políticos muniram-se

---

<sup>87</sup> Quanto mais uma idéia é precisa mais ela exclui seu receptor; quanto mais é definida de maneira fluida, mais permite um campo aberto de àquele que a recebe para que este possa nela se projetar. (BAUDRILLARD, 1992)

destes procedimentos de impacto. Empregando palavras que, desligadas do contexto original são empregadas de maneira absoluta, sem uma preocupação de quem as utilizou inicialmente, quais atores envolvidos ou qual propósito em que foram empregadas.

Já as condições de argumentação visam mostrar a força da razão. O desafio consistiria não em clamar um valor de verdade mas de veracidade, ou seja, não a evidência mas o que “creio” que seja verdade e que o outro também “deve crer” como verdadeiro.

Tais valores fundamentam-se em saberes que atestem seu valor conforme descrito de razão ou crença. Estes saberes podem ser divididos em dois grupos, os de conhecimento e os de crença. Os saberes de conhecimentos podem ser exemplificados como os que compõem a razão científica. Existem além da subjetividade do sujeito, pois nele o que funda a verdade é algo exterior ao sujeito. Em contrapartida os saberes de crença visam sustentar julgamento (valorativo) como verdade.

A delimitação destes saberes é porosa e muitas vezes os sujeitos se valem dessa porosidade com fins estratégicos, apresentando um tipo de saber no lugar do outro, ou seja, fazer com que uma verdade de crença se passe por uma verdade de conhecimento.

Como estes saberes não deixam de ser representações sociais, construindo o real como universo de significações, na medida em que o fazem podem ser tratados como imaginários. Vale dizer para uma melhor compreensão que as representações interpretam o real, organizam e classificam a realidade em um senso comum, estas interpretações ao atribuir significado às percepções produzem os imaginários que por sua vez são responsáveis pelo estabelecimento do sentido que dado a realidade.

“O imaginário social é um universo de significados fundador da identidade do grupo na medida em que é o que mantém uma sociedade unida, é o que cimta seu mundo de significados”. (CASTORIADIS, 2000 apud CHARAUDEAU, 2006)

Todo imaginário é um imaginário de verdade que essencializa a percepção do mundo em saber (provisoriamente) absoluto. Os imaginários tanto podem ser racionalizados, como em discursos-texto que circulam em instituições (escolas, religiões, constituições de Estados), lugares de ensino com finalidade identitária. Porém os imaginários também podem se apresentar de maneira não consciente, estando assimilados em grupos sociais e funcionando de maneira natural compartilhada por todos.

Os imaginários para desempenhar seu papel de espelho identitário de maneira eficiente tem a necessidade de materializar-se. Isso ocorre de maneiras diferentes: nos comportamentos (aglomerações, manifestações etc) que tem por efeito dar corpo ao imaginário, na produção de objetos manufaturados e de tecnologias que dão ao grupo o sentimento de possuir e dominar o mundo (Internet, livros etc) e na construção de objetos emblemáticos que, erigidos como símbolos, se materializam e exibem a exaltação e fetichismo por sua vez.

Esses textos (ditados, slogans, enunciados diversos) são apresentados de maneira simples devendo ser compreendido por uma maioria de um grupo e desempenham papel de apelo, de manifesto de acusação, de polêmica, de reivindicação etc. Daí qualificá-los como sendo discursivos. Estando esses imaginários que são qualificados como discursivos construídos em sociedade, grupos sociais, pode-se conceituá-los como imaginários sociodiscursivos.

Os imaginários sociodiscursivos dão testemunho das identidades coletivas, da percepção que os indivíduos e os grupos têm dos acontecimentos, dos julgamentos que fazem de suas atividades sociais.

No campo político estes imaginários são freqüentemente utilizados (instrumentalizados) com fins de persuasão. Independente do propósito discurso político estes devem se referir a valores em comunidade, devendo apresentar-se de maneira positiva. No caso aqui analisado o político, esse discursos circulam no espaço de deliberação e discussão do campo político, alguns detendo-se na confrontação outros substanciando decisões e engajamentos.

Os efeitos dessa verdade apresentada através dos discursos estão diretamente ligados à representação e imaginários de um grupo, logo reagrupar discursos de valor (liberdade, justiça, benevolência, igualdade, tradição etc) que circulam e agem num grupo é remontar ao imaginário sociodiscursivo deste grupo e compreender como são estabelecidas suas relações sócio-políticas.

Para a realização desse reagrupamento dos discursos e de seus valores para a reconstrução de um imaginário sociodiscursivo que seja capaz de explicitar uma relação política e seus sentidos, constrói-se para este trabalho um *corpus* composto pelos livros que compuseram a ação da política de livros da secretaria de cultura do estado do Ceará que é o objeto investigativo.

### 3.4.1 A COLEÇÃO E O COLETIVO

Concebida como um espaço de divulgação da Cultura em todas as suas vertentes, a Coleção Nossa Cultura é composta por duas linhas editoriais fundamentais: a Série Documenta, de caráter institucional e que é definida como um canal de informação sobre os rumos das políticas públicas da Secretaria da Cultura, enfatizando os resultados obtidos na gestão; e a Série Pensamento, na qual pesquisadores irão expor a produção científica sobre o universo da Cultura, sua gestão, nas suas diversas linguagens e desafios.

É necessário antes de qualquer coisa implicar a idéia de que através das coleções os editores cumprem, sem dúvida, um importante papel no sistema literário. A sua posição intermediária entre o autor e o público é decisiva, pois lhe cabe a escolha final do que deve ser publicado e lido. Na verdade o editor como pessoa ou entidade é um produtor ativo, tanto através de sua política editorial, ou seja, aquilo que ele elege como as características das obras que ele pretende publicar, como através de encomendas propriamente ditas.

As coleções editoriais são vinculadas não só a encomendas editoriais como também a seleções, de títulos, obras e autores. A seleção desses autores não se dá de forma desinteressada guiada apenas por um hipotético valor literário e/ou científico. Há um posicionamento político intrínseco na escolha das obras e temas. Muitas vezes o que há é uma seleção de autores / escritores de acordo com uma determinada estratégia e não dos originais ou do conteúdo de sua escrita.

### 3.4.2 As séries e os “saberes de conhecimento”

A primeira série a ser descrita e analisada é a série **Documenta**. Por esta série, os dispositivos administrativos do Estado são propagados à população (CHARAUDEAU, 2006). Dispositivos estes que trazem em seu bojo as noções e pré-noções que permearão as políticas para a cultura. Compõe o cerne discursivo destas publicações o saber de conhecimento, fundamentado razões técnicas ou científicas.

Faz parte desta série tantos os planos que determinaram as diretrizes como os relatórios de avaliação política e os documentos pedagógicos que propagavam os valores que a Secretaria de Cultura tentava passar ao público, principalmente o público especializado – leia-se os políticos que exerciam cargo referente à área da cultura – em suas idas ao interior. São exemplos disto: o Plano Estadual da Cultura 2003 a 2006: valorizando a diversidade e promovendo a cidadania cultural. O relatório: Secretaria da Cultura – Um caminho trilhado



(Relatório 2003 e 2004). E os libelos pedagógicos políticos: Caminhos do Investimento Cultural – um guia para o produtor e o investidor cultural e Construindo o Federalismo Cultural – um guia para o gestor municipal da cultura.

O Plano de Ação da Bacia Cultural do Araripe para o Desenvolvimento Regional que partiu do princípio de pensar relações entre cultura e desenvolvimento como ações do poder público em compartilhamento com agentes privados, comunitários e do terceiro setor, no sentido de perceber a dimensão cultural como movimento estratégico de distribuição de renda, empregabilidade e construção da cidadania através da valorização das culturas regionais. Tal posicionamento soa como um discurso de responsabilidade social, buscando envolver outras instâncias que não o poder público na construção política cultural. Este plano foi menos divulgado que os outros acima citados, não permitindo saber se a falta de envolvimento se deu pelo motivo da divulgação ou por falta de interesse dos conclamados.

Além dos planos, houve a edição do Seminário Cultura XXI que foi constituído a partir de uma seleção de textos oriundos da realização de palestras e debates sobre assuntos relacionados a arte e cultura, publicado em formato digital – CD-ROM. Na primeira edição abordou temas como o debate “Desafios da gestão cultural” e contou com a participação do Ministro Gilberto Gil. Na segunda edição, o Seminário lançou o primeiro Fórum de Cooperação Cultural Internacional, apresentando a Carta de Fortaleza, assinada por 36 países, declarando a cultura como o mais primordial e significativo contrato social entre povos e nações. Em sua terceira e quarta edições, foram desenvolvidas, respectivamente, os temas Cultura e Cidades e Cultura e Comunicação.

Outra vertente editorial da série Documenta foi a classificação e mapeamento de suas ações através da publicação dos livros: Editais da SECULT: Instrumentos de Valorização das Culturas Regionais composto por release, fotografias, resumos, depoimentos, textos críticos dos projetos nas diversas áreas de atuação da SECULT e selecionados nos Editais de Incentivo às Artes (2003 a 2006). Formação Profissionalizante em Cultura: a experiência da Secretaria da Cultura do Ceará sobre a história da capacitação profissional em cultura, através dos equipamentos da Secretaria da Cultura, como o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, Teatro José de Alencar, Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho e Museu da Imagem e do Som, além das capacitações oferecidas no projeto Secult Itinerante. E o Livro dos Mestres da Cultura Tradicional Popular do Ceará essencialmente construído com as biografias dos mestres da cultura sobre seus ofícios, saberes e histórias de vida.

Encerrando as edições desta série foram lançadas numa tríade editorial dos 40 Anos da Secretaria da Cultura do Ceará sendo estes: Memória e Documentos Históricos: levantamento dos documentos relevantes para a história da Secult, incluindo fac-símiles e estudo crítico; A História da Secult por seus secretários composto de depoimentos dos ex-secretários da Secult, destacando as realizações de suas gestões na promoção e no fortalecimento da cultura no Estado do Ceará e, Os Equipamentos Culturais obra sobre os equipamentos culturais do Estado, com estudo histórico, fotografias, programação e textos dos diretores dos mesmos.

A **Série Pensamento** da coleção se deu com a publicação de obras oriundas da comunidade científica desvelando e racionalizando aspectos da cultura cearense. Também constrói seu discurso no saber de conhecimento dessa mais científico que técnico. Assim, foram publicadas as teses de doutoramento, *Modernização da Cultura: Políticas para o Audiovisual nos governos Tasso Jereissati e Ciro Gomes – Ceará (1987 – 1998)* – de Alexandre Barbalho. Neste livro foram analisadas as políticas culturais empreendidas pelos governos Tasso Jereissati e Ciro Gomes, principalmente, a que foi destinada para a área do audiovisual, no período citado. E, *O Despertar da Memória*, de Erotilde Honório. Nesta é feita a análise da saga vivida pelos habitantes de Guassussê, cidade do interior do estado, expulsos da terra, ironicamente, pelas águas do Rio Jaguaribe, represadas pela construção da barragem do açude de Orós. Enfim, um estudo sobre a luta pela resistência da memória e identidade de um povo.

Além das teses foram editadas e publicadas as dissertações de mestrado, *Gustavo Barroso e a Tragédia Sertaneja*, de Raimunda Rodrigues Oliveira. Uma análise dos romances e contos do literato cearense, onde se buscou perceber a imagem do homem popular brasileiro tecida e compartilhada pelos letrados do final do século XIX e começo do século XX. Compreendendo que as obras estudadas trazem uma concepção de sertanejo como um indivíduo com uma trajetória fundamentalmente trágica. E, por fim, *A Floresta no Cordel*, de Angélica Höffler onde esta perfaz uma trajetória, através da oralidade do cordel, através do Nordeste, passando, obrigatoriamente, por Juazeiro do Norte, mostrando formas de encantamento – o lúdico – e do imaginário nordestinos.

### **3.4.3 Cearensidade, Iracema e os “saberes de crença”**

Os títulos lançados e não caracterizados por nenhuma das séries seriam os escritos (não definidos em séries) que trariam um propósito diferente dos apresentados nas outras séries (Documenta e Pensamento). Isto é, o conhecimento das coisas senão pela verdade

destas (como no fazer científico que norteia a Série Pensamento) ao menos pela sua compreensão e verossimilhança que deixe a sensação de plenitude, através de saberes de crença.

O livro *Visões* foi fruto do trabalho do fotógrafo Maurício Albano, com textos extraídos de obras da escritora Rachel de Queiroz, que possibilitaram uma sinergia descritiva sobre o Ceará. Sob outro ângulo, extensão e propósito a estas visões de cunho sentimental com a terra há a edição *Ceará Terra da Luz*. Tal obra traçou um panorama de mais de 600 imagens de 31 fotógrafos cearenses que retrataram a cultura, a natureza, a economia e a gastronomia do Estado. Uma simulação de uma viagem que percorre dunas e serras, litoral e sertão, o artesanato e a indústria como forma de divulgar o potencial turístico e de investimentos do Ceará.

Mas a cultura como “produto turístico” só fôra de uma vez abraçado com a edição do *Guia Turístico Cultural do Ceará*. Esta edição foi um produto resultante do projeto Secult Itinerante, que mapeou e percorreu o interior do estado nos dois primeiros anos de gestão. A edição buscou traçar um perfil dos municípios a partir de suas “vocações” culturais: história, arquitetura, artesanato, expressões artísticas, manifestações religiosas, dentre outros atrativos que compõem o rico patrimônio do Estado. O Guia fora criado para convergir a cultura ao turismo transpassando um discurso de fortalecimento da primeira como um elemento estratégico para o desenvolvimento do turismo no Ceará. Assim, o turismo foi utilizado como uma variável de geração de renda e inclusão social através da cultura.

Transformando o livro num espaço de consagração, foi realizada uma re-edição comemorativa da obra máxima alencarina. Assim, fora lançado *Iracema: Lenda do Ceará*. Esta edição especial comemorativa dos 140 anos da primeira publicação da obra trouxe textos do então Governador Lúcio Alcântara e do então Reitor René Barreira, da Universidade Federal do Ceará. Além de: José Aderaldo Castello, Angela Gutiérrez, Beatriz Alcântara e Sânzio de Azevedo, sonetos de Virgílio Maia e ilustrações de Côca Torquato, João Pedro e Glauco.

Tal livro é de importância relevante num contexto nacional e regional devido ao seu caráter fundador de uma literatura nacional, onde para isso o autor acaba por discutir o próprio conceito de nacional. Entretanto, na época em que fora lançado o livro de Alencar sofreu diversos ataques que o classificavam como erótico e não recomendável para a leitura. É no processo de busca de um nacionalismo que se erige o mito de Iracema como arquétipo do

índio, lançando mão da idéia da índia bonita, dedicada, obediente e resiliente que após ser abandonada ainda ia à praia todos os dias esperar pela volta de seu amor, que partira deixando-lhe como marco limite onde poderia aproximar-se do mar uma flecha envolta por uma flor de maracujá.

Seria este o mito fundador do que tempos depois foi intitulado cearensidade, a busca de uma opinião média que fosse resiliente, adaptável e obediente. Eis uma vertente almejada pelos políticos numa justificativa de soberania popular através de valores de identidade.

Ainda num mote de consagração, celebrou-se na VII Bienal o lançamento do livro *Mil e uma histórias do Ceará: Contos Populares*. Tal edição retrata a formação, como contador narrador de histórias – escritor de histórias infantis, do coordenador de políticas do livro e leitura do estado do período que até o momento permanece no cargo.

E por fim, a retomada da publicação da revista *Aspecto: Revista do Conselho Estadual da Cultura e do Conselho do Patrimônio Cultural*. Inicialmente publicada entre os anos de 1964 a 1987 pelo Conselho Estadual da Cultura, com o intuito de documentação e divulgação das atividades realizadas no âmbito cultural cearense, composta por artigos e ensaios de membros do conselho.

Conforme visto no último tópico das séries acima descritas a palavra Ceará torna-se recorrente e associa-se a idéia do mito fundador Iracema na construção de um discurso de uma cearensidade através das publicações do estado via secretaria de cultura. Ora, este discurso que pode ser analisado a partir do objeto analisado encontra eco em outras práticas políticas desde a nomeação do centro do governo, Palácio Iracema, até discursos proferidos em situações ímpares como justificativa de situações políticas econômicas e como elemento de persuasão e legitimidade de soberania popular, construindo um sentido próprio e estratégico de igualdade popular nomeado *cearensidade*.

Este discurso foi usado como estratégia de diferenciação simbólica do governo com seu antecessor que o apoiara em campanha. A *cearensidade* apresentava-se então como uma palavra essencializada porém fluida com o intuito de abranger o maior número possível de indivíduos. Resgatava em seu cerne o mito do *iracemismo* cearense, mito de obediência e adaptação. Esta idéia é demonstrada pela maneira que é usada a palavra *adaptação*, e sua repetição, no discurso de abertura do ano de 2004 da Assembléia Legislativa do Ceará pelo governador Lúcio Alcântara;

A História tem mostrado que é dessas intempéries que extraímos nossa força. **Somos persistentes, somos perseverantes. Sabemos como nos adaptar às condições, sejam elas quais forem, e sair delas fortalecidos. Vencemos dificuldades que muitos poderiam considerar intransponíveis.** Fomos conseguindo aos poucos, passo a passo, estabelecer uma realidade compatível com os novos tempos, com a valorização da pessoa humana, com a construção do homem e da mulher cearenses, preparados para esse futuro que bate à nossa porta. **É a isso que eu chamo cearensidade**, sentimento muito próprio, que nasce conosco; orgulho da nossa terra, do nosso povo, de nossas raízes e realizações, independe da política, dos partidos, das pessoas que estejam ocupando temporariamente os cargos de mando. A cearensidade que está na nossa cultura, nas nossas manifestações, na nossa maneira própria de ver o mundo, sempre com muito ânimo e otimismo. É essa cearensidade que nos move, nos impulsiona a fazer mais; a buscar o que o Ceará mais precisa: cidadania para todos.<sup>88</sup> (*Grifo do autor*)

A estratégia discursiva só se completa quando é observada a continuação da fala do governador onde este entra nas questões que dizem respeito à economia política do estado e suas imbricações:

As dificuldades chegaram, inevitavelmente, ao Ceará. Essa é uma realidade com a qual precisamos conviver, compreendendo o momento de ajuste pelo qual passa o Governo Federal. Temos mantido uma parceria extremamente proveitosa para o nosso Estado. Não podemos fazer dessa realidade uma desculpa, mas **adaptarmo-nos a ela, buscando nas várias crises a fonte de crescimento por meio da nossa força de trabalho e da nossa criatividade, empreendendo medidas de austeridade, de racionalização nos investimentos, mantendo sempre em foco as prioridades sociais.**<sup>89</sup> (*Grifo do autor*)

Reitera-se portanto a hipótese defendida no início deste trabalho da utilização de um discurso de igualdade e identidade como forma de persuasão e garantia política da soberania popular e legitimidade do governo e suas ações. Todavia vale ressaltar que se observada sob o viés de seus efeitos de verdade ou eficácia simbólica esta estratégia discursiva não foi capaz de garantir a recondução ao governo do seu enunciador tendo sido vencido no campo político das batalhas discursivas pelo mesmo discurso de modernização.

Os discursos de identidade constituem-se como o sustentáculo de um imaginário de soberania popular, este imaginário se refere a um mundo (atual ou não) onde o povo é responsável por seu bem-estar (CHARAUDEAU, 2006). Neste caso específico de uma associação de uma identidade em construção com um mito consolidado recorre-se ao discurso

---

<sup>88</sup> ALCÂNTRA, Lúcio . Discurso de abertura do plenário da Assembléia Legislativa ano 2004. Disponível em [www25.ceara.gov.br/noticias/noticias\\_detalhes.asp?sTipoConsulta=mensagemgovernador&nCodigoNoticia=11721](http://www25.ceara.gov.br/noticias/noticias_detalhes.asp?sTipoConsulta=mensagemgovernador&nCodigoNoticia=11721). Acessado em: 12 de mai de 2007.

<sup>89</sup> *ibid.*

de tradição que legitime a soberania popular, poder do povo. Que legitime e coloque quem lançou luz neste discurso como fiel depositário. Neste tipo de discurso político como foi apresentado, discursos constituintes de legitimidade, soberania e identidade reclamou-se valores (força, austeridade, criatividade etc) com uma crença numa transcendência que não seja exterior ao homem<sup>90</sup> ao contrário é construída para este numa busca de unidade que considere a diversidade – desigualdade.

No discurso visto encontra-se dois tipos de soberania em oposição, a primeira denomina-se *popular* e a outra responde pelo título de *preferência nacional*. O primeiro diz respeito ao sentido onde os indivíduos se reconhecem como pertencentes a uma massa social sem poderes institucionais ou econômicos onde mantém a soberania em discursos que abolem fronteiras.<sup>91</sup> E o segundo tipo diz respeito justamente aos discursos que recorrem ao passado histórico sustentando o discurso através de questões de especificidade identitárias (uma língua, um povo, uma nação).

Por fim o que pode ser observado, principalmente neste sub-tópico do trabalho, foi: como se engendrou discursos de exclusão-inclusiva pois na medida em que se iguala e inclui por alguns valores deixa-se a par outros. Assim, na medida em que se justificou uma unidade através do passado histórico se omitiu uma desigualdade econômica, colocando todos os cearenses num patamar de adaptáveis como se todos compartilhassem a mesma dificuldade, ou seja, desconhecendo as desigualdades econômicas através de um discurso de igualdade de tradição ancestral intitulado cearensidade.

---

<sup>90</sup> Como o divino social descrito por Durkheim em suas *Formas elementares da vida religiosa*.

<sup>91</sup> Assim em nenhum momento o governador cita direitos ou benefícios mas tampouco recorre à idéia anti-territorial ou qualquer tipo de anti-fronteirização (unidade) como a máxima marxista Trabalhadores do mundo uni-vos.

## CONCLUSÕES

---

Uma análise com maior envergadura e profundidade poderia investigar a situação de cada uma das nuances que transpassam a questão política do livro; economia do setor, recepção pública etc. Por óbvio, tal investigação demandaria mais tempo e recursos, o que implicaria em uma pesquisa detalhada. Não foi este o caso deste trabalho. Dadas suas limitações de tempo e de recurso, ele buscou traçar um panorama teórico e analítico que balize o debate proposto e inclusive um futuro desdobramento da investigação.

A título de conclusões, é possível tentar algumas formulações no patamar analítico próprio assumido por este trabalho. A primeira delas é a de que a hipótese norteadora deste trabalho pode ser considerada verdadeira. Todavia deve-se esvaziar esta afirmação de um juízo de valor imediato, posto que, do ponto de vista dos formuladores das políticas do livro a confirmação da hipótese não corresponde a suas visões políticas. Para estes a concepção dos programas e outros instrumentos de amparo à democratização do livro e da leitura, assim como a continuidade dos mesmos para que se constituíssem como uma política de Estado e não de governo, dependeria de seus sucessores.

A segunda formulação é a que defende a confirmação da hipótese amparando-se no fato de que, ao redor da leitura se movem diferentes interesses e que a necessidade de sua democratização obedece a diversos propósitos e que esta causa é em boa medida de que setores excluídos, não só da leitura como de outras áreas da cultura e da economia, não se apropriam desta prática.

Assim pode-se considerar que somente quando ler e escrever sejam necessidades sentidas por grandes setores da população, e que quando esta população estiver convencida de que a leitura pode ser um instrumento em seu benefício, será de seu interesse apropriar-se da cultura escrita, desta forma poderá se pensar em uma real democratização da mesma.

Porém, encontra-se aqui uma contradição: Esta circunstância só poderia produzir-se na medida em que se melhorem os níveis de desenvolvimento e ao mesmo tempo se diminuam as desigualdades.

A leitura, é um direito; não é um jugo, nem uma obrigação. Não é um jogo de elites a que se possa remeter de maneira reducionista com o prazer hedônico ou uma recreação, tampouco é uma obrigação imposta pela escola. É um direito que, além disto tudo, permite um exercício maior da democracia e por conseguinte de outros direitos.

Direito universal, um direito de todos e não somente um direito de grupos vulneráveis por diversas circunstâncias, dentre elas a econômica, a idade etc. No jargão atual de quem desenha políticas e programas que pretendem lutar contra a pobreza e a iniquidade se fala dos enfoques “sociais”, palavra da moda para assistencial. Este enfoque contradiz um enfoque universal de direitos, pois os direitos de uns dependem dos direitos de outros. Por outro lado, insistimos na necessidade de falar não só de leitura ao concluir esta análise mas também de escrita.

Inferimos a partir desta análise que estimular somente a leitura responde a interesses particulares empenhados no que se leia como uma fórmula de consumo de um bem que, mesmo que definido como cultural, sua produção, promoção e comercialização se erige cada vez mais por regras impostas pelo mercado. Fomentar a leitura sem oferecer a possibilidade da prática da escrita acarreta uma inserção na cultura escrita extremamente limitada. Por isso é necessário implementar políticas que garantam a universalização da cultura escrita como um todo e para todos sem distinção ou segmentação.

Uma política pública de leitura e escrita é produto de uma relação dinâmica entre a sociedade que questiona, se compromete e propõe, e o Estado que trabalha na busca do reconhecimento e promoção da leitura como direitos essenciais no mundo contemporâneo. Nesta perspectiva, o Estado ajuda a modelar, conduzir e projetar a sociedade, cumprindo como o fim último para o qual existe: promover o bem comum. E a sociedade deve atuar como instância básica que imponha ao Estado seu dinamismo e também a legitimidade necessária para a ação pública. Por ela é permite tanto orientar as tarefas estatais, como fortalecer a participação social, gerando uma cultura política que instigue o cidadão ao exercício político e faça sensível à política das necessidades sociais.



Uma política pública se constrói por tudo aquilo que com sua atuação, seus saberes e decisões podem analisar, propor e modificar os modos de pensar, sentir e fazer de uma comunidade frente à leitura e à escrita. Para poder atuar como construtores da política é necessário informar-se, formar-se, mobilizar-se, segmentar, avaliar e corrigir a marcha política.

Dito isto nos cabe concluir que sendo a análise da política tratada uma análise de uma política de leitura e escrita, num sentido mais amplo, esta política deve centrar-se no leitor e não no livro. Deve-se focar o ser humano e não o produto. Isto já seria um bom começo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

- ABU-EL-HAJ, Jawdat. *A Mobilização do capital social no Brasil: o caso da reforma sanitária no Ceará*. São Paulo: Annablume, 2000.
- ADORNO, Theodor W.. *Lições de Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2004.
- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985
- ANDERSON, Perry. *Afinidades seletivas*. São Paulo. Boi Tempo Editorial, 2002.
- ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado*. Lisboa: Presença/ Martins Fontes, 1974.
- ALVAREZ, Sônia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- ARON, Raymond.. *As etapas do pensamento sociológico*. 4. ed. São Paulo. Martins Fontes, 1995
- ARISTÓTELES. *Política*. São Paulo. Martin Claret, 2006.
- BARBALHO, Alexandre. *A Modernização da Cultura: políticas para o audiovisual nos governos Tasso Jereissati e Ciro Gomes (Ceará /1987-1998)*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Estado, mídia e identidade: políticas de cultura no nordeste contemporâneo* In. Adriano Sampaio, Lílian Rechert e Sivaldo Pereira. *Temas em comunicação e cultura contemporâneas IV*. Salvador: editora UFBA, 2004.
- \_\_\_\_\_. *A Economia da cultura: algumas questões em torno do conceito de indústria*. In. LEITÃO, Cláudia (org.). *Gestão cultural: Significados e dilemas na contemporaneidade*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Relações entre estado e cultura no Brasil*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. 4ª Edição. Petrópolis, 2005.
- BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUZA, Luzia Costa de. *Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas: uma experiência em educação profissional*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Questões de Nossa Época; v. 75)

- BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). *Linhas de ação para a política nacional do livro*. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional, 2006.
- BLALOCK, Hubert M. *Introdução à pesquisa social*. 2. ed. Rio de Janeiro. Zahar, 1976.
- BOBBIO, Norberto. *O Futuro da democracia*. 9ª edição. São Paulo. Paz e Terra, 2004.
- BORÓN, Atílio. "A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal", in E. Sader & P. Gentili (orgs.), *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*, 3 ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.
- BOUDON, Raymond. *Métodos Quantitativos em Sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- BOURDIEU, P. "O mercado de bens simbólicos". *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1974.
- \_\_\_\_\_. *As Regras da Arte*. São Paulo: Cia das Letras, 1996a.
- \_\_\_\_\_. *Razões Práticas*. Campinas. Papyrus, 1996b.
- \_\_\_\_\_. *O Poder simbólico*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BOTELHO, Isaura. *Romance de formação: FUNARTE e política cultural 1976-1990*. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa, 2000.
- BRASIL, GOVERNO FEDERAL. *Lei Nacional do Livro Lei No 10.753, de 30 de outubro de 2003*
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Culturas híbridas*. 4ª Edição. São Paulo. EDUSP, 2006a.
- \_\_\_\_\_. *Diferentes, Desiguais e Desconectados: mapas da interculturalidade*. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2006b.
- CASTELLS, Manuel. "Para o Estado-rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informação", in L. C. Bresser-Pereira, J. Wilhelm e L. Sola (orgs.), *Sociedade e Estado em transformação*, São Paulo, Editora Unesp/ENAP, 1999.
- CHARAUDEAU, Patrick. *O discurso político*. São Paulo: Ed. Contexto, 2006.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. 2. ed. Brasília: Ed. Univ. de Brasília, 1998.
- CHARTIER, Roger. *Práticas de Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- COLLING, Leandro. Agenda-setting e framing: reafirmando os efeitos limitados. Revista *FAMECOS*, Porto Alegre, nº 14, abril 2001
- COSTA, Sérgio. *As Cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2002.

- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira (edição revista e ampliada), 1999
- DAL POZ, Mário Roberto, O agente comunitário de saúde: algumas reflexões. *Comunicação, Saúde, Educação*, v6, n10, p.75-94, fev 2002
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1995
- DARNTON, Robert. *Edición e subversión –Literatura clandestina en el Atiguo Régimen*. Madri: Fondo de Cultura Económica, 2003
- DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo. Atlas. 1995.
- DOBB, Maurice. *A Evolução do capitalismo*. 9ª Edição. Rio de Janeiro, LTC, 1987.
- DURAND, J.C. *Arte, privilégio e distinção. Artes Plásticas, Arquitetura e Classe Dirigente no Brasil, 1855/1985*. São Paulo, Perspectiva, 1989 (col. Estudos, n.108).
- EAGLETON, Terry. *A Idéia de Cultura*. São Paulo: Editora UNESP, 2005a.
- EAGLETON, Terry. *Depois da teoria: Um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005b.
- EARP, Fábio Sá; KORNIS, George. *A Economia da Cadeia Produtiva do Livro*. Rio de Janeiro: BNDES, 2005.
- EASTON, David. *Uma teoria de análise política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- ELIAS, Nobert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- FEITOSA, Luiz Tadeu. *O Poço da Draga - A Favela e a Biblioteca*. São Paulo: Annablume, 1998.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FERNANDES, João Cláudio. Agentes de Saúde em Comunidades Urbanas. In. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 8 (2): 134-139, abr/jun, 1992.
- FERREIRA, Oliveiros S. *Os 45 cavaleiros húngaros: uma leitura dos Cadernos de Gramsci*. São Paulo, Hucitec. 1986.
- FLEURY, Sonia. *Estados sem Cidadãos*, Rio de Janeiro. Ed. Fiocruz, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina.. "Lazer e Consumo Cultural das Elites" In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Nº 6, Vol. 3 pp.99-113. Fevereiro. 1988
- FREY, Klaus. Crise do Estado e Gestão Municipal: a política ambiental em Santos e Curitiba. In: *Revista de Ciências Humanas*, v.13, n. 17/18, 2/1996, p.165-191, 1995

\_\_\_\_\_. Crise do Estado e Estilos de Gestão Municipal. In: *Lua Nova*, n. 37, p.107-138, 1996.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Planejamento e políticas públicas*. pp. 221-259. Nº 21 – Jun, 2000. Disponível em: [http://www.preac.unicamp.br/arquivo/materiais/txt\\_Frey.pdf](http://www.preac.unicamp.br/arquivo/materiais/txt_Frey.pdf). Acesso em: 04 de mar. de 2007.

GEERTZ, Clifford.. *O saber local: novos ensaios de antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1999.

GILL, R. Análise de discurso. In: BAUER, Martin W.;GASKELL, George (Orgs) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – Um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2005.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GINZBURG, Carl. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Instituto de Pesquisa e Informação do Ceará. *Anuário Estatístico do Ceará*. CD-ROM. Fortaleza. Edições IPLANCE, 2001.

\_\_\_\_\_. *Plano Estadual de Cultura 2003- 2006*. Fortaleza, 2003.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. *Lei do Livro do Ceará* Lei N.º 13.817, de 08 de novembro de 2006.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Lei do Livro do Rio Grande do Sul*. Lei No. 11.670, de 19 de setembro de 2001.

GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

\_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere* (vol. 1: *Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere* (vol. 3: *Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GREGOLIN, M. R. V. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso – diálogos e duelos*. São Carlos: Editora Claraluz, 2004

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

HABERMAS, Jurgen. *A constelação pós-nacional*. São Paulo, Littera Mundi, 2001.

\_\_\_\_\_. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2 vols, 1997.

HAGUETTE, Teresa M. F., *Metodologias qualitativas na sociologia*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e Medições Culturais*. Belo Horizonte: editora UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. *A identidade cultural na Pós-Modernidade*; 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HIRSCHMAN, Albert. *Saída, Voz e lealdade*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric. *A invenção das tradições*. São Paulo, Companhia das Letras, 1984.

IÑIGUEZ, Lupicinio (coord.). *Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais*. Petrópolis: Vozes, 2004.

LEITÃO, Cláudia (org.). *Gestão cultural: Significados e dilemas na contemporaneidade*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2003.

MATTELART, Armand e Michèle. *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Loyola, 1999.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. 14.ed. Rio de Janeiro. Bertrand,. 6v, 1994.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo, Difel, 1979.

MILANESI, Luis. *A casa da invenção. Centros de cultura: um perfil*. São Paulo: Siciliano, 1994.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. São Paulo: Atlas, 2007.

MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX. O espírito do tempo – 1: Neurose*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

NETO, Napoleão F. S. *O Palácio da Cultura – Poder e arquitetura*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 1999.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As possibilidades da política: idéias para a reforma democrática do Estado*. São Paulo, Paz e Terra. 1998b.

\_\_\_\_\_. *Em defesa da política*. São Paulo, Editora Senac, 2001.

NOVAES, Adauto (org.). *Ética*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2007.

O'DOUGHERTY, Maurren. "Auto-Retratos da Classe média: Hierarquias de Cultura e Consumo em São Paulo". *Dados*, Rio, 1998.

ORLANDI, E. P. *Interpretação: Autoria, Leitura e Efeitos do Trabalho Simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. *Análise de discurso: Princípios e Procedimentos*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2000.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira. Cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

- PATEMAN, C. *Participação e Teoria Democrática*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.
- REIMÃO, Sandra. Estudo sobre produção editorial e história dos livros no Brasil: algumas anotações. In: *Comunicação & Sociedade*, nº 42, São Bernardo do Campo: UMESP, 2004.
- RICO, Elizabeth M. (org.). *Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez, 1998.
- RUBIM, Antonio Albino Canelas; RUBIM, Iuri e VIEIRA, Mariella Pitombo. Políticas e redes de intercâmbio e cooperação em cultura no âmbito ibero-americano. In: CONVÊNIO ANDRÉS BELLO. *Siete cátedras para la integración*. Bogotá, Convênio Andrés Bello, 2005, p.129-170
- SANTOS, Mariza Veloso Mota e MADEIRA, Maria Angélica. *Leituras Brasileiras: Itinerários no pensamento Social e na Literatura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2002
- SCHWARZ, Roberto. *Cultura e Política*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- SILVA, Andréa G. da. *O Acesso à leitura e o perfil do leitor – Um recorte*. Anais do IIIº ENECULT, Salvador, 2007.
- SILVA, Pedro L. B.; MELO, Marcus A. B. O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: Características determinantes da avaliação de programas e projetos. NEPP – Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – UNICAMP, *Caderno Nº 28*, pp. 02-17, 2000.
- SILVA, Maria Josefina da; RODRIGUES, Rui Martinho. *O agente comunitário de saúde no processo de municipalização da saúde*. Disponível em: [http://www.fen.ufg.br/revista/revista2\\_1/02.htm](http://www.fen.ufg.br/revista/revista2_1/02.htm), 1995. Acesso em: 10 de nov. de 2006.
- TOMAZ, J. B. C. O agente comunitário de saúde não deve ser um “super-herói”. *Comunicação, Saúde, Educação*, v6, n10, p.75-94, fev 2002
- WEBER, Max. *Ciência e Política- Duas vocações*. São Paulo. Martin Claret, 2006.
- \_\_\_\_\_. *A Ética Protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo. Martin Claret, 2006.
- WEFFORT, F. e SOUZA, M. *Um olhar sobre a cultura brasileira*. Rio de Janeiro, Funarte, 1998.
- WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. 2ª Edição. São Paulo. Paz e Terra, 2000.
- YÚDICE, George. A Globalização da cultura e a nova sociedade civil. In: ALVAREZ, Sônia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- ZALLO, Ramón. *Economía de la comunicación y la cultura*. Madrid. Ediciones Akal, 1988.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)



[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)